

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE
DESENVOLVIMENTO**



**DESAFIOS DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DAS
COMUNIDADES COSTEIRAS DO DISTRITO DE MATUTUÍNE, PROVÍNCIA
DE MAPUTO: 2000 - 2009**

**SUPERVISOR: Doutor Samuel António Quive
DISCENTE: Micas Filipe Macamo**

Maputo, Maio de 2016

Micas Filipe Macamo

Desafios do turismo para o desenvolvimento local das comunidades costeiras do distrito de Matutuíne, Província de Maputo: 2000 - 2009

Dissertação apresentada à Faculdade Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento, sob a orientação do Doutor Samuel António Quive

Maputo
2016

Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

Supervisor

Data

Oponente

Data

Presidente do Juri

Data

Director do Curso

Data

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha hora que esta dissertação de mestrado nunca foi apresentada, na sua essência, para aquisição de qualquer grau académico, e constitui resultado da minha investigação pessoal, estando no texto e nas referências bibliográficas, as fontes utilizadas

Micas Filipe Macamo

Maputo, Maio de 2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Adasse Soquisso Dima e ao meu pai, Filipe João Macamo (a título póstumo) pela importância que deram à minha instrução. Aos meus filhos que suportaram a minha ausência do convívio familiar, por diversas vezes. E, Também, a título póstumo, ao líder tradicional de Nhonguane (Machangulo) assassinado, pela sua preciosa colaboração no decurso desta pesquisa.

AGRADECIMENTO

A todos os meus professores do curso de mestrado que souberam, com dedicação, transmitir os conhecimentos que hoje usufruo

Igualmente agradeço ao meu supervisor, Doutor Samuel António Quive pela sua orientação no decurso desta dissertação.

O meu agradecimento vai ainda às instituições públicas distritais e provinciais que facultaram informações que tornaram possível o alcance dos objectivos da pesquisa.

Agradeço ainda, aos líderes comunitários da área de estudo, aos trabalhadores dos estabelecimentos turísticos, empreendedores e funcionários públicos pela sua inestimável colaboração.

LISTA DE FIGURAS

	Página
Figura 1: Mapa do Distrito de Matutuíne	4
Figura 2: Distribuição da população dos dois Postos Administrativos da área de estudo	35
Figura 3: Distribuição da propriedade dos estabelecimentos turísticos	38
Figura 4: Casas de madeira da Ponta de Ouro	43
Figura 5: Erosão estimulada pelo lançamento de embarcações	55
Figura 6: Esquema de fluxo de receitas, renda e serviços	67
Figura 7: Salas de aulas construídas com material precário	74

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1: Hóspedes na Província de Maputo, entre nacionais e estrangeiros	22
Tabela 2: Distribuição numérica e percentual de entrevistas	30
Tabela 3: Dstribuição dos estabelecimentos de alojamento turístico formais	38
Tabela 4: Movimento de hóspedes e dormidas no distrito 2004 – 2009	40
Tabela 5: Distribuição de propriedade estabelecimentos de comércio e bancas por Género	52
Tabela 6: Infracções e multas aplicadas aos infractores	57
Tabela 7: Distribuição de unidades de alojamento no espaço distrital 2000-2009	62
Tabela 8: Distribuição, pela costa, das unidades de alojamento registados até 2009	63
Tabela 9: Distribuição das unidades sanitárias pelo Distrito de Matutuíne	71
Tabela 10: Evolução do número das unidades sanitárias por Machangulo e Zitundo	72
Tabela 11: Distribuição de salas de aulas em 1997	73

LISTA DE ANEXOS

	Página
1. Guião de entrevista para os Serviços Distritais de Actividades Económicas	92
2. Guião de entrevista para o Chefe do Posto Administrativo	93
3. Guião de entrevista ao Líder comunitário	94
4. Questionário para estâncias turísticas	95
5. Guião de entrevista para o gestor da Reserva Especial de Maputo	96
6. Guião de entrevista para os empregados de estâncias turísticas	97
7. Guião de entrevista geral	98

LISTA DE ABREVIATURAS

a.C – Antes do Cristo

ACNUR – Agência das Nações Unidas para os Refugiados

CEPAL – Comissão para América Latina e Caribe

EDM – Electricidade de Moçambique

EP1 – Ensino Primário do Primeiro grau

FDC – Fundo de Desenvolvimento da Comunidade

FUTUR – Fundo Nacional do Turismo

IDH – Índice do Desenvolvimento Humano

INAMAR – Instituto Nacional da Marinha

INE – Instituto Nacional de Estatística

IRPC – Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas

IRPS – Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares

IVA – Imposto do Valor Acrescentado

LOLE – Lei dos Órgãos Locais do Estado

MAE – Ministério da Administração Estatal

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MITUR – Ministério do Turismo

MDN – Ministério de Defesa Nacional
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONU – Organização das Nações Unidas
PARPA – Plano para a Redução da Pobreza Absoluta
PQG – Plano Quinquenal do Governo
PNB – Produto Nacional Bruto
REM – Reserva Especial de Maputo
RSA – República da África do Sul
SDAE – Serviços Distritais de Actividades Económicas
TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

RESUMO

O presente estudo visa conhecer as percepções das comunidades, gestores públicos e privados sobre o contributo do turismo no desenvolvimento local, com enfoque nas comunidades da costa marítima do distrito de Matutuíne, província de Maputo no período 2000-2009.

A análise e interpretação dos factos, constatados, far-se-á com base na teoria de dependência. Esta teoria procura explicar as relações assimétricas entre as economias e propõe medidas para reversão da dependência, e por analogia da pobreza. Antes do incremento do turismo, o distrito de Matutuíne tinha a sua economia assente na agricultura de subsistência e a zona do litoral estava dependente do trabalho migratório.

Para condução de estudo, foi formulada a seguinte pergunta de partida: diante de actividades de turismo em crescimento no distrito de Matutuine, que impactos estarão a ocorrer na vida das comunidades locais, com particular destaque na zona costeira?

Para responder a pergunta, foram usadas técnicas de recolha de dados que compreenderam entrevistas abertas e semi-estruturadas a líderes comunitários, gestores públicos e privados, trabalhadores e empreendedores da área de turismo e outras áreas relacionadas. Paralelamente, foi analisada diversa documentação relacionada com o objecto do estudo.

Para validar a informação, foram efectuadas verificações no campo com recurso a técnica de observação.

Com a informação recolhida e analisada, nos permitiu obter os seguintes resultados:

Passados 10 anos de actividades turísticas no distrito, houve um crescimento do número de infra-estruturas turísticas, como resultado de investimento público, privado e comunitário. A zona costeira foi aquela que recebeu maiores investimentos e verificou-se uma notável expansão de oportunidades económicas e sociais que influenciaram

positivamente na qualidade de vida das comunidades locais, como consequência directa e indirecta da diversificação das economias locais catalizadas pelo turismo. Todavia, ainda prevalecia a insuficiência de infra-estruturas de água, de transportes e os respectivos meios, e de educação.

Foi notória a debilidade da actuação do governo, na monitorização do cumprimento das promessas feitas pelos investidores turísticos, no âmbito da consulta das comunidades para atribuição de terra.

Palavras chave: turismo, comunidade e desenvolvimento local

Índice

	Paginas
Folha do rosto	
Comité do Juri	ii
Declaração de honra	iii
Dedicatória	iv
Agradecimento	v
Lista de figuras	vi
Lista de tabelas	vii
Lista de anexos	viii
Lista de abreviaturas	ix
Resumo	xi
Índice	xiii
CAPÍTULO I INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização	2
1.2 O problema	4
1.3 Objectivos	6
1.5 Justificação do estudo	7
CAPITULO II ABORDAGEM TEÓRICA	9
2.1 Importância do referencial teórico para a Pesquisa	11
2.2 Conceitos	13
CAPÍTULO III TURISMO EM MOÇAMBIQUE	20
3.1 O Turismo na Provincia de Maputo	22

3.2 OTurismo no Distrito de Matutuine	23
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	26
4.1 Amostragem	26
4.2 Amostragem intencional ou por julgamento	27
4.3 Definição da Amostra para Pesquisa	27
4.4 Técnicas de recolha de informação	30
CAPÍTULO V – TURISMO NO LITORAL DE MATUTUÍNE	32
5.1 Caracterização geral	32
5.1.1 Caracterização física	32
5.1.2 Caracterização socio-económica	33
5.1.3 Caracterização estrutural e administrativa	35
CAPÍTULO VI-ACTIVIDADES ECOTURÍSTICAS NO LITORAL DE MATUTUINE E SEUS IMPACTOS NA VIDA DAS COMUNIDADES LOCAIS	37
6.1 Impactos socio-ecomómicos e ambientais na área de estudo	40
6.1.1 Emprego	41
6.1.1.1 Qualidade de emprego	44
6.1.2 Infra-estruturas económicas e sociais	46
6.1.3 Diversificação de actividades económicas	48
6.1.4 Imposto e receita pública	50
6.1.5 Mudanças culturais	51
6.1.6 Desenvolvimento espacial – urbanização	52
6.1.7 Apreciação negativa das actividades ecoturísticas	53
6.1.8 Papel do governo no desenvolvimento do ecoturismo	59
6.2Análise e discussão dos resultados	61
6. 2.1 Retrospectiva do ecoturismo na área de estudo/litoral	62
6.2.2 Participação dos agentes económicos nacionais na exploração das potencialidades ecoturísticas do distrito	63
6.2.3 Fluxo crescente de turistas	64

6.2.3.1 Dependência da área do estudo à visitantes estrangeiros	64
6.2.3.2 Efeitos do baixo número de visitantes domésticos	65
6.2.4 Impacto do ecoturismo na vida das comunidades e nos outros sectores económicos e sociais	66
6.2.4.1 Impacto na redução do desemprego	68
6.2.4.2 Impacto na provisão de infra-estruturas sociais e económicas	70
6.2.4.2.1 Saúde	70
6.2.4.2.2 Educação	72
6.2.4.2.3 Água	73
6.2.4.2.4 Estradas	75
6.2.4.2.4.1 Efeitos da má qualidade das vias de acesso	76
6.2.4.5 Impacto na Electricidade e Telecomunicações	78
6.2.4.6 Impacto nas actividades comerciais	79
6.2.4.7 Impacto no património cultural	80
6.2.4.8 Impactos negativos do turismo	81
CAPÍTULO VII CONCLUSÃO	85
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	88
ANEXOS	91
Anexo 1	92
Anexo 2	93
Anexo 3	94
Anexo 4	95
Anexo 5	96
Anexo 6	97
Anexo 7	98

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do turismo no Distrito de Matutuíne, Província de Maputo conheceu um relativo incremento nos últimos anos, após o fim da guerra dos 16 anos. Entre os anos 2000 a 2009 diversos projectos para construção de estâncias turísticas foram aprovados. Desde então, novas estâncias foram construídas e outras ainda estão em construção em todo Distrito, principalmente, ao longo da linha da costa, desde o Cabo de Santa Maria, ao Norte, à Ponta de Ouro, no Sul, alimentando a esperança de trazerem mudanças na vida económica, social e cultural das comunidades costeiras do distrito.

De toda a costa, a zona da Ponta de Ouro apresenta maior número de estabelecimentos turísticos e, conseqüentemente, a mais demandada por turistas, principalmente estrangeiros, com destaque os sul africanos. Outras povoações, com relevante oferta turística são as da Ponta Malongane e da Ponta Momoli. Desta Ponta, caminhando para o Cabo de Santa Maria, no extremo norte da costa, verifica-se um desenvolvimento mais recente, com grosso número das estâncias em obras até finais de 2009. Este desenvolvimento não foi algo isolado, o país todo viveu uma década de crescimento do sector turístico. Segundo Cistac (2007:7), a capacidade de alojamento em estabelecimentos turísticos nacionais cresceu 8.1% entre 2000-2004, acompanhado do nível de colecta de receitas e da massa laboral.

A expansão do turismo na costa é atribuído: (i) incentivo do Governo através da sua política de turismo e estratégia da sua implementação, aprovadas pela Resolução 14/2003 de 4 de Abril, e pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (2004 – 2014); (ii) à proveniência dos principais investidores, Africa do Sul, com vantagem da proximidade com a área de estudo; (iii) ao tipo do turismo, que se apoiava na natureza e muito procurado actualmente e (iv) ao facto da área do estudo (costa de Matutuíne) constituir uma alternativa às Praias e ecossistemas subaquáticos sul-africanos, muito mais demandados.

Tendo em vista a acentuada pobreza que caracteriza as zonas rurais e os benefícios que têm sido atribuídos ao turismo no desenvolvimento local, despontou a

necessidade de analisar as mudanças que provieram da prática de actividades turísticas entre 2000 a 2009, particularmente nas comunidades da zona costeira. Especificamente, o estudo focaliza-se na contribuição do turismo na melhoria da vida das comunidades locais no quadro do desenvolvimento local.

A escolha deste tema de pesquisa, como trabalho de culminação do curso, teve uma inspiração profissional, porquanto a área do domínio público marítimo que inclui a zona costeira, de acordo com a legislação vigente¹ está sob supervisão do sector da marinha mercante onde o pesquisador é profissional. Pelo facto, interessava conhecer os fenómenos sócio-económicos, culturais e ambientais emergentes como consequência do incremento do turismo.

A presente dissertação compreende a seguinte estrutura: o primeiro capítulo faz a introdução do tema de pesquisa, descrevendo a problemática, os objectivos, as hipóteses e a justificação que determinou a escolha do tema.

O segundo capítulo faz uma abordagem do referencial teórico que orientou a pesquisa. Incide também sobre a origem do turismo e os principais conceitos, com enfoque para o turismo, o ecoturismo, o desenvolvimento local, o desenvolvimento local e a relação deste com o turismo.

O terceiro capítulo – caracteriza o turismo na Província de Maputo e no Distrito de Matutuine. O quarto capítulo faz apresentação da metodologia e das técnicas usadas para a recolha de dados, enquanto o quinto apresenta o quadro físico e sócio-económico do litoral do distrito de Matutuine (área de estudo), que abarca dois Postos Administrativos e a Reserva Especial de Maputo (REM).

O sexto apresenta as actividades ecoturísticas no litoral do distrito e seus impactos na vida das comunidades locais e dos outros sectores e termina com a análise e discussão dos resultados da pesquisa. O último capítulo é a conclusão da pesquisa, seguido da bibliografia. Para auxiliar na compreensão dos resultados, o trabalho apresenta ainda, fotografias, tabelas, mapa e anexos.

1.1 Contextualização

A actividade turística na costa do distrito de Matutuine vem sendo realizada desde o período anterior à independência de Moçambique. Porém, estava concentrada na vila da Ponta de Ouro. Após o acordo de paz, que pôs fim a guerra civil dos 16 anos em

¹Regulamento da Lei da Terra, aprovado pelo Decreto nº 66/98 de 8 de Dezembro, regula as modalidades de ocupação de Zona de Protecção Parcial, incluindo a faixa da orla marítima dos 100m de largura.

1992, o turismo conheceu um notável incremento estimulado pela introdução da economia do mercado em curso desde 1987 e posterior aprovação da lei 3/93 de investimento, de 24 de Junho e a política do turismo e sua estratégia para 1995 a 1999 que, mais tarde, viria ser actualizada pela Resolução 14/2003, de 4 de Abril. Com estes eventos, o país ficou aberto ao investimento privado nacional e estrangeiro.

O sector do turismo foi um dos privilegiados dada às potencialidades que o país possui como: a vasta diversidade de recursos naturais, longa costa tropical e outros atractivos essenciais para o seu desenvolvimento.

Aqueles instrumentos, orientadores e reguladores do investimento, ofereceram linhas mestras para o desenvolvimento do turismo em Moçambique, definindo princípios e objectivos.

A Política do turismo identifica os aspectos económico, social e ambiental como principais objectivos a serem considerados no desenvolvimento do turismo, na qualidade de motor para o crescimento da economia, tendo em vista os benefícios directos e indirectos que podem proporcionar, dos quais destacam-se:

- *Geração de rendimento para a economia nacional;*
- *Oferta de emprego aos cidadãos nacionais;*
- *Conservação ecológica e ambiental;*
- *Promoção de investimento público e privado;*
- *Expansão de infra-estruturas;*
- *Prestígio do país para atração de negócios; e*
- *Formação e educação de técnicos moçambicanos².*

A mesma Política, considera que Moçambique pode alcançar uma vantagem comparativa *através da maximização das ligações entre a Costa e sua fauna bravia, cultura e aventura*, segundo Cistac (2007:7), tirando o máximo benefício dos seus recursos naturais para a redução da pobreza absoluta.

No ano 2000, no âmbito da formação do governo, saído das segundas eleições gerais, foi criado o Ministério do Turismo, como um sinal da aposta do Governo em desenvolver o sector, segundo Chambal (2007:55). A partir daquele ano, assiste-se uma série de aprovações de projectos de construção de empreendimentos turísticos na costa marítima do Distrito de Matutuíne, sobretudo, virados para hospedagem e recreação.

O Distrito de Matutuine, onde se insere a área de estudo, é delimitado a Norte pela Baía de Maputo e a golada do Cabo da Santa Maria – Sul da Ilha da Inhaca; a Sul pela província sul-africana de Kuazulo Natal; a Oeste e Noroeste pelo Reino da Suazilandia

²Vide Política do Turismo e Estratégia da sua implementação, Resolução nr 14/2003, de 4 de Abril, publicado no B.R. Nr 18, I Série de 30 de Abril de 2003.

e pelos distritos de Namaacha e Boane respectivamente. Finalmente, à Este, é banhado pelas águas do Canal de Moçambique, Oceano Índico. A sua localização cósmica compreende os paralelos 26 e 27 graus sul e entre 32 e 33 graus Este, (MAE,2005).

Figura 1: Mapa do Distrito de Matutuine (castanho escuro, com excepção da Ilha da Inhaca no Norte)



Fonte: Plano de Gestão da REM/2010 I Edição

1.2 O problema

Ao turismo tem sido associados diversos impactos positivos de natureza económica, social e ambiental, tais como o seu efeito multiplicador nas outras economias e no alívio

à pobreza, por ser uma actividade transversal e de trabalho instensivo, para além do seu papel positivo na conservação da natureza.

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2004-2013 (2004), as áreas de intervenção do turismo incluem a provisão de infra-estruturas e serviços públicos e envolvimento da comunidades visando contribuir para o bem estar económico e social das populações rurais devido a existência de poucas opções de geração de renda.

A costa do distrito de Matutuíne, província de Maputo, constitui objecto do presente estudo e se insere dentro de uma das áreas prioritários para o investimento do turismo (APIT) definidas pelo citado plano, para o desenvolvimento do eco-turismo dadas as suas potencialidades naturais. Todavia, apesar destas potencialidades e do crescente investimento na zona costeira, a população continua a viver um cenário de pobreza, de acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Matutuíne 2009-2013 (2008).

Para além daquelas referências, resultados de algumas pesquisas sobre o impacto do turismo na vida das comunidades de Matutuíne também mostraram que o seu contributo no desenvolvimento local era insignificante, de acordo com a percepção dos residentes.

Segundo Marulo (2012: 89-104) dos 144 entrevistados residentes dentro da REM a pesquisa produziu os seguintes resultados:

- Vias de acesso – 66% disseram que o turismo não trouxe nenhum contributo;
- Fornecimento de energia eléctrica – 79% alegaram que não houve nenhum contributo;
- Abastecimento de água – 89% dos habitantes pronunciaram-se negativamente dizendo que a população continuava a recorrer a fontes naturais como rios e lagoas;
- Relativamente à oportunidade de emprego e geração de renda, 54% dos entrevistados não viam nenhum benefício e 46% reconheceram que de alguma maneira havia geração de benefícios; e
- Quanto a oportunidade de negócios, o maior número de entrevistados (71%) reconheceu que de alguma maneira gerava benefícios.

No concernente aos impactos ambientais negativos, o estudo reporta danos sobre a vegetação, matança de animais, poluição de cursos de água, produção de resíduos sólidos entre outros, mas entretanto eram tidos como pouco relevantes, segundo os

mesmos resultados. No geral, 27% dos entrevistados consideraram que o turismo não trazia nenhuns benefícios ambientais e 34% afirmaram que trazia poucos.

Um outro estudo feito sobre o impacto do turismo praticado no espaço da mesma reserva também chegou à semelhante conclusão do primeiro, segundo a qual os impactos do eco-turismo não se reflectiam na melhoria da vida das comunidades. Destaca ainda que a geração da receita e criação de emprego para pessoas que vivem próxima da REM era insignificante. Nota negativa também foi dada sobre a contribuição na educação e formação profissional, (Macamo, 2013: 71-72)

A respeito dos problemas acima expostos, a nossa questão de partida é a seguinte: **diante de actividades de turismo em crescimento no Distrito de Matutuine, que impactos estarão a ocorrer na vida das comunidades locais, com particular destaque na zona costeira?**

1.3 Objectivos

1.3.1 Geral

Aferir os impactos do turismo na vida das comunidades locais da zona costeira do Distrito de Matutuine, no período compreendido entre os anos 2000 a 2009.

1.3.2 Específicos

- Fazer retrospectiva do desenvolvimento/evolução do turismo na costa de Matutuine;
- Descrever as actividades desenvolvidas na área do estudo ;
- Descrever os impactos socio-ecómicos e ambientais do turismo na área de estudo;
- Avaliar o papel das instituições do Estado, da comunidade e dos operadores turísticos locais no desenvolvimento local.

1.4 Hipótese

O incremento das actividades turísticas em si constitui um factor de mudança que envolve a mobilização de recursos locais, como é característico do turismo, mas ainda tem pouco impacto na melhoria da vida das comunidades locais, como resultado do débil comprometimento e articulação dos principais actores de desenvolvimento local.

1.5 Justificação do estudo

A redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida da população do destino turístico, constituem principais premissas defendidas pela Política Nacional do Turismo e a sua estratégia de implementação em Moçambique.

O Distrito de Matutuíne, com uma superfície de 5387 km² e uma população de 37,239 habitantes, segundo INE (2009), é considerado o mais pobre da Província de Maputo (MAE, 2005).

A taxa de urbanização é de 7% concentrada na Vila de Bela Vista e por este facto a maior percentagem da sua população vive em áreas rurais. A sua base económica está assente na agricultura. Porém, ela é essencialmente familiar e de subsistência (MAE, 2005).

A segurança alimentar, até 1997, era garantida por meio de aquisição de produtos alimentares na África do Sul, onde maior parte da sua população activa procurava emprego e estava refugiada durante o conflito armado dos 16 anos (ACNUR & PNUD, 1997).

Em contrapartida, apresenta uma vasta diversificação de recursos naturais para desenvolvimento de turismo, em particular no mar e na costa, nomeadamente a paisagem costeira, as praias de areia branca, as águas transparentes e em alguns locais com ondas propícias para prática de surf, a presença de golfinhos e os diversos recifes de corais (MAE, 2005).

Diante daquele cenário, não tardou que, após o fim da guerra em 1992, fossem encontradas outras actividades económicas (alternativas á agricultura e o trabalho migratório) que pudessem garantir a redução da pobreza que assolava a maior parte da sua população.

O turismo, particularmente do litoral, foi a alternativa que mais atraiu investidores. Desde então, foram implantados empreendimentos turísticos ao longo da costa, na esperança de ver a vida da população melhorada, segundo a visão do governo expressa no seu Plano estratégico para o sector. Esta visão, apoiou-se no pressuposto segundo o qual, o turismo é o sector com muito potencial para oferecer as oportunidades que atrás indicamos, por não exigir mão-de-obra especializada e, depender de recursos naturais como bens de oferta para os turistas, a troca de satisfação e ingresso de moeda convertível, muito necessária para preencher o défice das exportações nacionais. Aliás, a costa do Distrito, por oferecer as condições atrás descritas foi considerada, pelo Ministério do Turismo no seu Plano Estratégico, Área Prioritária para Investimento em

Turismo (APIT) e denominada *Zona de turismo da costa de elefantes* para o desenvolvimento do turismo de lazer, desportivo e ecológico (idem).

Por isso, decidimos conhecer os impactos do turismo, na costa do Distrito de Matutuine, no contexto das expectativas que geralmente são criadas e pelo facto de ter sido considerado o mais pobre da Província em 2005, não obstante a qualidade da costa marítima e atractivos turísticos que possui (idem).

Ao nível da vertente académica, com o presente estudo pretendemos enriquecer o acervo de conhecimentos já existente resultado de outros estudos realizados no distrito. A diferença entre este e outros estudos consultados reside no objecto, na profundidade na abordagem dos assuntos arrolados e o facto de incidir sobre os principais pontos turísticos da costa do distrito. Outro dado de realce é o facto do estudo ter colhido o sentimento das comunidades, dos operadores, dos trabalhadores, dos empreendedores e dos governantes, através deles próprios e ou dos seus representantes por meio de combinação de entrevistas abertas e semi- estruturadas.

Quanto ao período de análise, o presente estudo situa-se entre os anos 2000 e 2009, porquanto acreditamos que é um período que a Paz e Democracia estavam consolidadas e influenciaram positivamente o desenvolvimento turístico em todo o país. Estes elementos, Paz e Democracia, do nosso ponto de vista, são pilares para o surgimento de investimento, particularmente nas zonas rurais, secundando o raciocínio de Valá (2007:33)

A partir do ano 2000, com a criação do Ministério do Turismo, também foram sendo aprovados importantes instrumentos actualizados de orientação económica e social para o sector (Chambal, 2007: 55- 65).

CAPÍTULO II

ABORDAGEM TEÓRICA

Os países em vias de desenvolvimento podem usar o turismo como fonte de captação de receita em moeda convertível, da mesma forma que captam receita exportando produtos primários.

Para este estudo, existem semelhanças entre exportar os produtos primários e o turismo porque nas duas actividades os consumidores beneficiam-se dos recursos naturais para sua satisfação e o fornecedor beneficia-se de receita em divisas para suprir as suas necessidades.

Ainda na óptica deste estudo, o sucesso para as duas actividades depende da forma como o governo planifica e gere a economia, pois, no caso de Moçambique, é o governo que elabora os Planos Quinquenais e Anuais de gestão económica e social, assim como programa os Orçamentos para a sua execução, à luz do Capítulo II, do Título VIII da Constituição da República de 2004. Se estas acções (planificação e gestão) forem bem encaminhadas, podem colocar os consumidores (países de média e alta renda) a dependerem do país (fornecedor) para satisfazerem as suas necessidades, tais como abastecimento da indústria manufactureira e lazer.

A nossa convicção, apoia-se em algumas correntes sobre o desenvolvimento económico citadas por Souza (1993). Uma das correntes teve como defensores Prebisch (1950), Furtado (1961) e outros economistas de orientação crítica que se destacaram na análise da economia latino-caribenha após a II Guerra Mundial (Souza, 1993:16).

Nessa época, houveram instituições que se preocuparam em diagnosticar os obstáculos ao desenvolvimento económico, caso da Organização das Nações Unidas-ONU. Para o efeito, a ONU criou a Comissão Económica para a América Latina e Caribe –CEPAL (Souza,1993:123). Do diagnóstico, surgiu uma nova abordagem analítica de base empírica, de que foi mentor Raul Prebisch. Esta abordagem associa a problemática das economias dos países latino-caribenhos aos baixos preços de compra dos produtos primários pagos pelos países industrializados (importadores).

Entretanto, os produtos manufacturados importados desses países tendiam a subir de preço, o que revelava uma relação de trocas desiguais em benefício dos países industrializados (idem).

Face a constatação, concluiu-se que a Teoria de Vantagens Comparativas de David Ricardo, segundo a qual *os países deveriam especializar-se naqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo*, não era benéfica para os

países subdesenvolvidos (Souza,1993:123). Por isso, segundo os defensores da nova abordagem, os países subdesenvolvidos deveriam investir em outros sectores produtivos para romper com a dependência aos países ricos e aos produtos primários.

Diante daquelas causas, das trocas desiguais, e com base na nova abordagem económica, surgiu a Teoria de Dependência com origem na CEPAL, cujo conceito fundado por Prebisch é o nosso referencial teórico.

A Teoria de Dependência, segundo Souza (1993:129), procura explicar as relações assimétricas entre os países subdesenvolvidos (periféricos) e os países industrializados (centrais), como também, propõe medidas económicas para reverter a dependência.

Ainda, de acordo com a autora, as medidas de reversão consistiriam em investir em outros sectores económicos não tradicionais, como a industrialização e a diversificação de produtos para exportação, não olhando apenas para os tradicionais.

Um dos pilares para consecução da ruptura com a dependência seria a intervenção activa do Estado na formulação e implementação de políticas públicas centradas no desenvolvimento económico, incluindo o controlo do sistema financeiro, como medidas de fortalecimento da economia, segundo Almeida Filho citando Martini (2000)³. O mesmo autor indica a Coreia do Sul que logrou sucessos, usando este mecanismo para fortalecer a sua economia.

Por extensão, o autor defende também o desenvolvimento do capital humano como forma adicional de romper com a dependência através de investimento da receita arrecadada das exportações, no treinamento dos recursos humanos dos países subdesenvolvidos (idem).

Souza (1993:222) sustenta semelhantes argumentos ao afirmar que, *a experiência coreana tende a indicar que o crescimento económico torna-se mais acelerado quando liderado pelas exportações. Acrescenta ainda que o grande crescimento das exportações sul coreanas gerou ganhos sociais, com melhores oportunidades educacionais e habitacionais.*

Para nós, aquela asserção mostra que com o aumento das exportações qualquer país, em vias de desenvolvimento, tem o caminho aberto para seu desenvolvimento económico. Por outro lado, o raciocínio dos autores, atrás indicados, complementa-se a de outros autores que consideram o turismo como uma indústria de exportação, com alto poder de ingresso de divisas, desde que nele haja investimento (Wahab, 1977).

³[Http://www.sep.org.br/artigo/15_ALMEIDA.pdf](http://www.sep.org.br/artigo/15_ALMEIDA.pdf) ; acesso- Janeiro 2011

Ainda, com base no que antecede, podemos afirmar que se as exportações tradicionais, neste caso de produtos primários, são uma via para o crescimento económico dos países em vias de desenvolvimento e o turismo é, por excelência, um captor de divisas dado o seu direcionamento aos estrangeiros dos países de maior e média renda, sobretudo, é uma razão para apostar-se nele, da mesma forma que se aposta nos produtos primários para alimentar o sector de exportações. Isto porque a finalidade comum é a colecta da receitas em divisas.

As únicas diferenças que existem na captação de receitas em divisas, é que na exportação, a que nos habituamos, as mercadorias são enviadas ao exterior, enquanto que no turismo, são os consumidores que se deslocam onde elas estão. Todavia, em ambos os casos, ocorre o ingresso da moeda convertível ao país fornecedor, (idem).

2.1 Importância do referencial teórico para a pesquisa

A escolha deste referencial teórico, reveste-se de importância especial para este trabalho. Porquanto pretendemos analisar diversificação económica impulsionada pelo turismo em contraste à base económica anterior do distrito que se assentava na actividade agrícola, predominantemente de subsistência e com baixa capacidade de empregabilidade e de geração de renda familiar.

Por outro lado, ir-nos-á conduzir na avaliação do impacto que o desenvolvimento do turismo tende a produzir no seio das comunidades dado ao significativo ingresso de receitas e exploração das potencialidades locais, desde sócio-económicas, culturais e ambientais.

As teorias de desenvolvimento têm o condão de conduzir a uma análise análoga de um fenómeno económico determinado com outros de natureza semelhante ou, da mesma temática e estabelecer explicações.

Para a área do turismo, não é diferente. As diversas teorias argumentam que o turismo impulsiona o crescimento económico devido aos seus efeitos multiplicadores sobre a economia local (Faria, 2012: 17-22). As mesmas teorias tomam como referências o emprego directo e indirecto, o incremento de produção agro-pecuária, artesanal e de outra natureza na medida em que a maior saída de produtos lhes dá maior valor e estimula o aumento de produção (Ignarra, 2003: 154).

No leque de oportunidades de negócio para os residentes o autor cita várias actividades como os serviços de fornecimento de alimentos, organização de eventos, construção e manutenção de infra-estruturas e equipamentos, entre outras.

Salienta-se também o surgimento de projectos de turismo comunitário como um dos exemplos da contribuição do turismo no desenvolvimento das comunidades. Segundo Frederico (2011) o turismo comunitário proporciona benefícios directos e indirectos aos membros das comunidades locais através de emprego e partilha de benefícios.

De acordo com os resultados da pesquisa realizada no distrito de Matutuíne ficou evidente que em dois Lodges comunitários objectos de pesquisa, tinham sido criados empregos para 27% dos chefes de agregados familiares das comunidades de Gala e Madjadjane. Além disso, no fim de cada época os membros da comunidade partilhavam os rendimentos do negócio (idem).

Segundo a citada pesquisa, a opção pelo turismo foi uma alternativa ao *constante fracasso da produção agrícola devido às oscilações climáticas e à falta de recursos financeiros capazes de fazer face às dificuldades impostas pelas mudanças climáticas*. E, na óptica dos comunitários o turismo podia ser solução às suas dificuldades (Frederico, 2011).

De acordo com a pesquisa, o rápido crescimento da população, o alto índice de desemprego e crescimento das desigualdades sociais e regionais, o défice comercial e alta dependência aos países industrializados, força os países em desenvolvimento a buscarem alternativas para a sua sobrevivência. Acrescenta ainda que para estes países, com poucos recursos primários e com pouca expressão industrial *o turismo constitui a única actividade económica viável dentro da sua economia e dos seus recursos de base* (idem).

Voltando ao exemplo do turismo comunitário de Gala e Madjadjane, algumas das acções que proporcionaram benefícios aos membros das comunidades locais, para além de rendimentos de casas para alojamento, foram a exploração e venda de recursos naturais, sendo que foram criados grupos de actividades para a materialização dos fins visados. Foram criados grupos para agricultura, apicultura, carvão vegetal, plantas medicinais, batiq, artesanato e turismo. Seguidamente, alguns dos membros, foram submetidos à formação dentro e fora do país. Finda a formação e a partir destas actividades foram sendo obtidos rendimentos em substituição dos ganhos esperados exclusivamente das actividades agrícolas (idem).

Com aqueles exemplos ficou evidente que o turismo pode contribuir para romper a dependência, assim como a diferença que pode fazer o envolvimento da comunidade no esforço contra pobreza e na promoção do turismo sustentável.

2.2 Conceitos

2.2.1 Turismo e Ecoturismo

O Turismo remonta desde os primeiros jogos Olímpicos ocorridos 776 a.c, na Grécia antiga, altura em que foram organizadas primeiras viagens para acompanhamento daquele evento, segundo Oliveira (2001). Acredita-se também que os primórdios do turismo estão ligados a viagens de busca de novas terras para exploração e comércio antes do Cristo (Ignarra,2003).

Quanto à conceituação, diversos autores convergem na associação do turismo às viagens e divergem nos fins, pois, uns estabelecem uma relação com interesses não lucrativos e outros incorporam viagens para fins de negócios, conforme ilustra a discussão deste conceito:

O turismo é um conjunto de resultados de carácter económico, financeiro, político, social e cultural produzidos numa localidade, decorrente do relacionamento entre os visitantes e os locais visitados, durante a presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência de forma espontânea e sem fins lucrativos(Oliveira,2002:36)

Por sua vez com ênfase no negócio e outros fins, a OMT, em 1994, reformulou o seu conceito anterior que limitava as viagens *por período superior à 24 horas e inferior a 60 dias, motivado por razões não-económicas* passando a englobar *as actividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais de que um ano consecutivo, por prazer, negócio ou outros fins*(Ignarra, 2003:10).

Ao nível de Moçambique, o turismo é considerado um *fenómeno sócio-económico e cultural que se baseia na deslocação de pessoas para locais diferentes de sua residência habitual, onde permanecem por períodos superiores à 24 horas, com objectivos de lazer, utilizando as facilidades de alojamento, alimentação e outros oferecidos no destino*, de acordo com Cistac (2007:6), citando a Lei do Turismo nº 4/2004. Por outro lado, é tido como *conjunto de actividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividades de lazer destinadas à turistas* (Idem).

Comparativamente aos dois primeiros conceitos, estrangeiros, os dois moçambicanos associam a prática turística às actividades de lazer e o consumo dos serviços turísticos oferecidos pelo destino turístico, colocando de fora as viagens com fins de negócio defendido pelo conceito da OMT. Estas divergentes conceituações, mostram que ainda não há consenso universal sobre o conceito do Turismo.

Para este estudo, a grande relevância do turismo são as oportunidades económicas que oferece aos destinos turísticos e às comunidades locais. Pois, num lado está a *Oferta* e noutro a *Procura*, formando um mercado turístico com ganhos para ambos os lados.

É dentro daquele contexto que, os diversos conceitos evidenciam os valores sócio-económicos e culturais do turismo e sua capacidade comprovada de gerar benefícios para todos os envolvidos, incluindo o desenvolvimento das localidades com potencial turístico, de acordo com Merigue (2003), dependendo do seu tipo ou segmento.

Quando o turismo tira essencialmente benefícios da natureza é considerado Ecoturismo, que é o tipo de turismo praticado na área do estudo, onde os atractivos principais são a fauna e a flora.

Ecoturismo é definido pela The International Ecotourism Society (TIES), *como sendo viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local* (TIES, 1995) citado por Martins (2005)

Numa outra vertente, o Ecoturismo é descrito como *Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais e gerando benefícios para elas e para áreas relevantes para a conservação da biodiversidade*(WWF, 2001), também citado por Martins (2005).

Nos dois conceitos estão patentes a associação da prática turística, a conservação da biodiversidade e a promoção de benefícios para as populações que vivem nesses destinos turísticos.

Diante do que antecede, leva-nos a concluir que o sucesso do ecoturismo depende também do apoio da comunidade local, cujo papel para a manutenção do ambiente natural é determinante. Todavia, esse papel só é produtivo quando se efectiva em interação harmoniosa com o Poder Público e operadores turísticos.

Aquela perspectiva é defendida por alguns defensores do Desenvolvimento Local como Merigue (2003). Para este autor, não há desenvolvimento local sem a participação da população local, tanto na planificação assim como na tomada de

decisão. Na sua óptica, o desenvolvimento local, induzido por actividades turísticas, inclui a componente conservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida da população local.

Em Moçambique, o turismo combinado com a conservação de natureza, encontra sua expressão mais alta com a desvinculação das áreas de Conservação do Ministério da Agricultura para o Ministério do Turismo, ocorrido em 2001, através do Diploma conjunto dos Ministérios da Agricultura, das Finanças e do Turismo (Matessane, 2007:148).

Os outros actos de realce foram: a criação de novas Reservas e Parques; a transformação dos anteriores em parques transfronteiriços; e a alocação de 20% dos lucros obtidos para as comunidades locais (idem).

Até 2005, as áreas de conservação em Moçambique compreendiam 126.193,4 Km² da superfície do país, correspondente a 15,3%. Estas áreas constituíam uma aposta para redução de pobreza nas zonas rurais, no quadro do Programa Quinquenal do Governo 2005-2009 e da Política Nacional do Turismo e Estratégia da sua implementação, aprovadas em 2003 (Ferrão, 2007:164-169).

Decorrente da destinação de áreas de conservação para fins turísticos, tem havido expansão de diversas oportunidades económicas e sociais impulsionadas pela prática turística em Áreas de Conservação (idem).

Segundo aquele autor, as comunidades que vivem nas áreas de conservação têm vindo a tirar benefícios do Ecoturismo. Dá como exemplos, o Parque Nacional de Limpopo e a Reserva de Niassa, que até 2007, tinham criado cerca de 600 postos de trabalho, passíveis de beneficiarem cerca de 3000 dependentes dos novos assalariados. Ainda o mesmo autor, acredita que com a criação de Parques transfronteiriços, os impactos de reversão dos altos níveis de pobreza seriam maiores com o crescimento do número de visitantes nacionais, dos países limítrofes e do mundo.

Quanto à prática turística, tem havido classificações variadas de acordo com os critérios que cada autor utiliza e em função das características ou potencialidades do destino turístico. Para o presente trabalho tomamos como base a classificação de Wahab (1977). Este autor classifica a prática de actividades turísticas em vários tipos com destaque para o Turismo de Mergulho, Desportivo e de Lazer. Estes 3 tipos coincidem com o que é reservado para a área de estudo/litoral, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (2004-2013).

Segundo a sua classificação, o Turismo de Mergulho é uma componente do turismo ecológico ou sustentável, onde o turista é movido pelo interesse de apreciar a natureza no seu ambiente natural (Wahab,1977).

Quanto ao Turismo de Lazer, define-o como o tipo em que as pessoas procuram a satisfação no conhecimento de novos locais para repouso. Relativamente ao Desportivo, o descreve-o como aquele que é praticado com a finalidade de competição entre os turistas que se deslocam a um dado destino turístico que oferece condições para prática de desporto (idem).

2.2.2Desenvolvimento local

Para definirmos com alguma clareza este conceito (DL), mostra-se importante o desagregamento do binómio *desenvolvimento* e *local*, pois, para este Estudo,associa-se dois conceitos que gravitam em torno do espaço físico da superfície terrestre. De um lado, temos o *desenvolvimento* que resulta dos feitos do Homem e, do outro temos o *local* a ser entendido como determinado território delimitado, onde inside a sua transformação por via da obra humana.

Assim, tendo como base as diversas interpretações dos autores que a seguir citamos, o desenvolvimento, na nossa óptica, é reversão de realidades. Tornar o que estava ausente em presente e, o que era escasso e inacessível em abundante ou acessível, para satisfazer as necessidades das pessoas. No conjunto das necessidades, inclui-se bens tangíveis e intangíveis como alimentos, saúde, protecção, liberdade e outros.

O *desenvolvimento* visa o indivíduo (humano) e a comunidade em que ele se insere, e diz respeito à capacidade de satisfazer adequadamente as necessidades básicas humanas, incluindo a liberdade do homem de fazer escolhas, segundo Valá (2007:24). Na vertente económica, este conceito ainda não reuniu consenso. Há corrente que considera o *crescimento económico* como *desenvolvimento* e outra que rebate este pensamento, alegando que o crescimento económico é uma via para o alcance do desenvolvimento mas não condição suficiente. Para esta corrente, o desenvolvimento envolve mudanças de qualidade de vida das pessoas, das instituições e do sistema produtivo. Defende ainda que, para haver desenvolvimento,é necessário que haja um *crescimento económico contínuo em ritmo superior ao crescimento demográfico envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores económicos e sociais per capita* (Souza, 1993:17)

Normalmente, para se determinar o desenvolvimento económico existe indicadores próprios designadamente: o Produto Nacional Bruto(PNB) por capita- em dólares americanos;a expectativa de vida ao nascer;o consumo de energia por capita; a taxa de crescimento anual de exportações; a taxa de mortalidade infantil; o coeficiente aluno/professor na escola do primeiro grau; entre outros, segundo Souza (1993:24).

Relativamente ao *local*, está implícita a ideia de territorialidade onde ocorrem as diversas acções que concorrem para o desenvolvimento, com o aproveitamento dos recursos aí existentes. É deste modo que é considerado *local* o espaço físico onde alguma comunidade tomou posse para exercer suas relações económicas, sociais, culturais e ambientais (Merigue,2003:7).

Outro conceito, da mesma linha, considera *território* um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente(Valá, 2007:26).

Tanto num assim como noutra autor,quando conceituam o *local*,apercebemo-nos do enfoque comum em torno do espaço geográfico, onde ocorre manifestações humanas que de alguma maneira podem resultar na transformação da vida das pessoas e do próprio espaço ocupado.

Deste modo, importa definir o conceito do *desenvolvimento local*, antes porém, se faz necessário dizer que o conceito surgiu na Europa. É considerado recente pois, remonta desde década de 80, no Brasil. O mesmo tem suscitado confusões de interpretação pois, é confundido com o *desenvolvimento no local* e *desenvolvimento para o local*, segundo Merigue (2003).

O *desenvolvimento no local* é aquele que ocorre numa determinada localidade sem que haja comprometimento com comunidade, com a sua cultura e identidade e nem há preocupação com a sustentabilidade desse desenvolvimento, de acordo com Merigue citando Ávila (2000:69)⁴. Enquanto que,o *desenvolvimento para o local* é promovido por agentes externos e as populações locais são meros participantes. Entre as nações, neste tipo de desenvolvimento o país assistido acaba ficando dependente do país financiador, até endividado pois, a planificação prevalecente é de cima para baixo, segundo Ávila et all (2001: 73)⁵ citado por Merigue (2003).

⁴ÀVILA,Vicente F.de. *pressupostos para formação educacional em Desenvolvimento Local*. Interações. Campo Grande, V.1, p.63 – 76, Setembro de 2000

⁵ÀVILA, Vicente F.de et alii. *Formação educacional em desenvolvimento local:relato de estudo em grupo e análise de conceitos*.2.ed. Campo Grande: UCDB, 2001

Uma vez definidos os principais elementos do binómio *desenvolvimento e local* encontram-se criadas bases conceptuais para o entendimento do desenvolvimento local na óptica de diferentes visões.

Para uns, o *desenvolvimento local é um processo de mobilização das energias sociais, dos recursos e das potencialidades locais para implementação de mudanças que elevam as oportunidades sociais e as condições de vida no Plano local , tendo como base a participação da sociedade no processo decisório*, segundo Valá (2007:28).

Por sua vez, Merigue (2003), considera o desenvolvimento local um processo endógeno impulsionado pelas comunidades na busca de potencialidades locais. Em referido processo, o território é a base e a comunidade é o agente e beneficiário do Desenvolvimento. Ainda de acordo com este autor, para o sucesso os actores privilegiam o sentimento de pertença do seu espaço-território.

Por outro lado, há unanimidade no círculo dos diferentes teóricos que o desenvolvimento local está relacionado com a melhoria de qualidade de vida das pessoas, combinada com preservação do Meio Ambiente. Tal desenvolvimento local, decorrerá do aumento da renda e riqueza, criação de condições dignas de trabalho e por extensão na melhoria das oportunidades sociais (Petitinga, 2004).

Para este estudo, embora as definições diferem ligeiramente uma da outra, há um ponto comum que as caracteriza:

- O *espaço físico – território*, habitado pelas comunidades humanas; e
- As *acções*, que geram mudanças positivas na vida das comunidades locais com aproveitamentos de recursos materiais e sociais, com participação activa das mesmas comunidades.

2.3 O Turismo e o Desenvolvimento local

O turismo é promotor de desenvolvimento local tendo em atenção as seguintes particularidades que o caracteriza:

- É uma actividade económica com maior capacidade de gerar emprego e renda nas comunidades e quando bem gerido, também, contribui na conservação da natureza;
- Reúne diferentes méritos como a empregabilidade, por a maior parte da mão-de-obra que mobiliza não ser necessariamente especializada e, proporcionar a preservação da cultura e do ambiente natural do destino turístico, (Valá, 2007:19) e (Ignarra:176-177); e

- É considerado uma indústria por ser indutor ao surgimento ou expansão de outros sectores económicos e tirar benefício de recursos naturais sem os remover do local, quando se trata do segmento ecoturístico (Wahab,1997).

Para os defensores daquela matriz meritória, advertem também que, para que haja a materialização do desenvolvimento local, requer que a iniciativa de identificação das potencialidades, planificação e execução, ainda que com apoio externo, parta das comunidades residentes no destino turístico (Merigue, 2003).

O mesmo autor enfatiza que os *gestores locais devem administrar a actividade turística, conjuntamente às demais actividades económicas do território, visando o enfrentamento dos problemas sociais e económicos do território*, como forma de impulsionar o desenvolvimento local (idem).

Uma das formas de valorizar as potencialidades locais, a partir das iniciativas comunitárias tem sido o turismo comunitário que também concorre para o desenvolvimento local, segundo Perez (2006:20-21) citado por Maximiano (2011: 29).

CAPÍTULO III

TURISMO EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, a abertura da sua economia à investimento estrangeiro, o fim da guerra civil dos 16 anos em 1992, a facilitação de entrada de turistas, a revisão da política e Estratégia da Política Nacional de Turismo e créditos com taxas bonificadas a investidores privados pela "mão" do Fundo Nacional do Turismo (FUTUR)⁶ têm estimulado o crescimento do turismo.

Este crescimento ganhou notoriedade entre 1998 e 1999 com 209 e 235 projectos aprovados respectivamente, embora viesse a conhecer uma variação nos anos subsequentes causada pelas cheias de 2000. Não obstante, não deixou de atrair mais investimento estrangeiro com a África do Sul a liderar a corrida para o mercado moçambicano ao lado de Grã-Bretanha e Portugal entre 2000 e 2002 (MITUR, 2008)

Conforme aqueles dados, dos 11 projectos aprovados, a África do Sul investiu cerca de 14,9 milhões de dólares americanos, a Grã bretanha 11,1 milhões e Portugal cerca de 8,7 milhões respectivamente.

Ainda, de acordo com mesmo Ministério, os 3 países constituem os principais mercados do turismo moçambicano e, a África do Sul é o principal fornecedor de turistas e simultaneamente o maior concorrente do país.

No mesmo período, da Africa do Sul vieram cerca de 70,9% dos turistas de lazer, seguido dos restantes dois países, de acordo com a mesma fonte (idem).

Para Cistac (2007:5), o turismo é uma área de economia em franca expansão ao nível mundial, com significativa participação no Produto Interno Bruto dos países beneficiários. Em Moçambique, a contribuição ainda é baixa, visto que foi de 1,2% em 2001, dado que o consumo interno do turismo também é baixo, segundo o Ministério das Finanças citado por Cistac (2007:7). Porém, realça o crescimento de visitantes estrangeiros em 2006 com mais de 1 milhão, contra 900 mil visitantes registados em 2004.

Por um lado, verificou-se uma expansão de emprego que passou de 25.000 empregados em 2000 para 31.517 em 2007. Por outro, era esperada a subida de níveis de investimento no sector, para 250 milhões de dólares americanos em 2007, contra 150 milhões de 2006, (idem).

⁶Criado pelo Decreto nr 10/93 de 22 de Junho com atribuições, entre outras, de promotor do investimento no sector.

As condições naturais de Moçambique são promissoras com o crescimento progressivo da indústria turística. Tais condições são adequadas para o turismo convencional, dada a existência de infra-estruturas nos centros urbanos e não só, tem um litoral que cobre todo país e ainda vastos ecossistemas terrestres apropriados para o ecoturismo nas diversas áreas de conservação distribuídas pelo país, com uma cobertura superior a 15% do território.

No seu plano quinquenal (PQG) 2005-2009, o Governo aposta no desenvolvimento do turismo para atingir diversos objectivos socio-económicos, ambientais e culturais. Defende, também, uma planificação integrada para o desenvolvimento do turismo com envolvimento de diversos órgãos públicos, privados e comunidades.

Já em 1995, por Decreto nº 32 de 11 de Outubro, o Governo criou a Comissão de Facilitação Turística, de natureza interministerial, com papel de consulta e coordenação de políticas e actos sectoriais para desbloquear e acelerar procedimentos que na ausência de articulação, constituíam uma barreira ao incremento do turismo e à boa imagem do país (Chambal, 2007:60).

Antes porém, tinha criado o Fundo Nacional do Turismo, por Decreto nr 10/93 de 22 de Junho, e dotou esta Instituição de autonomia para operacionalizar os objectivos do Governo no fomento do turismo, incluindo o encorajamento do sector privado (Chambal, 2007: 62).

Em 2001, entraram no país, através das fronteiras do sul, cerca de 400.000 turistas. E em 2002, o país todo recebeu cerca de 900.000. Estes dados mostram o progressivo crescimento do sector e a importância dos países vizinhos, sobretudo a África do Sul como país emissor de turistas, segundo Chiziane (2007: 284-285).

Como que a corroborar o crescimento progressivo, o autor acrescenta que, entre 1998 e 2002, o turismo ocupou o terceiro lugar (16%) nos três principais sectores que captaram maior investimento ao país, depois da indústria (33%) e energia e recursos naturais (18%).

Na sua nova abordagem para o desenvolvimento do turismo, o Governo tem vindo a descentralizar o seu âmbito de actuação. A título de exemplo, criou a Agência de Desenvolvimento da Costa dos Elefantes, através do Decreto nr 49/2001 de 21 de Dezembro com a finalidade de coordenar e impulsionar o turismo no Distrito de Matutuíne (Chambal, 2007:64).

3.1 Turismo na Província de Maputo

Os principais locais turísticos da Província de Maputo localizam-se nos Distritos de Matutuíne, Marracuene, Namaacha e Manhiça. Em relação à oferta do mercado nos 3 distritos predomina o turismo do litoral (mar e praia), enquanto que no de Namaacha é essencialmente turismo de montanha, de acordo com a segmentação dada por Ignarra (2003:118).

Quanto à direcção do fluxo, a Província de Maputo beneficia-se do turismo receptivo. A principal origem de turistas, por nacionalidade, é de Moçambique, incluindo estrangeiros residentes, da República da África do Sul e de outras nacionalidades, segundo dados da Direcção de Planificação e Cooperação do MITUR (2010). A quantidade de hóspedes, na província de Maputo, ilustrada na tabela 1, é o indicativo disso.

Tabela 1: Hóspedes na província de Maputo, entre nacionais e estrangeiros

<i>ANO</i>	<i>NACIONAIS</i>	<i>ESTRANGEIROS</i>	<i>Soma</i>
2009	9.494	6.986	16.480
2008	10.474	7.487	17.961
2007	8.508	6.374	14.882
2006	8.060	7.338	15.398
2005	10.395	6.251	16.646
2004	6.914	8.046	14.960

Fonte: INE/2010 (Inquérito aos estabelecimentos hoteleiros-dados disponíveis na Direcção de Planificação e Cooperação –MITUR)

Do conjunto de estrangeiros, a liderança por nacionalidade é ocupada pela República da África do Sul. Em 2001, entraram 20.974 turistas sul africanos ou provenientes daquele país, seguido por outros do Reino Unido estimados em 140. Todos foram identificados e entrevistados no acto de entrada pela Fronteira da Ponta de Ouro, para prática do turismo de lazer, segundo as estatísticas do movimento turístico pelas fronteiras (INE, 2001:32)

Com relação à demanda turística, em todo país, no ano 1997, a Província de Maputo situava-se no terceiro lugar em termos de preferência de turistas, com uma taxa de ocupação de 26 % (idem).

Segundo a classificação das zonas turísticas, constante no Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo de Moçambique – 2004 - 2013, a mesma Província detém condições para o Turismo ecológico e de mergulho. E, em função do nosso

conhecimento factual, para além do que vem contextualizado em diversa documentação consultada, seus principais locais de atracção turística e Pontos fortes para o desenvolvimento são a Ponta de Ouro, a Ponta Malongane, o Cabo de Santa Maria, a Reserva Especial de Maputo (distrito de Matutuine), a Barragem dos Pequenos Libombos, o Município de Namaacha (distrito de Namaacha), a Macaneta (distrito de Marracuene) e a Calanga (distrito de Manhiça).

Em contrapartida, apresenta ameaças para o desenvolvimento do turismo constituídas principalmente por fraca distribuição de infra-estruturas turísticas, da rede eléctrica e de transportes e comunicações, consubstanciada na insuficiência de locais de acomodação, por mau estado das vias, inoperacionalidade dos aeródromos locais, caso da Ponta de Ouro, entre outros. Acresce-se, também, a fraca fiscalização das autoridades que superentendem o mar, o meio ambiente e o turismo que geralmente fazem-se presente em épocas do fim do ano ou festivas, de acordo com as nossas constatações (conhecimento factual).

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2004 - 2013, a Província de Maputo é uma das áreas prioritárias para investimento turístico. A zona para sua execução é denominada de Costa de elefantes que se estende desde a Costa da Catembe até à Ponta de Ouro. Segundo o mesmo Plano, esta área possui condições para o eco-turismo costeiro.

Diante daquelas bases classificativas, o estudo constatou que um significativo número de turistas que visitava a área de estudo praticava mergulho isoladamente ou em grupos, assistidos por Centros e Escolas de mergulho existentes. Igualmente, foram constatadas as actividades de competições de pesca (pesca desportiva), pesca recreativa, motonáutica, esqui aquático e contemplação de fauna e flora terrestre e marinha, na Reserva Especial situada ao longo da costa e nas águas marinhas. Acresce-se, também, o banho na praia e o teste de destreza através da circulação de motos de 4 rodas nas dunas.

3.2 O Turismo no Distrito de Matutuine

No Distrito de Matutuine, a exploração turística compreendia 3 tipos, sendo o turismo de base comunitária, o turismo de gestão pública e o turismo de gestão privada. O turismo comunitário consistia na constituição de associações comunitárias locais com apoiadas por Organizações Não Governamentais (ONGs), com destaque a União

Internacional para Conservação da Natureza (UICN), e estava virado à exploração do meio rural.

Dois desses exemplos, tiveram lugar nas comunidades de Madjadjane e de Gala. As duas associações construíram dois Lodges nomeadamente: Tinti Gala Lodge e Tsakane ka Madjadjani Lodge. Para além de construção dos Lodges, os associados beneficiaram-se de treinamento e provisão de recursos materiais para sustentabilidade dos empreendimentos iniciados.

No que concerne ao turismo sob gestão pública, o negócio estava virado para exploração do Ecoturismo pelo Estado moçambicano, que para além de ser proprietário da Reserva Especial de Maputo também o administrava. A função do empreendimento era proporcionar ao turista a oportunidade de contemplar os recursos florestais, faunísticos e outros aí existentes e fornecimento de condições para alojamento e campismo.

Segundo o corpo administrativo desta Reserva, a sua área totaliza 678 Km² e uma parte dos seus limites ocorre ao longo da costa marítima do Distrito. Segundo a fonte, além da função principal para a qual foi fundada, da preservação do meio ambiente natural, a mesma Reserva exercia a função social. Esta função manifestava-se através de oferta de emprego fixo e sazonal aos membros das 12 comunidades locais, assim como o apoio aos seus programas sociais. Um dos apoios consistia na disponibilização anual de 20% do lucro obtido na exploração do empreendimento, em conformidade com as disposições do Regulamento da Lei de Floresta e Fauna Bravia, aprovado pelo Decreto nº 10/99 de 7 de Julho, por um lado. Por outro, a mesma Reserva proporcionava benefícios indirectos aos projectos comunitários existentes dentro da sua área de jurisdição, compreendendo o alojamento dos turistas da Reserva, nos seus Lodges e consumo dos produtos naturais que eram vendidos, de acordo com os gestores da mesma Reserva.

Para potenciar melhor a sua função económica e de Conservação, esta Reserva iria, a médio prazo, assumir uma dimensão trans-fronteiriça quando fosse efectivado o Memorando assinado entre Moçambique, Suazilandia e Africa do Sul no âmbito da iniciativa de Desenvolvimento Espacial dos Libombos (MAE,2005).

Historicamente, a potenciação do Ecoturismo no Distrito teve perspectivas que acabaram falhando ou atrasando. Uma delas foi o projecto ecoturístico denominado "Blanchard" que desapareceu com a morte do seu promotor, um norte americano com o mesmo nome, (idem).

Por sua vez, a gestão privada do turismo é aquela que assumiu maior expansão territorial, a propriedade das empresas operadoras é essencialmente de capitais privados, na sua maioria, de acordo com dados da Direcção Provincial da Industria, Comércio e Turismo de Maputo.

Enquanto isso, acredita-se também que as estradas previstas para ligar África do Sul e o projectado, ora tremido, Porto Dobela, passando pela Reserva Especial de Maputo e outra que ligaria Maputo á Ponta de Ouro, iriam incrementar ainda mais o turismo no distrito, através de novos investimentos(MAE, 2005).

No geral, o turismo neste Distrito vem se desenvolvendo com maior incremento na área de estudo, neste caso nos Postos Administrativos costeiros, em comparação com os restantes. Esta área teve maior preferência graças aos atractivos ecoturísticos, em especial subaquáticos que possui, com destaque para recifes de Corais, golfinhos, tubarão, baleia, raias e peixes ornamentais (MAE,2005:5).

A maior procura da beleza subaquática, da área de estudo, está evidente no trabalho de mestrado de Marcos Pereira (2003:24) que indica que em 2001 houveram 42.500 mergulhos e em 2002 subiu para 62.000. Este aumento foi de 19.500 (45.9%) mergulhos em comparação com o ano anterior.

A importância do distrito na prática de turismo de mergulho é confirmada por um estudo feito sobre a actividade na costa moçambicana. De acordo com esse estudo o maior fluxo de turistas que lotavam os estabelecimentos de acomodação, nos períodos de pico, na Ponta de Ouro, era atraído por mergulho subaquático (Tibiriçá, 2008:10-13).

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi utilizado o Método qualitativo, uma vez tratar-se de uma pesquisa de base empírica direcionada para investigar um fenómeno socio-económico a partir da busca da opinião, dos residentes locais, líderes comunitários, trabalhadores de estâncias turísticas, responsáveis e funcionários das instituições do Estado, com relevante papel na Administração de actividades turísticas e relacionadas.

Nas condições em que a pesquisa foi realizada, marcada por muitas limitações, e o seu carácter que visava ouvir, contemplar, analisar e descrever, o Método qualitativo mostrou-se mais adequado. Outra vantagem que se teve em conta, foi o facto de oferecer condições para uma investigação mais aprofundada sem necessidade de posse de grande amostra para obtenção de resultados de qualidade (Magaua, 2009:2).

Para alguns autores, o uso de grandes amostras tem sido mais consentâneo para pesquisas quantitativas, porquanto, para este tipo de investigação, interessa obter maior significância estatística (idem), o que não foi o objectivo essencial desta pesquisa.

4.1 Amostragem

Para pesquisas académicas existem diversos tipos de métodos para selecção de amostras, dos quais se destacam o Método Probabilístico e Método Não Probabilístico. Este último tem a desvantagem de não permitir a generalização dos resultados obtidos por não garantir a representatividade da população (Mulenga⁷, 2004:77-78). Segundo este autor, esta técnica aplica-se nos casos em que o pesquisador pretende saber algo sobre o efeito de um determinado produto e para materializar tal pesquisa há necessidade de identificar um grupo de elementos do universo, que reúne características típicas.

Aquele raciocínio é corroborado por Tânia de Oliveira (2001: 2-19) e adverte que a escolha do Método Probabilístico sem ter em conta as limitações do tempo, recursos humanos e financeiros pode comprometer, gravemente, os resultados esperados que os vieses/erros prováveis do Método Não Probabilístico.

Os dois autores Tânia de Oliveira (2001: 2-19) e Mulenga (2004: 78), definem os Métodos Não Probabilísticos como aqueles que a escolha de elementos para a

⁷Com o título “INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA” foi um manual de apontamentos dirigido a estudantes, segundo o Prefácio do autor.

composição da Amostra depende, essencialmente, do julgamento do pesquisador e não de probabilidade.

Tânia de Oliveira (2001: 2-19), citando Mattar (1996:157)⁸ admite que embora o método Probabilístico seja considerado o mais fiável, os factores como escassez de recursos humanos, materiais, financeiros e a modificação involutária do tamanho da amostra, poderia tornar os seus resultados viciados. Nestas condições, o mais aconselhável é o Método Não Probabilístico.

4.2 Amostragem intencional ou por julgamento

Esta técnica foi o suporte da nossa constituição da amostra. Ela faz parte do Método Não Probabilístico e consiste em escolher intencionalmente os elementos para integrar a amostra com base em critérios definidos pelo pesquisador, (Mulenga, 2004: 78).

Segundo Tânia de Oliveira (2001: 2-19), o uso desta técnica é comum na escolha de profissionais especializados (**experts**) sobre determinado assunto ou na escolha de uma localidade representativa de um país para uma pesquisa e, os seus resultados tendem a ser mais fidedignos.

4.3 Definição da Amostra para Pesquisa

Com suporte nos fundamentos apresentados pelos autores a que fizemos alusão e, mediante os factores limitantes já identificados atrás, designadamente, os recursos financeiros, que geralmente condicionam os restantes, foram seleccionados 4 pontos geográficos da área de estudo/litoral como amostra, nomeadamente Ponta de Ouro, Ponta Malongane, Reserva Espacial de Maputo (REM) e Cabo de Santa Maria, situados nos Postos Administrativos atrás citados. Esta escolha deveu-se ao maior grau de actividades turísticas e o impacto da sua contribuição para o bem estar da população.

De acordo com os defensores da escolha da amostra com base no julgamento do pesquisador, para buscar determinadas informações credíveis sobre um território, os dados tornam-se fiáveis (menos enviesados/distorcidos) quando faz-se a escolha de mais de uma localidade, de acordo com Hansen, Hurwitz e Madow (1966:72). *O método de amostras por julgamento é enviesado, e argumentam que o viés provavelmente poderá ser menor se forem seleccionadas mais de uma localidade*⁹, considera Tânia de Oliveira (2001: 11-12), citando os dois autores.

⁸MATTAR, F. *Pesquisa de marketing*. Ed. Atlas. 1996

⁹HANSEN, Morris H; HURWITZ, William N & MADOW, William G. *Sample survey methods and theory*. Vol. I. John Wiley & sons, Inc. 1966

Com relação a definição da amostra dos informantes, também procedemos de acordo com o nosso julgamento, tendo como base a necessidade de selecionar aqueles informantes que no seu dia-a-dia lidam com os membros das comunidades do destino turístico e captam percepções das causas e efeitos do turismo, por um lado. Por outro, aqueles que por razões profissionais desempenham um papel determinante na implantação, funcionamento e controlo de empreendimentos turísticos e outros sectores económicos relacionados. Para o alcance destes, os principais indicadores foram:

- o papel dos líderes comunitários na direcção das populações das suas áreas de jurisdição;
- A função e atribuição dos funcionários públicos dentro da estrutura da instituição a que pertence e dos territórios da actuação; e
- O capital de conhecimentos que os gestores, trabalhadores, empreendedores e representantes de agremiações detém sobre o turismo, comércio, emprego e cultura dos seus locais de actividade e de convivência.

Ao todo a amostra foi constituída por 37 pessoas colectivas e singulares, conforme ilustra a tabela 2 a baixo.

Dos 4 pontos geográficos seleccionados, a povoação da Ponta de Ouro inserida no Posto Administrativo de Zitundo apresenta maior número de estâncias turísticas, de estabelecimentos comerciais e por consequência de trabalhadores. Por esta razão este posto mereceu maior número de entrevistas.

Relativamente ao escalão dos líderes comunitários, dividem-se em um Régulo e 3 Chefes de Terra, sendo 2 do Posto Administrativo de Zitundo e 1 de Machungulo.

Os líderes comunitários por direito estão investidos de poderes para representar a população no seu relacionamento com o governo, de acordo com a legislação que mais adiante faremos referência.

Ao nível da REM a escolha recaiu na própria direcção e a uma associação comunitária da Comunidade de Mabuluku localizada na área sob sua influência.

Paralelamente, pelo mesmo método, foram seleccionados, para entrevistas, os gestores das três estâncias turísticas mais antigas da área costeira nomeadamente, Complexo Turístico de Malongane, Motel do Mar e Acampamento da Ponta de Ouro. Para maior diversidade da informação, foram, também, entrevistados as gestoras de dois Centros de Mergulho em representação de unidades turísticas mais recentes, Symple Scuba e Scuba Adventure. A soma destas 5 estâncias turísticas e a REM totalizam 6 unidades de recepção e alojamento de turistas.

No Posto Administrativo de Machangulo não teve lugar nenhuma entrevista a unidades de género, assim como de trabalhadores devido as limitações financeiras e a sua localização distante da estrada principal. Foi devido a esta razão, que a entrevista aos 2 líderes comunitários foi com recurso ao telemóvel.

Ao nível da Administração Pública foram selecionados os Chefes dos dois Postos Administrativos e o delegado Marítimo da Ponta de Ouro, com jurisdição em toda costa distrital. Adicionalmente, foram ouvidos antecessores do delegado marítimo e do chefe do Posto de Zitundo, dado que tanto o Delegado Marítimo assim como o Chefe do Posto Administrativo de Zitundo acabavam de assumir os seus cargos e mostrou-se necessário ouvir os anteriores titulares dos cargos.

Ainda no sector público, foram entrevistados os responsáveis da autoridade tributária da Ponta de Ouro; dos Serviços Distritais das Actividades Económicas de Matutuíne; da Administração Marítima da província; e o Chefe da Localidade da Ponta de Ouro.

Para conhecer as condições de emprego e papel de operadores foram entrevistados o representante do Sindicato Nacional da Industria Hoteleira e Turismo sedado na Ponta de Ouro e um dos responsáveis da Associação dos Agentes Económicos da Ponta de Ouro.

Por último, foram entrevistados 13 trabalhadores das estâncias turísticas e 3 comerciantes informais. Dos 13 trabalhadores 8 são nativos do distrito. Também, foi ouvida uma nativa do distrito, licenciada em história e professora desta disciplina na cidade de Maputo, para que nos situasse sobre algumas distinções dos nativos da área de estudo em função do sotaque e de usos e costumes.

Embora se mostrasse necessário, as limitações relacionados com recursos não nos permitiram recorrer aos encontros com grupos focais que teriam sido de maior valia na recolha de dados, com o alargamento de discussões muito úteis em estudos desta natureza.

Tabela 2: Distribuição numérica e percentual de entrevistas

Entrevistas	Quantidade	Território/ Quantidade	Percentagem
Estâncias turísticas	6	Reserva – 1 Zitundo – 5	16.2
Líderes tradicionais	4	Machangulo – 2 Zitundo – 2	10.8
Líderes de agremiações	3	Zitundo – 2 Reserva – 1	8.1
Comerciantes	3	Zitundo – 3	8.1
Trabalhadores	13	Zitundo - 13	35.1
Instituições públicas	7	Machangulo – 1 Zitundo – 4 Sede distrital – 1 Cidade Maputo – 1	18.9
Historiadora nativa	1	Cidade de Maputo– 1	2.7
Total/	37	37	100

Fonte: Autor– Trabalho do campo/ 2009- Outubro e 2010-Março

Para além das entrevistas foram obtidas informações documentais, ao nível das instituições públicas, nomeadamente, Direcção Nacional de Planificação do Ministério do Turismo, Direcção Provincial do Comércio e Turismo da Província de Maputo, Serviços Distritais de Actividades Económicas de Matutuine, Delegação do Instituto Nacional de Estatística da Província de Maputo, Administração do Distrito de Matutuíne, Postos Administrativos de Zitundo e Machangulo e Instituto Nacional da Marinha.

4.4 Técnicas de recolha de informação

Para recolha de informação, foram usadas as técnicas como entrevistas aberta e semi-estruturadas (ver anexos) e também à observação. A entrevista é um instrumento base, recomendado para pesquisa qualitativa. Segundo Markoni e Lakatos (2004:278) permite uma abordagem profunda dos assuntos, algo que não seria fácil com questionários fechados. A opção por entrevista, foi para permitir que os informantes expressassem as suas percepções em relação ao impacto do turismo no local.

Ainda de acordo os mesmos autores, a observação é uma técnica preponderante para pesquisa do campo, por usar os sentidos para recolher dados da realidade

observada, não apenas através de ver como também permite examinar os fenómenos e factos (Markoni & Lakatos, 2004: 275).

Adicionalmente, o pesquisador recorreu a um leque de informações que ia recolhendo nos encontros (entre equipas do governo e operadores ou comunidades) que foi participando na qualidade de profissional público do sector da Marinha Mercante, ainda na vigência do presente mestrado, em 2008. De acordo com Regulamento da Lei de Terra, vigente¹⁰, a Zona de Protecção Parcial ao longo da costa do mar e dos rios está sob supertendência daquele sector.

¹⁰ Aprovado pelo Decreto 66/98 de 8 de Dezembro. O seu nr 2 do artigo 8 estabelece a supertendência.

CAPÍTULO V

TURISMO NO LITORAL DE MATUTUÍNE

Neste capítulo pretendemos caracterizar do ponto de vista físico, socio-económico e administrativo a zona costeira, neste caso o litoral, do distrito de Matutuíne, objecto do presente estudo, que abarca os Postos Administrativos de Machangulo e Zitundo e a Reserva Especial de Maputo que também ocupa uma parte da faixa costeira, no espaço compreendido entre os dois Postos. Esta zona, constitui o principal destino turístico ao nível distrital.

5.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

5.1.1 Caracterização física

Ao longo da costa oceânica, desenvolve-se um sistema de dunas de 50 a 100 m de altitude com alguma cobertura vegetal, escassa em alguns pontos e abundante noutros. Devido a esta característica, a linha da costa, em alguns lugares, é declivosa e arenosa como resultado da ocorrência da rocha sedimentar (MDN,1986). Porém, o fundo marinho próximo da costa, apresenta um recife rochoso e caracterizado por uma rica biodiversidade como corais e outro tipo de fauna e flora subaquática. A seguir ao sistema dunar, para o interior, há predominância da planície do litoral onde pontificam algumas lagoas, sobretudo na península de Machangulo, e ainda espécies vegetais de grande e pequeno porte (idem).

Ainda na linha da costa, apresenta-se um solo arenoso com fraca capacidade de retenção da água, excepto nas zonas baixas dos cursos de água que se verifica a ocorrência de solos um pouco argilosos com alguma capacidade de retenção. Todavia, nas porções mais próximas do sistema oceânico ocorrem solos salinizados, como consequência da intrusão salina (idem).

O clima do Distrito é sub-tropical. Ocorrem ao longo do ano duas estações, a chuvosa que vai de Outubro a Abril e a seca que se estende de Maio a Setembro. A precipitação apresenta uma variação espacial significativa da costa para o interior. Ao longo da faixa costeira verificam-se valores médios de precipitação anual em torno de 1000 mm, decrescendo da costa para o interior até aos níveis de 600 mm. Ao longo da linha fronteiriça ocidental ocorre uma relativa subida dos níveis de pluviosidade devido aos efeitos da altitude. As temperaturas são elevadas, com valor médio anual acima de 24°C e Oceânico com amplitude térmica anual inferior a 10°C e com uma média anual de humidade relativa entre 55% e 75% (MAE, 2005).

No distrito ocorrem 3 áreas hidrogeológicas, designadamente: áreas pertencentes à bacia sedimentar ao sul do rio Save, com sub-unidades da cintura dunar; áreas pertencentes à bacia sedimentar ao sul do Save, com sub-unidade das planícies denudadas ao longo da cordilheira dos Libombos; e áreas de terrenos vulcânicos. Do ponto de vista físico a região é definida pela Bacia do Maputo-Tembe (idem).

Possui como principais rios: o Maputo, o Tembe, o Futi, Onsele e Chilichili. Outros recursos hídricos são as lagoas: Phiti, Chunguti, Sotiva, Malongane, Mandlene, Tsebjane, Gamane e Mangalipse. Algumas destas lagoas são sazonais por influência do clima prevalecente na zona. Relativamente aos rios, dada a sua origem fora do território nacional, o seu regime hidrométrico é condicionado pelo padrão da sua exploração nos países onde nascem. Nos períodos de estiagem estes rios são alvos do fenómeno de intrusão salina, concretamente na fase da maré viva quando ocorre maior amplitude entre a Preia – mar e Baixa-mar.

O lençol freático localiza-se próximo da superfície, devido a natureza plana da zona, o que influencia na ocorrência de formações lacustres ao longo da costa distrital.

A área de estudo tem uma rede de acidentes geográficos constituída por 10 pontas (de Ouro, Malongane, Momole, Techobanine, Madejanine, Mucombo, Dobela, Milibangalala, Chemucane e Membene) e um cabo (Santa Maria). A maioria das pontas constitui atractivo turístico devido aos ecossistemas aí localizados (idem).

5.1.2 Caracterização sócio-económica

A área de estudo é essencialmente turística, diferentemente do distrito todo que tem a agricultura como sua base económica. Nos anos anteriores ao desenvolvimento do turismo, sobretudo em 2003, a população local vivia do trabalho migratório, venda de lenha e carvão e de carne de caça (PNUD & ACNUR, 1997)

A população residente no Posto Administrativo de Machangulo, no Norte, com parte Oeste banhado pelas águas da Baía combinava aquelas actividades turísticas com a pesca de subsistência, com embarcações artesanais e redes de arrasto para terra e apanha de frutos do mar.

A mesma combinação não tinha lugar no Posto Administrativo de Zitundo, banhado apenas pelo mar, devido a natureza da costa marítima que é de fundo rochoso sujeito a ventos e correntes marítimas dominantes, que faz ocorrer ondulações e rebentações junto à costa (MDN, 1986:21-31). Daí que a pesca com embarcações

artesanais é quase inexistente em compensação a actividade turística é mais intensa, embora sazonal.

Em termos demográficos, os dois Postos Administrativos da área do Estudo somavam uma população de 9.503 habitantes, sendo 3.333 habitantes do Posto Administrativo de Machangulo e 6.170 do Posto Administrativo de Zitundo. Da população dos dois Postos, 4.862 são mulheres, o correspondente a 51 % (INE,2009). O índice de masculinidade (IM) é de 95%, significando que em cada 100 mulheres dos dois Postos há 95 homens.

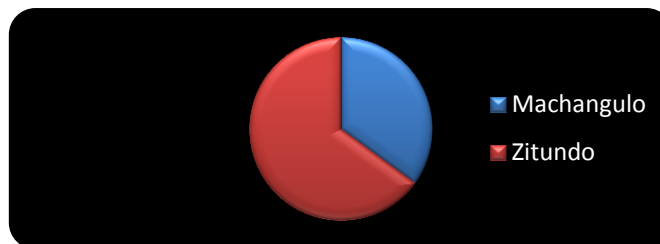
A composição da população é diversificada, porém inclui os descendentes de rongas (a maioria), changanes, bitongas, matsuas, zulus e de algumas etnias do Norte do rio, moçambicano, Save (MAE, 2005).

A população que habita o Posto Administrativo de Machangulo, devido ao seu sotaque característico quando fala ronga é denominada “**mandindindi**” e enquanto que a nativa do Posto Administrativo de Zitundo é apelidada de “**mazinguir**”, devido ao hábito masculino de caça de animais. Na realidade, não existe uma fronteira nítida sobre as comunidades quanto à última designação, podendo ambas serem consideradas "mazinguiris", pois nos tempos recuados os homens dedicavam-se à caça, para além do trabalho migratório e as mulheres praticavam agricultura, segundo uma nativa local licenciada em história.

Esta População, até um pouco antes de meados da década de 2000 vivia de trabalho migratório dentro e fora do país e de agricultura de subsistência. A pesca de subsistência até hoje é praticada pelas comunidades residentes próximas da margem sul e sudeste da Baía de Maputo.

Outras actividades geradoras de renda, até 2005, eram o comércio de lenha, bebidas tradicionais, carvão e artesanato. O comércio informal e de fronteira ocupava cerca de 12% da população activa e 8% das mulheres economicamente activas do distrito, segundo MAE (2005)

figura 2: Distribuição da população dos 2 Postos Administrativos da área de estudo



Fonte: INE 2009-Resultados do Censo 2007. Dados trabalhados pelo autor

5.1.3 Caracterização estrutural e administrativa

A área de estudo é constituída por dois Postos Administrativos, nomeadamente Zitundo e Machangulo e a parte costeira da Reserva Especial de Maputo. O posto Administrativo de Zitundo é composto por duas localidades designadamente Zitundo-sede e Manhoca. Na localidade Zitundo – sede é onde se localiza a sede do governo local. Integra 6 povoações: Gala, Mabucute, Malongane, Momole, Ndlovo, Phuza, Gogoza, Chicululo, Liguaguene, Xitevelene e Ponta de Ouro, segundo dados constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital de Matutuine 2009-2013 (2008).

O Posto Administrativo de Machangulo também, situado na costa, à semelhança do outro, tem duas localidades, Ndelane e Nhonguane. A localidade de Nhonguane que é onde se situa a sede do governo do posto é composto pelas povoações de Maphanga, Mhala e Nhonguane-sede (idem).

A gestão político-administrativa de cada Posto Administrativo está à cargo do chefe do posto. As localidades são também geridas ao nível da chefia. No seu funcionamento, os Postos Administrativos contam com a colaboração das autoridades comunitárias, em particular dos chefes tradicionais com funções nas localidades e povoações.

No âmbito da governação participativa, introduzida pelo Governo de Moçambique, no contexto da reforma do sector público e desconcentração do poder, parte destes elementos participam na gestão dos assuntos de interesse público, juntamente com agentes das outras esferas económicas e sociais locais.

As autoridades comunitárias foram criadas pelo Decreto 15/2000 de 20 de Junho e o seu funcionamento regulamentado pelo Diploma Ministerial 107-A/2000 de 25 de Agosto. Auxiliam os governos locais em diversos aspectos, representam e lideram as comunidades a sí dependentes na realização de várias tarefas de interesse público, por

isso mereceram a nossa escolha para conhecer os efeitos do turismo na vida das mesmas.

A respeito da governação, constatou-se a existência de dois tipos de gestão pública. Uma do tipo “topo-base” e outra de “base-topo”. Quando se trata de gerir assuntos de natureza técnico-administrativo é usado o método que privilegia a planificação a partir do topo. Mas em assuntos que envolvem a vida da comunidade ou que visam atender o uso de recursos naturais, como atribuição da terra, a gestão tem sido participativa através da auscultação das comunidades e seus líderes. Esta participação é consubstanciada, também, através dos Conselhos Consultivos instituídos pelo governo para acção governativa nos distritos e postos, conforme prevê a Lei dos Orgãos Locais do Estado e seu Regulamento. (lei nr 8/2003 de 19 de Maio).

Fora dos Conselhos Consultivos, tem havido outras formas de consulta em caso de necessidade. São os casos de Comités constituídos por elementos seleccionados da comunidade para determinado fim e encontros directos com a população. Um dos exemplos é o Comité existente no Posto Administrativo de Machangulo, chefiado pelo Regulo local. Foi criado para articular com a empresa que obteve terra para construção de uma espécie de megaprojecto ecoturístico, numa área de 10.000 hectares (ha).

CAPITULO VI

ACTIVIDADES TURÍSTICAS NO LITORALDE MATUTUÍNE E SEUS IMPACTOS NA VIDA DAS COMUNIDADES LOCAIS

Neste ponto pretendemos apresentar as percepções dos informantes, que interagiram com o pesquisador no trabalho do campo, visando conhecer o impacto das actividades turísticas na vida das comunidades da área de estudo/litoral do Distrito de Matutuíne, entre 2000 e 2009.

Conforme fizemos referência na metodologia, para obtenção de dados foram realizadas 37 entrevistas, das quais 6 foram dirigidas a estâncias turísticas, incluindo REM, 7 a instituições de Administração pública, 13 a trabalhadores do sector de hotelaria, 4 a líderes comunitários, 3 a agremiações (associação de operadores turísticos, sindicato de hotelaria e turismo e associação comunitária) e 3 a empreendedores comerciais. De todo o universo das entrevistas, 80.56% tiveram lugar no Posto Administrativo de Zitundo, maior centro turístico do distrito.

Segundo o trabalho do campo, no período anterior ao ano 2000, a zona da costa marítima do Distrito de Matutuíne dispunha de poucos estabelecimentos turísticos para alojamento e restauração. Ao nível das Pontas de Ouro, de Malongane e de Momoli existiam 4 estabelecimentos formais vocacionados para alojamento, designadamente, Motel do Mar, Acampamento de Ponta de Ouro, Complexo Malongane e o actual Complexo Turístico de Momoli, todos eles situados no Posto Administrativo de Zitundo.

Relativamente ao Posto Administrativo de Machangulo, os dados recolhidos mostram que até ao ano 1999 não existia nenhuma estância turística legal, havia apenas casas de verão que recebiam turistas a título de amizade ou de modo informal.

Entre os anos 2000 e 2009, o número de estabelecimentos turísticos de acomodação licenciados em todo distrito foi crescendo. E, em 2009 rondava a 43. Deste número a área de estudo (litoral) detinha 39, correspondente a 91%, segundo os dados fornecidos pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), confirmados pelo Relatório anual de Balanço de Actividades (2009) da Administração distrital.

Tabela3: Distribuição de estabelecimentos de alojamento turísticos formais.

Ano	Áreas	Estabelecimentos	Variação %
2009	Litoral/costa	39	90.69
	Interior	04	9.31
	TOTAL	43	100

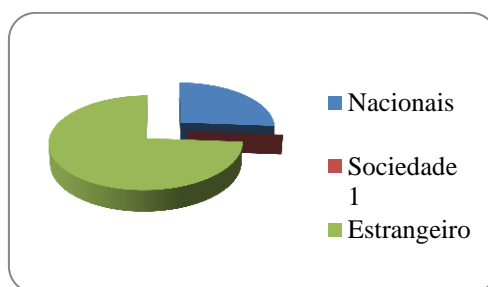
Fonte: Informação fornecida pelo SDAE – Matutuine e dados trabalhados pelo autor 2010

Aquele número, não incluía as casas particulares de verão que abundam tanto em Machangulo assim como em Zitundo que, na percepção da população local, são tidas como estâncias turísticas devido à presença significativa, nos períodos de pico turístico, de muitos indivíduos de raça branca não residentes.

Com relação a propriedade dos 43 estabelecimentos, 31 são de estrangeiros, 11 são de moçambicanos e 1 é de sociedade de moçambicano e estrangeiro, segundo dados fornecidos pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas do Matutuine (SDAE).

De acordo com os nossos informantes, inicialmente, a maior parte dos estabelecimentos turísticos dos que hoje são de estrangeiros, era de nativos e estrangeiros na base de uma sociedade comercial. Os nativos entraram na sociedade com terra familiar, mas com o andar do tempo cederam a sua parte a troco de dinheiro e viaturas e o investidor sócio estrangeiro ficou sozinho com o empreendimento.

Figura 3: Distribuição da propriedade dos estabelecimentos turísticos do distrito



Fonte: Informação fornecida pelo SDAE e dados trabalhados pelo autor-2010

Relativamente à distribuição espacial, a fonte esclareceu que a concentração de estabelecimentos na costa devia-se, não só, ao tipo de atrativos naturais mas também à natureza dos próprios turistas que eram essencialmente ecológicos. Em outras palavras, o grosso dos visitantes era fascinado pela natureza, sobretudo, a subaquática constituída por recifes de corais, golfinhos, baleias, tartarugas marinhas e a variedade de corais e flora marinha.

Quanto à classificação, os estabelecimentos eram constituídos por Lodges, hotel-resort, motel, casas de hóspedes, Parques de campismo, aluguer de quartos e alojamentos particulares¹¹.

A partir de 2003, ano de estabelecimento de electricidade da rede nacional, o aumento de infra-estruturas turísticas foi gradualmente acompanhado pelo fluxo de turistas nacionais e estrangeiros, sobretudo, provenientes da África do Sul.

Os turistas sul-africanos tiravam vantagem devido à proximidade entre a área de estudo com o seu país e o facto dos principais operadores serem provenientes da África do Sul onde, também, em muitos casos, se localizam as sedes dos escritórios dos operadores das estâncias turísticas do distrito, segundo a gerência do Complexo Malongane.

Outro facto apontado para a frequência de estrangeiros, da África do Sul, é a calma que caracteriza o ambiente social da área de estudo e fuga às enchentes nas praias sul africanas, sobretudo nos períodos do fim-do-ano, semana Santa e férias escolares. *As Praias sul africanas andam muito cheias e é diferente daqui em Matutuíne---as pessoas ficam à vontade*, disse uma gerente de um Centro de Mergulho da Ponta de Ouro, justificando.

Em termos de hospedagem no distrito, entre 2004 a 2009, o maior número foi de estrangeiros, em comparação com nacionais pois, no universo de 57.924 turistas, 51.707 (89.27%) foram estrangeiros contra 6.217 (10.73%) nacionais.

A mesma situação ocorreu com relação ao número de dormidas. Os estrangeiros apresentam maior número conforme ilustra a Tabela 4, de dados fornecidos pelo INE-delegação da Província de Maputo.

O reduzido número de hospedagem e dormidas de nacionais é atribuída à péssima qualidade das rodovias de acesso aos pontos turísticos da zona costeira e o alto custo dos serviços, segundo os informantes. *Muitos moçambicanos que vêm nos períodos do Natal, do fim do ano e da Páscoa preferem dormir nas casas de amigos e familiares*, foi nestes termos que esclareceu outra funcionária da gerência de um estabelecimento turístico de alojamento, a propósito da pouca presença de turistas nacionais.

¹¹As designações, nomenclatura e classificação vêm contidas no Regl. De Alojamento Turístico, Restauração e Bebidas e Salas de Dança – Decreto nr 18/2007 de 7 de Agosto.

Tabela 4.: Movimento de hóspedes e dormidas no distrito 2004-2009

Hospedes e dormidas	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Hóspedes nacionais	1079	638	1577	1250	1155	518
Hóspedes estrangeiros	7754	4856	8611	5168	13939	17596
Dormidas nacionais	2334	1216	2243	4832	2686	889
Dormidas estrangeiras	22730	19717	25023	18834	47064	61914

Fonte: Dados fornecidos por INE-Delegação Provincial de Maputo/2010

De acordo com dados do campo, o turismo na área de estudo é sazonal, os períodos de maior fluxo turístico são os meses de Dezembro, Janeiro, Abril, Junho/Julho e Setembro. Esta informação foi reiteradamente dita pelos gestores das 5 estâncias turísticas e confirmada pela Administração da Reserva Especial de Maputo.

A sazonalidade do turismo na área de estudo foi também expressa do levantamento feito pelo INE em 2007, cujos resultados indicam que dos 21. 286 de turistas entrevistados na Fronteira da Ponta de Ouro, 20.641 (96.97%) apontaram o Lazer e férias como motivos de deslocação à Província de Maputo e certamente a área de estudo incluída. A mesma tendência foi constatada com relação a Fronteira de Goba, onde, dos 60.656 turistas que entraram na Província, 43.178 (71.19%) evocaram a mesma razão, INE (2007). Segundo as nossas fontes, as férias gerais incluindo a Páscoa e escolares da África do Sul, coincidem com o período atrás indicado, o que mostra a importância estratégica da África do Sul para o desenvolvimento do turismo e colecta da receita na área estudada.

6.1 Impactos socio- económicos e ambientais do turismo na área de estudo

O incremento das actividades turísticas do ponto de vista de infra-estruturas e do fluxo de turistas, estimulou a expansão de outros sectores de economia a partir de 2003. Desde então, surgiram benefícios directos e indirectos para as comunidades, com destaque nas áreas de emprego, de comércio, de infra-estruturas sociais, da agricultura, da construção civil, cultura e artesanato. Dinamizou, também, os serviços do sector público e privado já existentes e o surgimento de outros, de acordo com as fontes administrativas e comunitárias locais, conforme iremos descrever mais adiante.

Aquelas mudanças, económicas e sociais foram o reflexo do papel impulsionador do turismo às economias locais e regionais, bastante referido por diversos autores com destaque para Ignarra (2003:52).

6.1.1. Emprego

Quanto ao emprego, tanto a liderança comunitária assim como a administrativa, para além de outros informantes ligados ao comércio e ao turismo, reconheceram que o incremento do turismo reduziu substancialmente o desemprego. Esta percepção contrariava o cenário anterior em que a área de estudo tinha uma economia dependente de uma agricultura de subsistência, da caça, da venda de bebidas alcólicas de fabrico caseiro e do trabalho migratório, como fontes de rendimento de muitas famílias, segundo ACNUR & PNUD (1997:9).

A percepção baseia-se no crescimento do número de unidades turísticas, surgimento e expansão do comércio informal, induzido pelo desenvolvimento do turismo, de acordo com os dados atrás descritos. *Aqui, onde está o mercado da Ponta de Ouro, era uma lixeira e construímos este mercado lá para 2002 e 2003*, disse o chefe do mercado da Ponta de Ouro, dissipando dúvidas quanto ao papel do turismo no desenvolvimento local.

Para além disso, o turismo movimentava um crescente número de utentes e consumidores. E ainda havia obras de construção de novos empreendimentos turísticos em toda linha da costa, com destaque para o Posto Administrativo de Machangulo, visando aumentar o nível de oferta.

Para os informantes, o crescente número de infra-estruturas turísticas e expansão de outras actividades económicas como o comércio e construção civil aumentaram as oportunidades de emprego. Na questão de emprego, pudemos validar esta crença a partir da análise do perfil do distrito, que resultou do levantamento feito entre Dezembro de 1995 e Abril de 1997 pela ACNUR & PNUD. Na altura, todo distrito dispunha de cerca 33 lojas em funcionamento deficiente, uma moagem, uma estação de serviço e duas padarias para além de 4 pequenas indústrias de cal, de calcário, de descasque de arroz e uma de cerâmica, (ACNUR & PNUD, 1997:9). Estas unidades produtivas estavam longe de oferecer oportunidades de emprego ao nível da capacidade de empregabilidade existente em 2009 com a expansão das actividades económicas.

Ainda de acordo com o Posto Administrativo de Machangulo, neste território e no período em análise, os construtores de empreendimentos turísticos tiveram que recrutar estrangeiros para responderem a falta de mão-de-obra. O facto deveu-se à

existência de outros empregos no mesmo território incrementados pelo desenvolvimento do turismo, casos de comércio informal, de actividades de transporte marítimo de carga, de pescas, de casas de verão e outras oportunidades.

Para a liderança tradicional de Machangulo, com a confirmação das autoridades administrativas locais, até o ano 2000, o comércio informal no distrito dispunha de cerca de 6 estabelecimentos, e até 2009 já existiam cerca 60. O número de barcos de transporte havia aumentado para responder a demanda de meios para o transporte de material de construção, constituído essencialmente por madeira que era embarcado na cidade de Maputo e desembarcado em Machangulo. Todas estas actividades requereram mão-de-obra.

Para alucidar melhor, os nossos informantes declararam que até algumas mulheres, ainda com capacidade física, abandonaram o trabalho da apanha de mariscos com rede de arrasto a pé, nas margens da Baía, e passaram a trabalhar nas obras de construção (descarga e transporte de material). Na pinião do Chefe tradicional de Nhonguane, Machangulo, *o turismo ajuda muito, até mulheres já tem emprego descarregam material de construção dos barcos e outras são serventes de obra. Assim ajudam em casa*, esclareceu.

No Posto Administrativo de Zitundo, as actividades turísticas juntamente com as comerciais e de construção civil também aumentaram a capacidade de absorção de mão-de-obra de ambos os géneros. A mão-de-obra feminina, com idade de 18 a 25 anos era mais preferida pelas unidades de alojamento e restauração, de acordo com o sindicalista dos trabalhadores da hotelaria e turismo. Os principais serviços, segundo a nossa fonte, são de quartos, preparação de refeições e outros auxiliares. Este facto foi confirmado por 4 gestores de igual número de unidades de alojamento.

Por sua vez, o chefe adjunto do mercado disse que mais de 50% dos 186 estabelecimentos informais de comércio e bancas do mercado empregava pessoal feminino.

Ainda, segundo os mesmos informantes, os homens estavam empregues nas obras, nos serviços de segurança, de mesa, de jardinagem, de artesanato, de apoio às embarcações, como vendedores ambulantes e guias aos turistas.

De modo geral, todos informantes foram quase unânimes quando disseram que o incremento do turismo dinamizou a preferência pelo trabalho assalariado em detrimento de agricultura. Porém, havia casos em que determinados indivíduos, sobretudo nativos, preferiam fazer negócios por conta própria. Clarificando, um dos informantes que é

transportador e comerciante, declarou que os jovens locais de sexo masculino preferiam ir à África do Sul comprar produtos e procederem a sua revenda nas áreas turísticas como Ponta de Ouro. Outros, como ele, optavam por comprar viaturas para transporte de pessoas e mercadorias (de Ponta de Ouro para fronteira ou fora do distrito) e ganhavam mais que serem empregados.

Outro papel ressaltado do turismo foi a profissionalização de indivíduos. Como que a pretender evidenciar o papel do turismo neste aspecto, o líder comunitário de Malongane realçou a especialização de moçambicanos na construção de casas feitas de madeira, tanto em Machangulo assim como em Zitundo, incluindo ele próprio. Esclarecendo, disse que ele próprio era mestre e tinha constituído a sua equipa de trabalho.

Em apoio a esta revelação, o sindicalista hoteleiro afirmou que além do líder tradicional havia mais 5 novos mestres de construção, mas todos não eram naturais do distrito. Para enfatizar, disse que já era normal uma empresa sul africana ser contratada para construir determinadas casas de madeira e ela subcontratar técnicos moçambicanos para a execução da obra.

Segundo observamos no terreno, as casas de madeira constituíam uma das principais opções dos proprietários de estabelecimentos turísticos e de casas de verão existentes à beira da praia da Ponta de Ouro.

Figura 4: Em segundo plano, casas de madeira Ponta de Ouro



Fonte: Autor – Observação de campo/2010

Na mesma linha de convicção de que o turismo fomenta emprego, expressaram-se duas informantes ligadas à gerência do Complexo Malongane e Acampamento da Ponta de Ouro, dizendo que nos períodos de pico recrutavam trabalhadores sazonais a

quem lhes pagavam um salário diário. O recrutamento de trabalhadores temporários também era feito, individualmente, por turistas que acampavam na Reserva Espacial de Maputo, de acordo com Administração desta instituição.

Não conformados com os dados revelados pelos informantes, tivemos que partir para o exercício de validação da informação colectada. O primeiro passo dado foi recorrer ao levantamento feito pelo FDC em 2006, e a informação recolhida indicou que:

- o número de trabalhadores de estabelecimentos turísticos do distrito era de 366 pessoas em 2006. Na altura do levantamento havia 33 unidades de alojamento e 17 de restauração e bebidas em todo o distrito. Este número estava abaixo dos 43 de alojamento e 33 de restauração e bebidas que existiam em 2009;

O segundo passo foi:

- seleccionar 6 estabelecimentos turísticos de alojamento da área do estudo, correspondente a 13.95% dos 43 registados em todo distrito até 2009. Seguidamente, fez-se o levantamento do número dos trabalhadores. Do levantamento foi apurado o número de 251 trabalhadores correspondentes a 68.6 % dos 366 apurados pelo FDC em 2006.

Daquele resultado surgiu a seguinte pergunta: se 6 estabelecimentos turísticos têm 68.6% do número de trabalhadores apurados em 2006, que número de trabalhadores tinham os 43 estabelecimentos de alojamento e 33 de restauração e bebidas existentes em 2009?

A conclusão sobre aquele resultado e seu alcance na avaliação da empregabilidade será objecto de análise no ponto sobre a discussão dos resultados da pesquisa, mais à diante.

6.1.1.1 Qualidade de emprego

Ainda sobre empregabilidade, na generalidade, os empregos eram carecterizados por alguma precaridade jurídica pois, segundo o sindicalista da indústria hoteleira da Ponta de Ouro, a maior parte dos trabalhadores não tinha vínculo laboral por contrato escrito, mesmo nos estabelecimentos legais de alojamento e restauração. Na sua opinião, esta irregularidade permitia aos empregadores furtarem-se das suas obrigações caso decidissem despedir o trabalhador. Por um lado, *o próprio trabalhador naquelas condições sentia-se inseguro e tinha que aguentar todo tipo de injustiças laborais para não perder o emprego*, disse o representante sindical.

Por outro, na óptica do mesmo sindicalista, do chefe tradicional da Ponta de Ouro e de outros informantes, o emprego era foco de exclusão por o patronato tender a empregar moçambicanos dos outros distritos e províncias em detrimento dos cidadãos locais. Esta realidade, foi confirmada no Complexo Malongane onde dos 77 trabalhadores nacionais apenas 8 eram nativos. O mesmo constatou-se no Motel do Mar que empregava 22 trabalhadores do distrito no universo de 69 moçambicanos. Estas estâncias eram, na altura, as maiores empregadoras, das que operavam em toda a zona costeira.

Este fenómeno ocorria, segundo a percepção dos informantes, porque os gestores permitiam que os empregados não naturais recrutassem seus conhecidos, amigos e familiares, alegadamente porque os nativos não tinham habilidades e experiência para aquele sector de emprego.

Aquela modalidade de recrutamento foi confirmado por dois trabalhadores vindos da cidade de Maputo, um deles motorista que conseguiu o emprego através de um familiar. A problemática da falta de contratos e tratamento menos digno foi confirmado por um casal saído de Maputo para trabalhar num estabelecimento turístico na Ponta Momole.

Para a liderança comunitária de Machangulo, o procedimento de recrutamento usado feria o compromisso inicial, segundo o qual a implantação de turismo iria proporcionar emprego às comunidades locais. Na opinião da mesma liderança, aquelas atitudes dos operadores podiam estar por detrás da continuação do trabalho migratório por parte da população jovem que ainda continuava a demandar o emprego na África do Sul. Para apoiar esta percepção, o chefe tradicional de Malongane disse também que outra razão que desmotivava os nativos de trabalharem na sua terra estava relacionada com o que eles consideravam de baixos salários.

Segundo este líder, os defensores do trabalho migratório alegavam que além de África do Sul pagar salários satisfatórios, tinha a vantagem de pagar as remunerações quinzenalmente ao contrário de Moçambique que era mensal. Este mesmo ponto de vista foi secundado pelo sindicalista hoteleiro citando as lamúrias que ouvia dos protagonistas do trabalho migratório.

Numa outra vertente, os informantes revelaram que, já no estrangeiro, aqueles nativos chamavam as suas esposas para irem se juntar a eles, mesmo que elas estivessem a trabalhar na terra natal. A este comportamento estava associada a ideia de evitar que as suas mulheres fossem tomadas por "estrangeiros", referindo-se a outros

moçambicanos não nativos, provenientes de outras regiões do país, que trabalhavam e residiam na área de estudo.

No que toca à preferência pela África do Sul, de acordo com os informantes, outra razão era inerente aos benefícios gratuitos atribuídos pelo governo daquele país às crianças que nasciam nas suas Maternidades. Confirmada esta alegação, uma fonte do Complexo Malongane, secundada pelo chefe tradicional da Ponta de Ouro, disse que as crianças recebiam subsídios financeiros, inclusive ensino gratuito, até atingir maioridade.

6.1.2 Infra-estruturas económicas e sociais

No período anterior ao ano 2000, as infra-estruturas sociais eram significativamente escassas, de acordo com o levantamento feito pela ACNUR & PNUD (1997). Com o incremento do investimento no turismo nos finais de década de 90, a par do envolvimento da comunidade na atribuição da terra, foram surgindo intervenções de operadores turísticos na provisão de infra-estruturas sociais em benefício das comunidades.

No Posto Administrativo de Machangulo, localidade de Ndelane, as comunidades locais beneficiaram-se de 1 posto de Saúde com Maternidade, construído e oferecido por uma empresa do ramo de turismo que estava a erguer uma estância turística. No mesmo Posto, operadores turísticos construíram e ofereceram cerca de 10 salas de aulas, sendo duas em cada povoação, de acordo com o chefe do Posto e a lidença tradicional. Igualmente, foram construídas casas para professores e para os líderes das comunidades, o régulo e chefes de terra, e ainda um mercado convencional de venda de produtos com água canalizada, segundo as mesmas fontes. Para além destas infra-estruturas, 7 fontes de água foram ofertadas às comunidades do mesmo território administrativo.

O outro Posto Administrativo costeiro (Zitundo) beneficiou-se de cerca de 6 outras fontes de água (furos e poço) contributo de operadores turísticos que operam localmente. Paralelamente, duas escolas das povoações de Molongane e Ponta de Ouro beneficiaram de pintura, e foram ofertados materiais escolares e brinquedos aos alunos, de acordo com os chefes tradicionais de Malongane e Ponta de Ouro.

Para a liderança tradicional de Machangulo, com a nova unidade sanitária o seu território passou a dispor de duas unidades. Este facto diminuiu o sofrimento da população. Entre as pessoas que sofriam apontaram doentes e parturientes, que

percorriam longas distâncias para encontrar a única unidade hospitalar para assistência sanitária. A mesma liderança, disse que parte dos partos caseiros, feitos no meio de risco, passaram a ser feitos na unidade sanitária.

Com as novas salas de aulas, as crianças passaram a estudar mesmo nos dias de chuva e ventania. No futuro, uma vez electrificadas as escolas, poderão ser introduzidas aulas nocturnas de alfabetização e das classes mais elevadas, acima de Sétima Classe, segundo o chefe de terras (Induna) de Nhonguane e o Régulo de Machangulo.

Relativamente às fontes de água, as lideranças dos dois Postos Administrativos (Machengulo e Zitundo) consideraram constituir um alívio nas vidas dos habitantes, porquanto antes percorriam longas distâncias a procura daquele líquido vital à saúde e bebiam água sem qualidade.

Todavia, e embora reconhecesse o valor das ofertas, a mesma liderança, reiterou que ainda as fontes eram insuficientes e as dificuldades ainda prevaleciam. O número de fontes de água construídas e oferecidas pelos operadores turísticos não correspondia à expectativa e necessidades das comunidades, em particular nas povoações da Ponta Malongane e da Ponta de Ouro, que continuavam a clamar por mais fontes. A prova evidente da insuficiência era a contínua busca de água em lagoas e pântanos pelos residentes dos bairros da zona Verde 1, 2 e Comunal "C".

Ainda em torno da insuficiência de fontes de água, constava do relatório interno do Posto Administrativo de Machangulo, de 10 de Março de 2010, que a localidade de Ndelane já tinha 4 poços, mas ainda necessitava *de pelo menos mais 4*.

Outra insatisfação dos líderes tradicionais da Ponta de Ouro e Malongane estava relacionada com infra-estruturas educacionais. Segundo os dois chefes de Terra, nenhuma escola de material convencional foi construída pelos operadores turísticos em Malongane e Ponta de Ouro. Na Ponta de Ouro, a escola local ainda possui salas de aulas para crianças de 1ª a 5ª Classes feitas de material precário (caniço).

Pronunciando-se em torno das reclamações da liderança comunitária, com relação a infra-estruturas sociais, um responsável da Associação de Operadores Económicos da Ponta de Ouro disse que *o turismo estava a contribuir com a oferta de emprego, como forma de melhorar a vida da população*. E, fez saber que nem todos operadores obtiveram a terra por vias formais, alguns membros das comunidades entregaram a terra por via de negócio e este facto levava *os investidores a terem sensibilidades diferentes sobre as necessidades da população*.

6.1.3. Diversificação de actividades económicas

O incremento de actividades comerciais como resultado de libertação de iniciativa criadora dos membros das comunidades era a face mais visível da diversificação da economia local. Para ilustrar, os entrevistados indicaram que, até ano 2000, a compra de produtos, pelas famílias locais, era feita especialmente na África do Sul ou em Maputo.

Com o crescimento de actividades turísticas e a partir de 2003, o comércio informal cresceu e se expandiu na área de estudo. Até 2009, a Ponta Malongane já possuía 27 barracas e bancas de comércio informal, a Ponta de Ouro cerca de 99 e Machangulo 60, para além das outras não contabilizadas ao longo dos aglomerados habitacionais costeiros. Estes dados foram fornecidos pelas autoridades administrativas e comunitárias locais. Também, foi referido que os turistas e estâncias turísticas vinham adquirindo produtos agrícolas e pesqueiros locais para seu abastecimento, o que lhes conferia maior valor no mercado local. De acordo com os nossos informantes, fora dos consumidores ligados ao turismo, apontaram, também, o número elevado de consumidores locais que ia aumentando como resultado da expansão demográfica, estimulada por migrações de pessoas idas de outros pontos geográficos do país, motivadas por oportunidades de emprego e de negócio.

Como exemplo, foi citado que a maioria de fabricantes e vendedores de obras de arte nas povoações da Pontas de Ouro, de Malongane e Momoli eram de Bairro T3, no Município da Matola, segundo o chefe tradicional de Malongane e o Delegado Marítimo da Ponta de Ouro.

Ainda sobre actividades turísticas e agrícolas, foi nos revelado que o aumento da procura de produtos agrícolas e outros alimentares nas áreas turísticas da costa, estimulou o envolvimento de mulheres empreendedoras, na busca de produtos agrícolas na África do Sul e na Cidade de Maputo. De acordo com o Chefe tradicional de Malongane, de alguma maneira, a actividade agrícola acabou ficando prejudicada porque as "mamas" locais passaram a preferir aquisição de produtos agrícolas fora do território que os produzir. Foi daí que algumas terras férteis de Malongane deixaram de serem cultivadas, apesar de serem apropriadas para arroz e hortícolas.

A compra de produtos agrícolas locais foi referida pela gerência de um Centro de Mergulho que também possui alojamento dizendo que comprava localmente alface, banana, papaia, piripiri, entre outros.

Outras fontes de rendimento realçadas foram as indústrias artesanal e da culinária que, incentivadas pelo movimento turístico, conheceram algum desenvolvimento no fabrico de bens. Do rol, constava objectos de arte, peças de mobiliário, de vestuário e ainda o confeccionamento de alimentos para venda ao público em estabelecimentos informais dos mercados locais.

Com relação ao transporte, o estudo constatou que o turismo teve papel de incentivo no transporte rodoviário de passageiros e mercadorias, desde 2003, entre a Ponta de Ouro (fronteira) e a África do Sul, e entre a fronteira e as Cidade de Maputo e Matola.

Os principais clientes eram residentes locais e moçambicanos no geral que se deslocavam naqueles pontos para venda e aquisição de produtos, para além de turistas, segundo um transportador e operador de comércio informal da Ponta de Ouro.

No transporte marítimo também verificou-se um incremento. No Posto Administrativo de Machangulo estava virado para transporte de mercadorias para abastecimento dos estabelecimentos do comércio e das estâncias turísticas, com produtos diversos incluindo materiais de construção para novas infra-estruturas turísticas, em particular para uma espécie de mega-projecto ecoturístico que estava em obras no Cabo de Santa-Maria. Este transporte era garantido por embarcações artesanais dos operadores singulares das comunidades locais.

O incremento do transporte marítimo de mercadorias foi referido por uma fonte da Administração Marítima de Maputo, segundo a qual, por volta do ano 2002, a instituição passou a receber pedidos de proprietários de barcos de pesca que pretendiam mudar da actividade de pesca para transporte de carga. Em 2009, esses pedidos subiram para 7 contra 3 a 4 dos anos anteriores.

Outro mercado de transporte marítimo surgiu em Zitundo, virado ao transporte comercial de turistas para contemplação da natureza, pesca recreativa e mergulho subaquático. Em 2009 já estavam a operar 3 empresas.

No sector das comunicações, os informantes elogiaram a introdução da comunicação via rede móvel, embora com cobertura insuficiente, pelas empresas Mcel e Vodacom, considerando que veio aliviar a perda de tempo e dinheiro, porquanto dantes tinham que percorrer enormes distâncias para Vila da Ponta de Ouro ou sede distrital situado acima de 70 Kms, para fazer uma ligação telefónica. De contrário, tinham que realizar uma deslocação para o contacto físico com o interlocutor.

A comunicação por telemóveis e Internet, que também tinha a rede funcional, com algumas fraquezas, foi atribuída vantagens multiformes porquanto proporcionavam condições para promoção de relações sociais e económicas entre pessoas e entre empresas.

O líder tradicional de Malongane, também, fez referência ao negócio de vender e carregar baterias de celulares, como outra fonte de renda que deriva da funcionalidade das redes de telefonia móvel e eléctrica.

6.1.4. Imposto e receita pública

Para melhorar as condições de tributação dos agentes económicos e singulares foi implantado um Posto de Cobrança na povoação da Ponta de Ouro desde 2008. De acordo com o responsável do Posto, os primeiros resultados mostravam que o incremento do turismo tinha um contributo significativo na Balança de Pagamentos, porquanto as receitas de turismo e comércio estavam a aumentar. Elucidou que em Dezembro de 2008, os contribuintes foram 38, e até finais de 2009 o número havia triplicado. Quanto aos valores das receitas arrecadados em 2008 e 2009 não quis revelar, mas disse que a diferença foi "abismal". Porém, o entrevistado reconheceu que sua instituição tinha dificuldades em controlar o rendimento real das estâncias turísticas, porque algumas realizavam cobranças aos clientes na África do Sul.

As principais fontes de receita são impostos, não só pagos pelas empresas turísticas, mas também pelos trabalhadores em serviço naqueles empreendimentos. Este benefício de Impostos foi realçado pelas autoridades Administrativas de Machangulo e Zitundo, dado que as suas instituições beneficiam-se do Imposto de Reconstrução Nacional¹², pago directamente pelos empregados do sector privado e da colecta diária nos mercados e sector informal. Segundo o responsável da Localidade da Ponta de Ouro, parte do funcionamento da sua instituição estava dependente da receita proveniente do imposto e taxas diárias das bancas. No geral, havia diferentes tipos de impostos, uns pagos pelas empresas, designadamente o Imposto de Valor Acrescentado (IVA)¹³, Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC)¹⁴ e Imposto de Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS)¹⁵

¹²Aprovado pela Lei nr 2/78 de 16 de Fevereiro

¹³Aprovado pela Lei nr 32/2007 de 31 de Dezembro

¹⁴Aprovado pela Lei nr 34/2007 de 31 de Dezembro

¹⁵Aprovado pela Lei nr 33/2007 de 31 de Dezembro

6.1.5 Mudanças culturais

O presente estudo mostrou, também, que o papel do turismo influenciou as mudanças culturais como na língua, nos casamentos, na alimentação, no cântico e dança. Segundo o ex-chefe do Posto Administrativo de Zitundo, a comunidade local não tirava proveito do turismo para manifestar-se culturalmente com danças tradicionais. Usou como exemplo o facto do governo local ter, algumas vezes, recorrido a grupos culturais de Maputo para irem animar eventos realizados na Ponta de Ouro. Desde então, as comunidades começaram a organizar-se para igual fim e iniciaram actividades de cânticos e danças tradicionais em locais turísticos. Esta falta de manifestações culturais foi testemunhada por uma fonte do Complexo Malongane.

O conhecimento das línguas inglesa, afrikaans, Zulu ou Português era parte das exigências para acesso ao emprego fixo ou sazonal. Para os entrevistados, esta realidade forçava uma viragem para sobrevivência das comunidades locais que passaram a encarar a educação como caminho de acesso às oportunidades de emprego na área de estudo. Antes do incremento do turismo, as esperanças de emprego era somente na África do Sul e na Suazilândia e a língua portuguesa e a grande instrução educacional não eram relevantes. As línguas de comunicação eram a materna (Ronga) e Zulu, língua materna dos povos sul africanos da zona fronteira com Ponta de Ouro. Esta influência Zulu resultava de casamentos e de emigração à busca de emprego ou por razões políticas (guerra civil de 16 anos em Moçambique).

A influência da África do Sul, através de fluxo de seus turistas, de comércio fronteiro e do trabalho migratório ficou expresso através do predomínio da sua moeda Rand na área de estudo, particularmente em Zitundo. Em alguns casos, os salários eram pagos em Rands, é o caso de Complexo turístico de Malongane. Nesta unidade, os salários de moçambicanos partiam de 713 Rands.

O papel da mulher ganhou alguma relevância com o desenvolvimento do turismo. Além que fazia parte dos assalariados e de importadores informais de produtos para o mercado local, também era proprietária. Parte dos estabelecimentos informais contabilizados em Machangulo, Ponta Malongane e Ponta de Ouro era de mulheres, de acordo com fontes dos Postos Administrativos de Machangulo e Zitundo.

Tabela 5: Distribuição de propriedade de estabelecimentos e bancas de comércio por género

Propriedade de homens	Propriedade de mulheres	Total
123	63	186

Fonte: Postos Administrativos de Zitundo e Machangulo/2010

Parte daquelas mulheres, trabalhavam para sustentar as suas famílias na qualidade de chefes, na ausência dos maridos emigrados na RSA e ou por serem mães solteiras, segundo o líder tradicional da povoação de Malongane.

Outro facto evocado foi a mudança nos hábitos alimentares, estimulado pelas actividades comerciais. Segundo um dos líderes tradicionais de Machangulo, as comidas que eram confeccionadas nas suas casas tinham um sabor acrescido devido ao surgimento de novos condimentos como o Caldo. Por sua vez, um informante da chefia do mercado da Ponta de Ouro apontou que já era normal uma família ter pão no pequeno-almoço no lugar de mandioca que era habitual antigamente. Enfatizou, ainda, que a confecção de alimentos nos estabelecimentos informais permitia que qualquer residente passasse suas refeições naqueles locais a preços mais baixos que nos estabelecimentos turísticos.

6.1.6 Desenvolvimento espacial - urbanização

Outra mudança trazida pelo desenvolvimento turístico foi a constatação dos primeiros indícios de urbanização da zona costeira, desde o Cabo de Santa Maria à Ponta de Ouro. Com maior enfoque para a Ponta de Ouro.

O processo de urbanização manifestava-se pela substituição de actividades primárias (agricultura) pelas terciárias (comércio e serviços) segundo Araújo. (1997:95-97). Tal como nos referimos anteriormente, na área de estudo, a população local, por influência do desenvolvimento do turismo, passou a preferir o trabalho assalariado e actividades comerciais, por um lado. Por outro, o desenvolvimento do turismo incrementou a construção de infra-estruturas turísticas e habitacionais ao longo da costa, desde o ano 2000. Simultaneamente, houve expansão do número de residentes na Ponta de Ouro, na Ponta Malongane e no Cabo de Santa Maria, que foi alimentada pela chegada de cidadãos nacionais e estrangeiros por razões de emprego e de negócio. Um

outro factor que catalisou o processo de urbanização ao longo da costa, foi a electrificação ocorrida em 2003, de acordo com as autoridades administrativas locais.

O estudo constatou que, da Ponta Malongane a Ponta de Ouro, o processo de urbanização estava mais avançado em relação a outras zonas. Houve algum parcelamento de terra, há ruas delimitadas e apresenta maior concentração de estâncias turísticas, segundo o chefe da localidade da Ponta de Ouro e registos da Direcção Provincial de Comércio e Turismo de Maputo (ver tabela 8). A Ponta de Ouro dispunha ainda de uma Estação de combustível, casas de diversão, serviços públicos como finanças, marinha mercante, electricidade, saúde, educação, defesa, segurança pública e outros.

Outra particularidade constatada, até finais de 2009, havia construções de infra-estruturas turísticas ainda em curso nas Pontas de Ouro, Malongane, Momoli, Tichobanine e no Cabo de Santa Marinha.

6.1.7 Apreciação negativa das actividades ecoturísticas

Não obstante, os diversificados benefícios que o turismo oferecia, simultaneamente, vinha produzindo efeitos colaterais negativos, tanto na fase de implantação, assim como no funcionamento de infra-estruturas. Este sentimento foi expresso por operadores turísticos, líderes comunitários, Associação de Mergulhadores Amadores e por instituições de Administração Pública do distrito.

De acordo com os entrevistados, na fase de expansão de infra-estruturas ao longo da costa, que iniciou com maior intensidade no ano 2000, assistiu-se uma serie de danos ambientais e modificação espacial da paisagem através de:

- abate e substituição, em alguns lugares, da vegetação por novas edificações de material precário e convencional;
- abertura de novas vias de acesso para os locais de obras turísticas;
- uso de veículos de transporte de equipamento e do pessoal e
- movimentos pedonais do pessoal das obras.

As consequências foram:

- destruição das dunas e
- erosões marinha, eólica e antropogénica

Admite-se que, muito antes do incremento das construções turísticas já havia danos ambientais decorrentes de abate de vegetação para produção de carvão e obtenção do combustível lenhoso:

Na fase de construção de infra-estruturas abundava a destruição de dunas. Entre 2003 a 2005 havia mais danos ambientais com viaturas e motos mas depois combateu-se...a população também destruiu a vegetação para produção de carvão e lenha, antes do início dos projectos turísticos. Disse o líder tradicional de Malongane.

Falando sobre este cenário, o delegado marítimo do distrito esclareceu que de facto algumas das construções eram feitas por cima das dunas primárias. Parte destas destruições resultavam de prática ilegal de alguns investidores e outros eram produto de descoordenação entre entidades públicas que emitiam autorizações para determinados projectos, tendo em conta que na gestão da zona costeira havia responsabilidades de várias instituições ao abrigo da Lei de Terra que estabelece a Zona de Protecção Parcial¹⁶

Para elucidar, o mesmo delegado, disse que algumas das construções nos lugares impróprios ainda permaneciam ao longo dos cerca de 80 kms da costa distrital pois, no lugar de destruição, foram recomendadas medidas técnicas de prevenção de erosão.

Relativamente a fase operacional das infra-estruturas turísticas, de acordo com a informação recolhida nos 6 estabelecimentos hoteleiros e outros informantes, os problemas mais salientes que afectavam o ambiente foram:

- condução ilegal de veículos nas praias;
- abertura ilegal de locais de lançamento de embarcações a água por meio de reboque;
- pressão sobre os recifes de corais por turistas mergulhadores;
- excesso de embarcações lançadas à água;
- poluição sonora causada por motos e embarcações a motor; e
- proliferação de lixo.

Sobre aquele tipo de problemas, diversos informantes os caracterizaram de variadas formas:

- os turistas tinham mau hábito de percorrem a praia com viaturas, algumas vezes com embarcações rebocadas, até alcaçarem o destino desejado, entre Ponta de Ouro e Cabo Santa Maria, extremo norte da costa. Também aconteciam casos de pesseatas e competições de motos (quadriciclos) na praia e nas dunas

¹⁶¹⁶ Artigos 22 e 23 da Lei nr 19 / 97 de 1/10 (Lei de terra) têm suscitado interpretações contraditórias

adjacentes, de acordo com uma fonte do Complexo turística de Malongane. Uma vez alcançado o destino, alguns turistas faziam lançamento de embarcações à água em pontos que achassem adequados, sem licença ou autorização e supervisão da autoridade marítima, segundo a REM.

- nas proximidades da povoação de Malongane, existiam cerca de 15 a 20 recifes de corais que eram concorridos por muitos turistas. Uma estância turística local possuía 4 barcos e nos dias de pico turístico cada barco chegava a fazer por dia 3 viagens para os referidos recifes com 8 a 12 mergulhadores, de acordo um trabalhador de um centro de mergulho local. Além destes barcos, mais outros faziam o mesmo, acrescentou o entrevistado.

A imagem da figura 5, retrata o que tem sido o efeito de lançamento de embarcações na praia da Ponta de Ouro. Este lançamento é feito por tractor e viaturas, de tracção integral. Nos períodos de pico turístico tem havia mais de meia centena de lançamentos, o que vinha influenciado o avanço das águas sobre o continente. Segundo o Delegado Marítimo local, nos períodos da maré-viva (enchente de maior amplitude) a água chegava a alcançar uma parte dos edifícios mais próximos.

Figura 5: Em primeiro plano, erosão estimulada pelo lançamento de embarcações na Ponta de Ouro



Foto do Autor/Março - 2010

Ainda em relação à quantidade de barcos e o número de mergulhos, 2 representantes de associação de empresas de mergulho amador, numa reunião¹⁷ com funcionários do Instituto Nacional da Marinha e com um dos responsáveis da REM, confirmaram que no período de pico turístico chegavam a ser feitos lançamentos de mais de uma centena

¹⁷A reunião teve lugar na Ponta de Ouro no dia 28.10.2009 a pedido dos membros da associação.

de barcos à água, num só dia. Na opinião deles, havia necessidade para se controlar o elevado número de barcos e de turistas-mergulhadores para salvaguarda dos ecossistemas mais importantes para o ecoturismo. Na altura, propunham que não fossem permitidos novos licenciamentos para actividades de mergulho.

Falando também de maior fluxo de embarcações, o Delegado Marítimo distrital disse que da Ponta de Ouro a Ponta Momole existiam cerca de 22 embarcações nacionais registadas. E, no período de pico turístico, o número de embarcações estrangeiras que entravam, temporariamente, na zona era estimado em 150 a 200. Posteriormente, estas embarcações eram lançadas na água para actividades turísticas.

Para aquela instituição pública, o combate a actividades ilícitas era dificultada por falta de meios humanos e materiais para fiscalização. A Delegação Marítima, na altura, apenas dispunha de 2 funcionários, o próprio delegado e um auxiliar. E em termos de meios, apenas tinha uma moto de quatro rodas para fiscalizar uma costa com mais de 80Kms e sem nenhum barco.

Por sua vez, a REM dispunha de uma viatura, uma embarcação, uma moto e uma bicicleta, de acordo com a chefia desta Reserva. Para minimizar a falta de meios, fazia o que podia, em parceria com a Delegação Marítima e os Serviços de Pescas. Todavia, consideraram os meios insuficientes para cobrir a costa e o mar diante da elevada quantidade de barcos e turistas que visitavam o território nos períodos de pico.

Conforme ilustra a tabela 6, o desafio das autoridades perante a má conduta dos turistas é grande. Num espaço 3 meses foram detectadas e penalizadas 4 infracções de condução na praia, e três das quais ocorreram no mesmo dia. Este tipo de infracções tem sido o principal responsável da erosão ao longo costa e da mortalidade de tartarugas marinhas, segundo a REM. O mesmo sucede com o lançamento de barcos em lugares impróprios e sem a respectiva licença, dado que os barcos são colocados sobre uma carroça com rodas e sob reboque de uma viatura.

Tabela 6 : Infrações e multas aplicadas a infractores na área de estudo

Ano	Data	Multa (Mt)	Tipo de infracção
2008	26/04	10.000,00	condução na praia
	16/06	20.000,00	condução na praia
	16/06	20.000,00	condução na praia
	16/06	20.000,00	condução na praia
Sub total	70.000,00		
2009	2/07	6.500,00	Pilotagemde moto de água com idade menor de 18 anos
	14/07	50.000,00	Construção na zona de protecção parcial sem licença
	8/08	20.000,00	Condução na praia
	11/08	10.000,00	Investigação sem licença
	5/09	10.000,00	Lançamento do barco sem licença
	12/10	50.000,00	Roubo de ovos de tartaruga
	23/10	10.000,00	Lançamento do barco sem licença
	21/11	20.000,00	Condução na praia
	?	10.000,00	Lançamento do barco sem licença
?	10.000,00	Lançamento do barco sem licença	
Sub total	196.500,00		
TOTAL	266.500,00		

Fonte: Instituto Nacional da Marinha/2011 (Tabela adaptada pelo autor)

A problemática do meio ambiente foi tónica do encontro entre a Comissão multisectorial do Governo que, em 13 de Março de 2008, deslocou-se ao Posto Administrativo de Zitundo para auscultar a população, líderes comunitários e autoridades administrativas sobre o projecto da criação da Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro, visando a protecção da biodiversidade marinha.

Na ocasião foram apresentadas reclamações tais como:

- licenciamento excessivo de Escolas e centros de mergulho;
- pilhagem de recursos naturais subaquáticos pelos turistas estrangeiros;
- proliferação de locais de lançamento de barcos;
- incapacidade da fiscalização do Estado aos turistas; e
- proibição a população local de transitar em alguns acessos à praia.

Falando para a mesma equipa, uma operadora da área de passeios de barco e contemplação de golfinhos estabeleceu uma relação entre o excesso de embarcações/ruído e a redução da quantidade de golfinhos que se aproximavam da praia da Ponta de Ouro.

Em torno do lixo, os operadores turísticos disseram que com o crescimento do número de turistas e do sector de comércio a sua produção havia conhecido um aumento significativo. A falta de serviço público de saneamento e de gestão de resíduos sólidos ao longo da praia, assim como em áreas residenciais e de serviços tornava a situação incontrolável.

A falta de ordenamento territorial, em algumas zonas, propiciou a desorganização do uso do espaço. Esta situação não permitia a distinção quanto à

função de cada local, com relação às actividades a desenvolver. Ainda sobre a terra, as facilidades que a Lei de Terra proporcionava aos membros das comunidades locais (ocupação por nativos) dava azo ao uso irregular da Zona de Protecção Parcial.

Algumas infra-estruturas turísticas foram construídas por nativos, em parceria com estrangeiros antes da aprovação do Estudo de Impacto Ambiental e licenciamento. Em outros casos, surgiram conflitos de terra por má percepção das comunidades aos seus direitos. Um caso típico deu-se no Posto Administrativo de Machangulo, onde uma empresa, quando pretendeu construir um empreendimento ecoturístico teve acesso legal a cerca de 10.000 ha de uma área habitada por comunidades locais, e com cerca de 11 lagoas.

O Projecto previa a construção de 150 casas, um cais para barcos, um hotel e rampas de lançamento de embarcações, segundo o processo submetido na Administração Marítima de Maputo em 2006. A ocupação teve autorização do Governo e aceitação das comunidades locais. Mas, alguns elementos da comunidade perceberam que o acordo tinha sido mal negociado com a citada empresa, pois comprometia o futuro dos seus filhos e netos que estavam condenados a viverem na terra de uma empresa e sem direito a reivindicar o uso dos recursos naturais abrangidos. Segundo um líder tradicional local, a inquietação foi transmitida ao governo provincial de Maputo. Este prontificou-se a reduzir o espaço da empresa para 6000ha e deixar 4000ha para as comunidades e ainda libertar as lagoas do controle privado.

Um outro exemplo, segundo a Delegação Marítima local, foi de uso ilegal de terra. No tal caso, um cidadão nativo associado ao estrangeiro solicitou a terra da Zona de Protecção Parcial, na povoação de Malongane, ao governo provincial. Enquanto aguardava pela decisão, desbravou o terreno, terraplanou e ergueu infra-estruturas.

Fora dos problemas de terra, foi focada a insuficiência de serviços. A energia eléctrica era um dos serviços afectados, sobretudo, nos períodos de pico turístico. A sua qualidade ficava reduzida devido a menor capacidade dos Postos de Transformação montados pela empresa EDM, de acordo com um informante que fora responsável no Posto Administrativo de Zitundo.

Outro fenómeno negativo do turismo, foi o movimento migratório interno, resultante da aparente abundância de emprego. As pessoas vinham das outras regiões do país para a área de estudo/litoral, particularmente às povoações da Ponta de Ouro e Malongane. O efeito era mais sentido no sector de trabalho turístico.

Na esfera cultural, dos 4 líderes tradicionais, 3 queixaram-se das mudanças nos usos e costumes locais, das quais destacaram:

- o uso de calças pelas mulheres;
- a promiscuidade/prostituição;
- alcoolismo; e
- roubo de bens.

De acordo com um dos líderes de Machangulo, neste território as mulheres locais já usam calças assim como se envolviam com muitos homens por influência do turismo e do álcool. Em Zitundo, havia prostituição discreta nos períodos de pico, mas praticada por mulheres vindas de Maputo, de acordo com o líder tradicional da Ponta de Ouro. Enquanto que o seu homólogo de Malongane queixou-se de roubo nos primeiros anos do incremento do turismo. De acordo com o mesmo líder, o fenómeno foi combatido rapidamente através da sensibilização das comunidades locais e do apoio ao trabalho da polícia. A facilidade com que se combateu, deveu-se ao facto dos mentores terem sido indivíduos estranhos à sociedade local.

6.1.8 Papel do governo no desenvolvimento do ecoturismo

Neste ponto, apresenta-se a percepção dos líderes comunitários, operadores turísticos e o sentimento das instituições públicas que foram objecto de entrevistas no decurso da pesquisa, sobre o papel do Governo, no desenvolvimento do turismo na área de estudo e no distrito em geral.

O crescimento do número de infra-estruturas turísticas e o incremento do turismo foram considerados como alguns dos contributos que o Governo deu ao incremento do turismo. A extensão da rede eléctrica de Cahora Bassa em 2003, para o distrito, veio impulsionar o alargamento numérico e espacial de novos empreendimentos turísticos e outros económicos através de aprovação e licenciamento. Estas acções tornaram efectivo o desenvolvimento e diversificação das economias locais.

Segundo um responsável do mercado da Ponta de Ouro, um dos aspectos que incentivou o surgimento e expansão do comércio informal foi o aumento cada vez mais de turistas e a existência de energia.

O Governo, também, foi atribuído o papel de impulsionador, embora ainda muito insuficiente, no transporte que liga Matutuine a outros distritos e à Cidade de Maputo, através de licenciamento de transportadores. Conforme o líder tradicional de Malongane, os produtos vendidos na área de estudo vinham da África do Sul e Maputo

onde algumas mamas locais iam comprar para revenda. O mesmo foi referido por um dos líderes tradicionais de Machangulo com relação ao abastecimento de mercadorias ao seu Posto, que era dependente, em parte, de embarcações de carga.

A implantação dos serviços de telefonia móvel e rede fixa foram outras acções que foram vistas como determinantes na melhoria da vida económica e social do distrito, quer para empresas assim como para as populações locais, de acordo com 3 líderes tradicionais de Malongane e Machangulo.

Outro facto de realce foi a implementação do benefício de 20% dos lucros financeiros destinados às 12 comunidades residentes na área da Reserva Especial de Maputo, uma delas de Mabuluku. A mesma instituição servia de base dos turistas consumidores de produtos naturais fornecidos pelos membros das comunidades, como mel e piripiri, de acordo com um responsável da comunidade Mabuluku e a chefia da REM. Assim como proporcionava empregos sazonais aos comunitários.

Todavia, na opinião dos informantes, o Governo ainda não tinha assumido na plenitude as suas atribuições. O sector de estradas, embora chave para incremento do número de visitantes e expansão do turismo, não tinha trazido nenhuma mais valia. A partir da própria estrada principal que parte da povoação de Salamanga, próximo da sede distrital, passando pelas vias que ligam às sedes dos Postos Administrativos de Machangulo e Zitundo eram troços arenosos ou acidentados.

Mais de metade (66%) das estâncias turísticas entrevistadas e 4 líderes comunitários indicaram as péssimas condições das vias como a principal causa de fraco fluxo de turistas domésticos, assim como das difíceis condições de mobilidade entre áreas turísticas. Estas dificuldades, segundo os informantes, faziam sofrer não só os membros das comunidades assim como os turistas. *Com vias de acesso melhoradas aumentariam os turistas e a receitas, embora aumentaria a criminalidade*, disse uma informante membro da gerência de uma estância turística.

Ainda de acordo com os entrevistados, no período chuvoso as vias constituíam um desafio até aos melhores condutores e viaturas. Em alguns locais as águas pluviais criavam charcos e o piso tornava-se escorregadio, principalmente da Localidade de Salamanga para REM. Foi neste contexto, que os informantes vincaram que era devido à péssima qualidade das vias que o transporte rodoviário de passageiros entre as localidades turísticas não era atractivo à iniciativa privada. Por esse facto, as comunidades locais percorriam a pé distâncias acima de 5 km para o serviço, hospital e outros locais de interesse, em alguns casos, no meio da selva.

Aquela realidade era considerada penosa para pessoas doentes, grávidas e população estudantil, constituída maioritariamente por crianças, segundo os informantes. Deram exemplo da única escola secundária do distrito que se situava entre 70 e 80 km de algumas comunidades costeiras, o que tornava impossível matricular crianças sem garantia de transporte.

De acordo com o Régulo de Machangulo, o problema podia ser eliminado se as estradas entre localidades fossem boas. Justicou dizendo que havia filhos da terra que trabalhavam na África do Sul com rendimentos para aquisição de viaturas, mas não o faziam dado que a vida útil desses meios seria muito curta e seria uma ousadia onerosa.

Para eles, o frustrante é que tiveram esperança que os operadores turísticos iam ajudar na melhoria das vias, mas não estava a acontecer. *Os operadores turísticos não dão atenção às promessas feitas porque dizem que nos dão emprego*, desabafou um outro líder tradicional.

Outra infra-estrutura estratégica para impulsionar o turismo era o aeródromo local que os entrevistados consideraram uma pena a sua inactividade. Segundo um antigo chefe do Posto Administrativo do Zitundo, o Governo local fez alguns contactos com a empresa de tutela, mas não chegaram a resultar.

Outra falha apontada ao Governo, foi a inexistência de condições para que fossem captadas as emissões da rádio e da televisão públicas nacionais. Na opinião dos entrevistados, a situação dificultava o acesso à informação nacional, levando-lhes a pensar que estavam no estrangeiro, segundo uma fonte da gerência de uma unidade de alojamento e mergulho da Ponta de Ouro.

Por último, as dificuldades de combater os males que afectam o meio ambiente, como construções por cima das dunas, abusos dos turistas e operadores turísticos, como impedimento de acesso à praia e falta de contratos de trabalho, foram outras fraquezas atribuídas ao Governo.

6.2 Análise e discussão dos resultados

Neste ponto, pretende-se fazer análise e discussão dos resultados da pesquisa sobre os impactos do turismo na vida das comunidades

Para o efeito, far-se-á uma retrospectiva das actividades turísticas no período compreendido entre antes do ano 2000 e depois deste ano até 2009. Igualmente, irá debruçar-se sobre o impacto do turismo na vida das comunidades locais no contexto do desenvolvimento local. Para materialização desta pretensão, serão objecto de atenção os

resultados do campo e o que tem vindo a ser escrito sobre o distrito e o turismo. Também iremos discutir os resultados da pesquisa na base das perspectivas teóricas que serviram de referencial para este trabalho.

6. 2.1. Retrospectiva do turismo na área de estudo/litoral

Em comparação com o período anterior ao ano 2000, os resultados mostram que a área de estudo (litoral) teve maior expansão de infra-estruturas e unidades turísticas de alojamento até 2009. No decurso deste período, só no litoral, cresceram na ordem de 875%, passando de 4 para 39 unidades de alojamento.

O crescimento foi progressivo não só na área de estudo (litoral) como também em todo o distrito. Em 2003 eram 12, em 2006 passaram para 33 e, finalmente, em 2009 totalizaram 43 unidades, segundo FDC (2006:22) e resultados do campo.

Tabela 7 Distribuição de unidades do alojamento no espaço distrital 2000-2009

Ano	2003	2006	2009
Nr de unidades	12	33	43
Variação (%)		175	30

Fonte FDC/2006 e trabalho do campo/2010. Dados trabalhados pelo autor

A tabela que antecede mostra que as unidades de alojamento foram aumentando de 2000 para 2009 e este período coincide com a extensão da rede eléctrica nacional para o Distrito de Matutuíne em 2003 (MAE,2005:27). Este facto confirma a importância de infra-estruturas básicas, neste caso a rede eléctrica, na promoção do turismo, tal como defendem alguns teóricos do turismo, com destaque para Ignarra (2003:87).

Por outro lado, verificou-se no mesmo período o crescimento do número de estabelecimentos de restauração e diversão na ordem de 106% em todo distrito, pois, de 16 em 2006, passou para 33 em 2009, segundo dados do FDC (2006:22) e do relatório-balanço das actividades do ano 2009 do governo do distrito (2010). Mais de 75% destes estabelecimentos localizavam-se na área do estudo/litoral.

Aqueles dados revelam maior concentração de estabelecimentos hoteleiros e similares ao longo da linha da costa dos Postos Administrativos de Zitundo e Machangulo e ainda na área da REM, conforme ilustra a tabela abaixo. Esta concentração, demonstra a importância da área de estudo/litoral para a capitalização de

investimento ao turismo ecológico e de mergulho, no quadro do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo, 2004-2013.

Tabela 8: Distribuição, pela costa, das unidades de alojamento, até 2009

Local	Santa Maria	P.Abril*	Reserva E. Maputo	P.Malongo	P.Mucombo	P.Moli	P.Ouro	Total
Quantidade	06	01	03	03	01	02	23	39

Fonte: Direcção Provincial de Indústria, Comércio e Turismo de Maputo/2010

*estas denominações, de localização, constam dos registos da Direcção de Comércio e Turismo da Província de Maputo

6.2.2 Participação dos agentes económicos nacionais na exploração das potencialidades turísticas do distrito

Sobre este ponto, os resultados de pesquisa mostram que, do universo de 43 estabelecimentos de alojamento existentes em 2009, cerca de 72% era propriedade de estrangeiros, na sua maioria sul-africanos e 26% era de nacionais. Este número é revelador de que a área de estudo e o distrito dependiam parcialmente do investimento estrangeiro para dinamizar o sector do turismo, por um lado. Por outro lado, o estudo sugere que o baixo número de investidores nacionais é factorial. Dados do campo indicam que os nativos inicialmente faziam parte da sociedade comercial, entrando com terra familiar. Posteriormente, alguns venderam a sua quota aos sócios estrangeiros.

Aquela atitude pode ser entendida como uma revelação de alguma fragilidade na compreensão da cultura empresarial ou resultado da ansiedade de querer desfrutar dos ganhos, muito cedo, do que o empreendimento poderia oferecer.

Diante daquela situação, da desistência na sociedade comercial, a questão que se coloca é: será fácil um nativo, sozinho, montar um empreendimento e o tornar rentável com toda complexidade que caracteriza um negócio de género? Para este estudo, nos moldes defendidos pelos teóricos como Merigue (2003), não é qualquer nativo de origem camponesa, saído ou vivendo num cenário de pobreza que podia tirar proveito das potencialidades do destino turístico para promover o desenvolvimento local. É que para estes teóricos, o desenvolvimento local deve partir da iniciativa das comunidades locais, ainda que seja com apoio dos agentes externos.

Não obstante o número elevado de investidores estrangeiros e baixo número de nacionais, o estudo sugere que, com estes operadores, as comunidades tiravam benefícios que melhoravam as suas condições de vida, que é outra face do desenvolvimento local defendido pelos teóricos. Estes benefícios resultavam do emprego, da provisão de infra-estruturas sociais e outros conforme virá descrito mais adiante.

6.2.3. Fluxo crescente de turistas

Os resultados do campo foram indicativos do crescimento do fluxo de turistas na área de estudo entre 2000 a 2009. Este crescimento foi determinante na dinamização do turismo pois, existe uma relação de causa-efeito.

Segundo os dados que corporizam os resultados da pesquisa, o fluxo de turistas teve duas origens, uma interna (turistas domésticos) e outra externa (turistas estrangeiros).

6.2.3.1. Dependência da área do estudo à visitantes estrangeiros

À par da dependência parcial com relação a investidores estrangeiros, também foi notória a dependência com relação a visitantes estrangeiros pois, de acordo com dados colhidos na pesquisa, a percentagem de visitantes estrangeiros, sobretudo sul-africanos, era elevada em comparação com turistas domésticos, na ordem de 89.27% (tabela 4). A mesma situação verificava-se na vertente de dormidas (tabela 4).

A mais valia trazida pela maior demanda de turistas estrangeiros é a entrada de divisas ao país. As divisas são muito importantes para o país reduzir o défice financeiro originado pelo baixo volume das exportações. Segundo as teorias de desenvolvimento, um país que exporta menos do que importa, colecta menos a receita em divisas e sua economia não se desenvolve (Souza, 1993).

Ainda sobre esta abordagem, o princípio sobre a reversão de dependência económica defende que os países subdesenvolvidos deverão aumentar as suas exportações para captarem divisas a serem investidas nas áreas económicas e sociais para promoção do desenvolvimento. Mas, não devem parar por aí, assim como deveriam diversificar a sua economia, aumentando as fontes de receita (Souza, 1993 :222).

Outros teóricos apontam o turismo como um dos sectores que pode alavancar a economia dos países subdesenvolvidos, ao atribuir nele o papel de captor por excelência de divisas e impulsionador de outros sectores económicos (Wahab, 1997 e Faria, 2012).

O principal fundamento para aquela crença, segundo os autores, é que a maior parte dos turistas que escala estes países é dos países ricos atraídos pela rica biodiversidade que ainda os caracteriza.

No caso da área de estudo, o maior fluxo de turistas estava relacionado com suas condições para prática de mergulho subaquático e contemplação da natureza. Esta relação foi realçada nas pesquisas realizadas por Pereira (2008) e Tiribiça (2008).

Por isso, pode-se entender que o maior fluxo de turistas estrangeiros, na área de estudo, era uma oportunidade e a existência de atractivos naturais, uma força. Logo, a sua exploração sustentável era uma necessidade para diversificação de fontes de receitas e via para o aumento de obtenção de divisas, crescimento da economia e a expansão do desenvolvimento local.

A demanda de visitantes estrangeiros, praticantes do ecoturismo tem explicação. De acordo com alguns autores, esta actividade é maioritariamente praticada por indivíduos com alto nível de vida que pretendem trocar o ambiente já conhecido, rotineiro, por um outro, sobretudo, natural (Wahab,1977).

Além disso, aqueles turistas, também se debatem com enchentes nos destinos turísticos dos países de origem, devido ao alto padrão dos serviços oferecidos, decorrentes dos altos investimentos nas infra-estruturas básicas, meios de transportes rápidos e tecnologias de informação e comunicação que permitem o acesso rápido aos serviços e destinos (Wahab, 1997). Neste sentido, a apetência de turistas daquele nível de desenvolvimento, em virem desfrutar os atractivos naturais de que dispõe a área do estudo e o distrito em geral, consubstância a Teoria de Dependência e o Mecanismo da sua Reversão. À luz daquela teoria, os países em vias de desenvolvimento podem tirar proveito dos seus recursos naturais para obrigar os países desenvolvidos a pagarem preço justo pelo uso dos seus produtos primários. E com receita, em divisas, daí proveniente pode ser investida em áreas sociais e económicas para o seu desenvolvimento. (Souza, 1993:122-130).

6.2.3.2 Efeitos do baixo número de visitantes domésticos

Embora o fluxo elevado de visitantes estrangeiros constituía mais valia, não se pode subestimar as perdas que decorrem da baixa ida de turistas domésticos à área do estudo. Tal como refere o Ministério das Finanças do país (Cistac 2007:6), o reduzido número de turistas domésticos influencia negativamente o rendimento do turismo no país.

No caso da área de estudo, os resultados do campo mostram que o turismo era sazonal, por ter havido épocas sem negócio por falta de turistas. O que se disse é que os turistas estrangeiros só vinham em três épocas (fim do ano, Semana Santa e nas férias escolares – no meio do ano). Ora, pela beleza e atrativos naturais que a área dispõe, acreditamos que os turistas domésticos far-se-iam presentes a tempo integral, quer para lazer assim como para o turismo de eventos. Mas, a precariedade das vias de acesso não encorajava. Se estas fossem requalificadas e o aeródromo da Ponta de Ouro estivesse operacional teria havido mais procura.

A consequência imediata do fluxo permanente de turistas domésticos, teria sido o aumento progressivo do nível de consumo dos produtos ou bens e mais oportunidades de negócios dos operadores turísticos e empreendedores comunitários. O aumento de consumo reflectir-se-ia, positivamente, na geração de emprego e de renda das famílias locais.

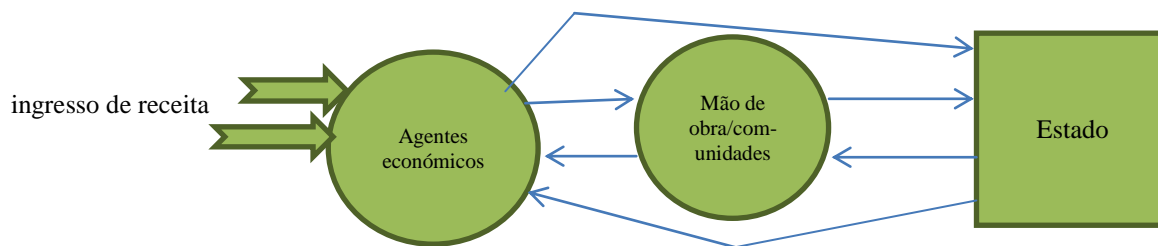
O PARPA II (2006-2009), assim como o Plano Estratégico do desenvolvimento do Turismo (2004-2013), depositam no turismo a esperança de ver os níveis de pobreza reduzidos nas zonas rurais, através de oferta de emprego, infra-estruturas sociais e preservação do meio ambiente (MITUR, 2004).

6.2.4 Impacto do Ecoturismo na vida das comunidades e nos outros sectores económicos e sociais

Do ponto de vista da importância das áreas económicas, os resultados do presente estudo sugerem que o turismo é a primeira área económica mais importante da área de estudo/litoral. Uma das razões é que a zona costeira/litoral tem baixas condições para o desenvolvimento da agricultura devido à pobreza dos seus solos, conforme fizemos alusão na caracterização socio-económica. Outra razão reside no número de infra-estruturas que possui e a quantidade de trabalhadores, turistas e consumidores que mobiliza, e seu papel indutor para o surgimento e expansão de outras actividades económicas.

Começando pelo seu papel indutor às restantes sectores, o estudo mostra que o turismo está interligado a vários sectores económicos e sociais, conforme caracteriza o esquema abaixo.

Figura 6 Esquema de fluxo de receita, renda, imposto e serviços



Fonte: Pesquisa do campo; Esquema produzido pelo autor/2010

Com o fluxo de turistas a receita entra aos agentes económicos - fornecedores dos serviços e bens, colectivos ou individuais. Destes, segue a cadeia de interligações, indo para a mão-de-obra e comunidade no geral (por via de salários, parte de lucros e aquisições) e também ao Estado em forma de impostos. Por sua vez, o Estado realimenta a mão-de-obra/comunidade e os agentes económicos, comprando bens que necessita e fornecendo serviços. O mesmo é feito pela mão-de-obra/comunidade que fornece a sua força de trabalho e bens aos agentes económicos.

Para além do que foi descrito atrás, com a geração da renda, os agentes económicos melhoram o negócio, investindo mais para melhoria e expansão das suas actividade para satisfazer a procura e simultaneamente obrigam-se a aumentar a mão-de-obra. Esta realidade foi ocorrendo de 2000 a 2009 de acordo com os resultados da pesquisa.

Os níveis de cobrança de receita, embora não tenha havido revelação dos valores pelo responsável do Posto de Cobrança, por razões óbvias, as suas afirmações sugerem um crescimento extraordinário. Esta conclusão parte da revelação, segundo a qual, de 2008 (ano de implantação do Posto) a 2009, a diferença de colecta foi “abismal”¹⁸. Isto porque, de acordo com o mesmo, em 2008 havia 38 contribuintes, e o número triplicou em 2009, o correspondente a 200% de crescimento.

A partir do que antecede, prentedeu – se mostrar de que modo as actividades turísticas repercutiram-se na vida sócio-económica das comunidades e dos restantes actores de desenvolvimento local, tal como iremos caracterizar, com algum detalhe, nas sessões subseqüentes.

¹⁸De acordo com dicionário universal da língua portuguesa (2001:4) abismal pode se entender como tudo que é profundo

6.2.4.1. Impacto na redução do desemprego

A área do turismo foi aquela que maior oportunidades de emprego oferecia. Tomando em conta os números obtidos no exercício de estimativa que consta dos resultados deste estudo, seria de considerar que as expectativas da população estavam a ser respondidas, em função dos seguintes fundamentos:

Os resultados das 6 unidades de alojamento, que foram objecto de levantamento de campo (o levantamento não foi geral devido à limitações apontadas neste estudo) o universo de trabalhadores em 2009 era superior que o contabilizado em todo distrito no ano 2006 pois, o número de unidades de alojamento havia aumentado 30.3% (de 33 para 43) e de restauração e bebidas 94.12% (de 17 para 33); Por extensão, a mesma conclusão serve para a área de estudo, porque possuía 90.68% de estabelecimentos de alojamento dos 43 existentes em 2009. Para além de que os 6 que foram alvo do levantamento representavam 15% do total dos 39 localizados no litoral.

Fora daquele quadro, havia empregados nas áreas de comércio formal e informal, na construção civil, no transporte marítimo e rodoviário de passageiros e carga, na construção naval, na pesca, nos serviços públicos e privados expandidos ou surgidos por efeito multiplicador do turismo.

Para dar corpo a ideia antecedente, traz-se como dados adicionais os seguintes:

- Em 2009 só em algumas povoações da área de estudo havia 186 estabelecimentos e bancas de comércio informal e, cada um empregava ou auto-empregava uma pessoa e, havia casos de 2 trabalhadores quando os estabelecimentos fossem de confecção de alimentos ou venda de bebidas, segundo um dos responsáveis do mercado da Ponta de Ouro;
- No mesmo ano, nas obras de construção de um mega projecto turístico estavam empregues 504 trabalhadores, dos quais, grosso número era de nacionais, segundo o relatório interno do Posto Administrativo de Machangulo, emitido em 10 de Março de 2010;
- Em 2009 existiam empresas turísticas das quais 3 de mergulho, 3 de transporte de turistas, com trabalhadores e licenciadas pelos serviços da marinha mercante (INAMAR) que não constavam do rol das autoridades do turismo. Além de mais, segundo o SDAE, havia projectos turísticos que pela sua envergadura eram licenciadas ao nível central que não estavam sob o controlo directo do Distrito;

- Havia obras de construção de infra-estruturas turísticas em curso em toda costa, que empregavam mais trabalhadores. Cita-se como exemplo, a construção de uma estância turística na Ponta Techobanine que estava em curso em 2009, segundo o sindicalista.

Para além dos dados acima descritos, existiam mais empregados, também, não contabilizados em sectores de serviços e da indústria, como de abastecimento de combustível, electricidade, artesanatos e panificação. Havia, também, um parque imobiliário de casas de verão nos 2 Postos Administrativos, sobretudo na Ponta de Ouro. Para subsidiar a ideia, só no Posto Administrativo de Machangulo, até 2009, existiam cerca de 15 casas de verão, que empregavam moçambicanos, segundo o responsável territorial.

Ainda sobre a contribuição do turismo na redução de emprego, uma das passagens do relatório daquele Posto Administrativo, referido atrás, realça: *o turismo tende, nos últimos anos, ocupar um lugar de destaque, contribuindo significativamente para a redução do desemprego.*

Porém, tal afirmação seria justa do ponto de vista geral, tendo em conta que, de acordo com os mesmos resultados, a maior parte dos empregos tinham sido tomados por cidadãos nacionais em geral, quando na óptica da população local deveriam ter sido tomados pelos nativos. Os 4 líderes comunitários alegaram que, a oferta de empregos a nativos foi a promessa feita no decurso do processo de consulta pública para atribuição de terra aos investidores.

Aquela capacidade de empregabilidade consubstancia a ideia de que o turismo é um grande redutor de desemprego, de exódo rural e melhora a qualidade de vida das comunidades locais, porque a maior parte da mão-de-obra que emprega não é especializada (Ignarra, 2003).

Porém, alguns empregos oferecidos pagavam menos que o estabelecido. Segundo o chefe adjunto do mercado da Ponta de Ouro, o pessoal empregue nos 99 estabelecimentos de comércio informal recebia cerca de 1000,00 Mt por mês, em 2009. Ora, o salário mínimo nacional no sector dos Serviços não financeiros era de 1.825,00 Mt, incluindo a área de comércio e turismo de acordo com a Tabela salarial aprovada pelo Decreto do Governo nr 23/2009 de 21 de Maio. Quanto ao trabalho sazonal, no período de pico turístico, apresentava-se com as remunerações vantajosas pois, em 30 dias superavam o salário mínimo na medida em que uns recebiam 22% e outros 119%,

acima do salário mínimo, num pagamento feito em Rands. Esta realidade pode explicar a preferência dos nativos pelo trabalho sazonal, como fonte suplementar à outras actividades, quer que fosse emprego na África do Sul ou negócio por conta própria, segundo o sindicalista de hotelaria e turismo.

Diante das constatações, há condições para dizer que a expansão de infra-estruturas turísticas e o número de visitantes, assim como o impacto multiplicador do turismo contribuíram para oferta de emprego e para melhoria da vida das populações locais, independentemente da sua origem étnica. Neste quadro, inclui mulheres que já faziam parte dos assalariados, contrastando com a realidade anterior ao ano 2000 que a agricultura era a principal esperança de emprego. (ACNUR & PNUD,1997:5).

A relação entre o crescimento de infra-estruturas turísticas e dos visitantes com a expansão de emprego é também estabelecida por Ignarra (2003: 152).

6.2.4.2. Impacto na provisão de infra-estruturas sociais e económicas

Nesta sessão, pretendemos discutir a contribuição dos operadores turísticos na construção e oferta de infra-estruturas sociais, no quadro das promessas feitas no processo de consulta pública para atribuição de terra aos investidores turísticos. Por outro lado, iremos avaliar o papel do Governo, também, na construção e melhoria de infra-estruturas não só sociais assim como económicas no distrito e em particular na área de estudo/litoral.

6.2.4.2.1. Saúde

A construção e entrega para o benefício da população de um centro de saúde, com maternidade, em Nhonguane trouxe melhorias à assistência sanitária das comunidades locais. De acordo com dados históricos, até 1997 todo o distrito apenas dispunha de um Centro de Saúde, na capital distrital, e 6 Postos Sanitários, totalizando 7 unidades sanitárias. A área do estudo (litoral) dispunha de apenas 2 Postos de Saúde e nenhum estava no Posto Administrativo de Machangulo (ACNUR & PNUD, 1997:12).

Tabela 9: Distribuição de unidades sanitárias pelo distrito de Matutuine

Unidades sanitárias	Território administrativo								
	Distrito	Sede do distrito	Sede de Zitundo	Ponta de Ouro	Catuane	Salamanga	Tinonganine	Manhangane	Machangulo
Nr de unidade sanitárias	07	01 c/maternidade	01	01 c/maternidade	01 c/maternidade	01	01	01	00

Fonte: ACNUR & PNUD/1997 – Dados trabalhados pelo autor/2010

Em 2006, a área do estudo já possuía 3 unidades sanitárias, dado que no Posto Administrativo de Machangulo (Ndelane) tinha sido implantada uma com Maternidade, de acordo com o levantamento do FDC (FDC, 2006:18). Em 2009 o número subiu para 4 com a entrega do novo Centro de Saúde contributo de um operador turístico.

Tanto no levantamento da ACNUR & PNUD (1997), assim como do FDC (2006), reportavam situações críticas na área de assistência sanitária devido à insuficiência de infra-estruturas, baixa qualidade dos serviços, funcionamento deficiente das mesmas unidades sanitárias, escassez de recursos humanos, tecnicamente qualificados, crescimento demográfico e localização dispersa das famílias.

Com o novo Centro de Saúde, com Maternidade, o Posto Administrativo de Machangulo passou a ter 2, para uma população de 3.333 habitantes. Pressupunha-se que cada unidade garantisse assistência a 50% da população do Machangulo, correspondente a 1667 habitantes.

Aquela estimativa torna-se válida, considerando que o Posto Administrativo de Zitundo já mantinha dois Centros de Saúde e continuaria a beneficiar os 6.170 habitantes, a razão de 3.085 por unidade sanitária.

Tabela 10: Distribuição de unidades sanitárias por Machangulo e Zitundo

Ano de referência	Quantidade de unidades sanitárias por unidade administrativa	
	P.A. Machangulo	P.A. Zitundo
1997	0	2
2006	1	2
2009	2	2

Fonte: ACNUR & PNUD/1997, FDC/2006 e pesquisa do campo/2010. Dados trabalhados pelo autor

Fazendo avaliação da ligação comunidade-turismo, os resultados mostram que a oferta do Centro de Saúde constitui um testemunho de que o turismo pode reduzir os níveis de pobreza quando os respectivos operadores e as comunidades locais trabalharem em conjunto para a identificação das dificuldades locais. E este facto foi parte dos princípios defendidos pela Estratégia Nacional do Desenvolvimento do Turismo 2004-2013. (MITUR, 2004).

Para este estudo, a falta de cuidados de saúde é um dos reflexos mais visíveis de pobreza, tendo em conta que a vida do homem é um dos valores preciosos da humanidade e a saúde torna o homem capaz de contribuir para o desenvolvimento socio-económico do país. A expectativa de vida, ao nascer, faz parte do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH). E, um dos factores de longividade é a existência de assistência sanitária, por um lado. Por outro, a presença de epidemias ou endemias pode retrair a demanda de turistas.

Diante da relação entre o número de unidades sanitárias e o número de habitantes da área de estudo, os resultados sugerem que estava alcançada a auto-suficiência pois, embora não tenha sido possível obter dados do rácio do país, ele estava acima de 5000 habitantes p/unidade sanitária. Porém, as distâncias, a insuficiência do pessoal médico e a má qualidade das vias eram, ainda, os factores negativos da área de saúde.

6.2.4.2.2 Educação

Na área de educação, a oferta das 10 salas constituiu um crescimento no sector educacional que vinha se debatendo com insuficiência de infra-estruturas. E, se tivermos em conta que, em Moçambique, segundo MEC (2011:73), o rácio aluno/sala

de aula, em 2009 era de 50 alunos num único turno, passaram a ser beneficiados 500 alunos.

Para este estudo, a oferta mudou significativamente o cenário negativo anterior, porque, de acordo com o levantamento da ACNUR & PNUD, até 1997 o distrito tinha 37 salas para nível EPI e havia 3 escolas do mesmo nível que funcionavam ao ar livre. Em tal levantamento, o Posto Administrativo de Machangulo aparece desprovido de salas de aulas.

Passados 5 anos semelhantes dificuldades prevaleciam, os dados do levantamento do MAE indicam que em 2003 a taxa de adesão escolar da população com idades entre 5 e 10 anos era *bastante baixa*. Quanto à conclusão do nível escolar, era grave no mesmo Posto Administrativo, onde apenas 6% da população com mais de 5 anos de idade havia concluído algum nível escolar (MAE, 2005). Segundo o mesmo levantamento, as causas identificadas foram sócio-económicas, a insuficiência da rede escolar e dos professores. A este cenário seria de acrescentar a existência de escolas onde os alunos assistiam aulas ao ar livre e obrigados a ficarem em casa nos dias de chuva, o que seguramente tinha reflexo no aproveitamento anual.

Tabela 11 : Distribuição de salas de aulas – 1997

Nível EPI	Território administrativo					
	Distrito	Zitundo-sede	Malongane	Ponta de Ouro	Machangulo	Outros
Nr de sala de aulas	37	02	02	03	00	30

Fonte: ACNUR & PNUD 1997. Dados trabalhados pelo autor/2010-

De acordo com o Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo 2004 – 2013, a educação constituía a prioridade I da acção para a redução da pobreza no contexto do PARPA, e um dos indicadores de Desenvolvimento Humano.

Para este estudo, embora se possam considerar as 10 salas um contributo valioso, ainda havia um défice significativo de infra-estruturas educacionais, não obstante, o desenvolvimento do turismo, considerado por alguns autores, como forte parceiro dos governos na construção de infra-estruturas sociais. A existência de salas feitas de caniço espelhava esse défice.

Todavia, a oferta destas salas marcou a contribuição do turismo na melhoria de qualidade de vida das comunidades locais (componente de desenvolvimento local), tendo em conta que a educação faz parte do Índice de Desenvolvimento Humano (Souza,1993: 20-21).

Figura 7 – Salas de aulas de material precário da Escola da Ponta de Ouro/Zitundo



Fonte: Foto do autor - Pesquisa do campo/2010

6.2.4.2.3. Água

No que se refere a fontes de água, segundo ACNUR & PNUD (1997:8) até 1997 o Posto Administrativo de Machangulo, em geral, possuía cerca de 2 poços. Deste modo, a oferta de 13 fontes de água, sendo 7 em Machangulo e 6 em Zitundo, constituiu um alívio ao sofrimento de uma parte das comunidades locais.

Para este estudo, a disponibilidade de água melhora as condições sanitárias do ser humano e o coloca menos propenso às doenças e frequência às unidades sanitárias. A sua falta ou a ausência de qualidade pode provocar uma série de patologias como Cólera, segundo Carrera-Fernandez (2002:26).

Tendo em vista o que antecede, na área de estudo ainda havia comunidades onde sobre elas pairava uma ameaça à sua saúde. Destas comunidades estavam incluídas as da Ponta de Ouro, não obstante, esta povoação concentrar, na altura, 59% de unidades turísticas de alojamento ao nível do distrito.

A prevalência do consumo de água imprópria num destino nuclear do turismo, faz nos concordar com a afirmação, segundo a qual alguns gestores do turismo ficavam fascinados com os números do lucro para solucionar seus problemas económicos e sociais. Tomam isso como "*salvação da lavoura*" e *desconhecem que tipo do turismo*

deve ser desenvolvido para que este proporcione o desenvolvimento no sentido puro da palavra, Merigue (2003).

Aquela realidade, de insuficiência de água potável, faz transparecer que alguns problemas não eram resolvidos por falta do papel activo das comunidades, na busca de soluções. Constitui o exemplo disso a passividade das 12 comunidades residentes dentro da área de REM que estavam na posse de dinheiro, proveniente dos 20% de lucro, acumulado no Banco, no lugar de ser investido nas infra-estruturas sociais que faziam falta a elas próprias.

Aquela atitude comunitária não era nada compatível à abordagem do desenvolvimento local, de alguns autores segundo a qual, no direccionamento da sua mudança de vida *a comunidade passa a ser quem consulta os técnicos* e não ao contrário (Merigue, 2003).

Apesar daqueles problemas, para este estudo, o turismo proporcionou melhorias da qualidade de vida de algumas comunidades locais, com a entrega de fontes de água.

6.2.4.2.4. Estradas

As vias de acesso são fundamentais para a mobilidade e dão um valioso contributo para o alance e desenvolvimento de um destino turístico.

De acordo com os resultados deste estudo, as vias de acesso não mereceram qualquer intervenção nem do Governo e nem dos operadores turísticos. O distrito é servido por 12 vias correspondente a 597 Km. Mas, embora transitáveis na época seca, todas elas necessitavam de pavimentação pois, a maioria era picadas. (MAE, 2005). As mais difíceis de transitar, segundo a nossa constatação, mesmo na época seca, são as que ligam a sede do Posto Administrativo de Zitundo à Ponta de Ouro e deste para o de Machangulo.

Tendo como base os resultados deste estudo, os levantamentos do perfil do Distrito feitos no período 1995-1997 e entre 2005-2006 pela ACNUR & PNUD e pelo MAE respectivamente, o Governo pouco fez para reverter a situação. As vias de acesso quase mantiveram as mesmas características, exceptuando algumas ligeiras intervenções de pavimentação e terraplenagem que, posteriormente degradaram-se por falta de manutenção. É o caso da estrada Porto Henrique-Catuane que foi reabilitada com o financiamento do Banco Mundial (ACNUR & PNUD, 1997:11).

Para este estudo, se o crescimento de infra-estruturas de alojamento tivesse sido acompanhado por investimento em vias de acesso, tanto principais assim como

secundárias, incluindo a reabilitação do aeródromo da Ponta de Ouro, actualmente inoperacional, teria eventualmente, contra-balançado a diferença entre visitantes estrangeiros e nacionais. O Governo nem teria precisado de, embora seja sua obrigação, investir nos meios de transportes públicos, porquanto o próprio sector privado e singulares teriam intervido nesse sentido. Bastava esfaltar as vias, tirando o distrito das tortuosas picadas que existiam.

Na verdade, as constatações que atencedem subscrevem a ideia de que não basta um destino turístico dispor de atractivos naturais para obter ganhos significativos do turismo, é preciso que o Governo lidere o processo de planificação e crie condições básicas para: primeiro, atrair investidores e segundo atrair os visitantes (Ignarra, 2003).

A realidade atrás descrita revela uma ausência de planificação articulada entre dois sectores importantes do Governo: o turismo e as obras públicas. Para esta conclusão, partimos da ideia de que o desenvolvimento do turismo no Distrito de Matutuíne deveria ter sido combinado com a construção das estradas que levariam aos destinos turísticos, no mínimo.

O desenvolvimento, articulado, teria trazido benefícios sociais com destaque para as populações (melhoria das condições de vida), económico-financeiros para o Estado (aumento de receita fiscal) e para o sector empresarial (aumento de volume de negócios e investimentos).

Por isso, a precária qualidade de estradas constituía o ponto fraco no esforço de reversão de pobreza e de desenvolvimento local e contribuía negativamente na qualidade de vida das pessoas. Esta nossa conclusão apoia-se em algumas teorias do turismo onde consta que *a priorização de infra-estruturas de turismo em detrimento de investimento em infra-estrutura social mais importante para a qualidade de vida da população local é sinal de baixo contributo ao desenvolvimento local* (Ignarra, 2003:152). E, para elucidação, o ponto a seguir descreve alguns efeitos.

6.2.4.2.4.1. Efeitos da má qualidade das vias de acesso

Segundo os resultados do presente estudo, a fraca demanda de turistas domésticos estava relacionado com a péssima qualidade das vias de acesso que não permitia uma circulação segura das viaturas. Também existia o segundo factor (que decorre da má qualidade das vias) que retraía a ida de turistas domésticos à área de estudo, o custo elevado dos bens e serviços oferecidos. A maior parte dos produtos que abasteciam a área de estudo eram adquiridos na África do Sul ou Cidade de Maputo.

Entre adquirir produtos para turistas e consumidores dentro do país (Cidades de Maputo, Matola ou distrito de Boane, este último grande produtor agrícola) e fora do país, era preferível fora, em particular na África do Sul, mesmo que os preços lá fossem ligeiramente elevados, devido a vantagem das estradas pavimentadas e o tempo de percurso que era mínimo.

Todavia, a aquisição fora do país acarretava prejuízos na economia do país, decorrente da saída de divisas para aquisição de bens turísticos que deveriam ser adquiridos dentro do distrito, da província e do país. E, uma vez adquiridos os produtos fora do país, estavam sujeitos a oscilação de preços com tendência a serem mais caros, dependendo da valorização da moeda estrangeira que, à partida, tornavam as importações mais caras, (Ignarra, 2003:140). Ora, quando os produtos são caros na fonte, o consumidor final é sobrecarregado no seu "pacote" de despesas, tal como defende Ignarra (2003:152).

Perante a subida dos custos, o habitual visitante é retraído e procura destinos alternativos. Porém, já não pode tomar a mesma atitude o cidadão residente e, como consequência, a sua renda torna-se incapaz de sustentar o choque de preços originado pela depreciação da moeda nacional (idem). Este facto pode também estar por detrás da rejeição dos empregos locais por alguns jovens nativos do distrito.

Durante a pesquisa, o alto custo de serviços foi admitido pelos operadores turísticos. Uma entrevistada, membro da administração de uma unidade de alojamento, caracterizando a atitude dos turistas nacionais afirmou que *os turistas nacionais preferem hospedar-se na casa de familiares e dos amigos*. Esta afirmação corroborava com a crença de que o custo de bens e serviços é um dos factores inibidores do fluxo de turistas domésticos.

Apoiam esta constatação os seguintes dados da Delegação do INE da Província de Maputo: no distrito de Matutuíne, o número de dormidas para estrangeiros foi de 22.730 em 2004 e subiu para 61.914 em 2009, equivalente a 172,39 % de crescimento. Estes dados mostram que os visitantes estrangeiros ficavam mais tempo na unidade de alojamento que os turistas domésticos visto que, em igual período, as dormidas nacionais foram 2.334 em 2004 e desceram para 889 em 2009, correspondente ao decréscimo de 1445 dormidas ou seja, -61,91% (ver a Tabela 4).

Do ponto de vista dos preceitos económicos, os dados que antecedem são indicativos de que a melhoria das vias de acesso teria contribuído para o aumento do

fluxo de turistas nacionais, do consumo de bens e serviços, do emprego e da geração da renda, inclusive das comunidades locais, conforme defende Ignarra (2003: 78-79).

6.2.4.5. Impacto na Electricidade e Telecomunicações

A extensão da rede eléctrica nacional para o Distrito de Matutuíne, em 2003, imprimiu grande impulso ao desenvolvimento do turismo na área de estudo. Para além da iluminação, para o funcionamento pleno das instâncias turísticas e similares, criou oportunidades de pequenos negócios e fontes de renda para as famílias locais como a refrigeração de bebidas e outros produtos para venda, conforme disseram os informantes. Esta realidade veio a contrastar o ambiente vivido no período anterior à electrificação.

No referido período, o distrito era iluminado por geradores, incluindo a sede distrital que dispunha de 2 grupos de geradores que funcionavam a tempo parcial (MAE,2005:27).

A melhoria de telefonia fixa e a implantação da rede móvel das duas operadoras, para este estudo, conferiu dinamismo no sector empresarial, através da comunicação mais rápida e oferta de novos serviços, alguns em on line. Para a população, constituiu um crescimento no seu bem estar, com a redução de custos de alguns serviços, assim como deu lugar ao surgimento de pequenos negócios como venda de crédito, de celulares e acessórios e sua reparação, entre outros.

Comparativamente ao período anterior ao ano 2000, aquela realidade tornava evidente o desenvolvimento nesta área pois, antes, as comunicações eram feitas por ligações telefónicas e por rádio transmissor-receptor, com baixa repercussão positiva na vida económica e social das instituições e comunidades locais (ACNUR & PNUD, 1997:12).

Do ponto de vista económico e social, implantação de tecnologias de informação e comunicação (TICs) proporcionou o surgimento de fontes de geração de renda para comunidades locais e não só.

Todavia, a falta de captação das transmissões da televisão e rádio públicas, tidos como meios de comunicação de massas com função de informar e formar¹⁹, incluindo

¹⁹A teoria de comunicação e objectivos da comunicação são matérias contextualizadas no manual de Oliveira, Maria da Luz et all. Relações públicas - 10º ano. Lisboa:Texto editora, Lda. 1992

para o desenvolvimento do turismo, sobretudo no meio rural, onde as comunidades manifestam um apego aos hábitos e costumes locais, constituía um défice na actuação do Governo. Entretanto, estes meios fazem parte de infra-estruturas básicas de apoio ao desenvolvimento do turismo, cuja responsabilidade da sua implantação cabia ao Governo (Ignarra, 2003:72)

6.2.4.6. Impacto nas actividades comerciais

Do levantamento feito entre 1995 e 1997, em todo distrito estavam a funcionar cerca de 33 lojas. Entretanto, seus proprietários enfrentavam problemas de capitais para viabilizar o negócio e de transporte e, não reporta a existência do comércio informal (ACNUR & PNUD, 1997:10).

Até 2005, todo o Distrito tinha 52 lojas operacionais e 197 estabelecimentos de comércio informal (MAE,2005: 31). Porém, em 2009, só em 3 povoações da área de estudo existiam 186 estabelecimentos de comércio informal, o correspondente a 94.42% do que existia em todo Distrito até 2005.

No contexto do desenvolvimento local, aquele dado revela que o turismo despertou a iniciativa empreendedora das comunidades locais, expandiu as actividades comerciais e, conseqüentemente, as fontes de geração de rendas. Também, contribuiu para a segurança alimentar através da disponibilização de produtos manufacturados e naturais, não produzidos localmente, para sua aquisição.

As iniciativas empreendedoras incluíram acções como produzir e vender, comprar e revender e transporte das mercadorias, de acordo com os resultados do campo. Todas estas iniciativas, enquadram-se no conceito do desenvolvimento local, pois, neste conceito está incluída a iniciativa de empreender pela população local, segundo Merigue (2003).

Aquele papel dinâmico do turismo, é explícito na contextualização do PEDTM 2004-2013 (2004), quando refere a ligação que haveria do turismo com uma diversidade de sectores económicos, como transporte, agricultura, alimentação e bebidas, serviços financeiros, construção e artesanato.

Por sua vez, as teorias sobre o turismo atribuem à actividade turística, o mérito de produzir efeitos multiplicadores em diversas áreas económicas, incluindo a comercial devido à multiplicidade das necessidades para a satisfação dos visitantes (Ignarra,2003:78).

6.2.4.7 Impacto no património cultural

Para este estudo, o despertar da gente local para prática de actividades culturais, o que não era comum antes, constituiu uma contribuição do turismo na valorização e preservação da cultura local. A partir do despertar, o cântico e dança tradicionais passaram a fazer parte do "pacote" dos serviços oferecidos aos turistas.

A presença, na área de estudo, de artesãos saídos do Município da Matola confirma a proposição de Ignarra (2003: 181) de que o crescimento de procura altera os *processos produtivos* de artesanato para satisfazer a crescente demanda. Esta ideia pode explicar o comportamento dos artesãos em actividade na área de estudo. Os mesmos não se conformaram com a produção destinada ao mercado onde se inserem, neste caso, no Município da Matola e, levavam a sua produção para a área de estudo/litoral pertencente a um outro distrito da província.

Paralelamente ao aumento da oferta, ocorreu a promoção da arte nacional no ponto de partida do turista, a expansão da renda e do emprego na área de estudo. E, estes benefícios concorriam para a melhoria do nível de vida das comunidades, que é uma das componentes de desenvolvimento local.

Do ponto de vista de género, o turismo revolucionou o papel da mulher. De uma mera doméstica, produtora agrícola na machamba familiar ou colectora de produtos do mar, passou a ser assalariada, empreendedora, empregadora e chefe da família. De acordo com dados colhidos no campo, 33.87% dos 186 estabelecimentos informais de comércio, contabilizados em Machangulo, Ponta Malongane e Ponta de Ouro, eram propriedade de mulheres.

A urbanização, embora na sua fase inicial, trouxe mudanças na vida das populações locais. O acesso a alguns serviços típicos das zonas urbanas, como a electricidade, o Mercado de produtos, as actividades comerciais de dia e de noite, segurança pública entre outros, diferentemente do período anterior ao ano 2000, constituíram alguns dos grandes marcos na melhoria da vida das comunidades locais, com destaque para as povoações da Ponta de Ouro e da Malongane.

Ainda sobre a urbanização, os resultados mostram também que havia pessoas de outras províncias e distritos e ainda estrangeiros que se fixavam na área de estudo. A expansão do parque imobiliário ao longo da costa tendia a descaracterizar a paisagem anterior, de aspecto rural.

Na sua contextualização sobre o fenómeno de urbanização, nos países subdesenvolvidos, Araújo (1997:94, 95 e 97) afirma que ela iniciou pela via de migrações de campo para cidade. Assim sendo, havia bases para se concluir que o litoral do Distrito estava a caminhar para urbanização através da componente demográfica, ainda que na fase embrionária. Algumas das evidências eram expressas por aumento de pessoas envolvidas em actividades não agrícolas e pela organização de ocupação de espaço (parcelamento) em alguns lugares. Este cenário poder-se-á acentuar com a construção de vias de acesso e aumento de mobilidade.

Recorrendo à analogia sobre a problemática da urbanização, evocada por Araújo (1997:143), a migração de pessoas para a área de estudo poderia fazer piorar a falta de infra-estruturas básicas de abastecimento de água e de saneamento, mas poderá estimular o surgimento de inovações, novas empresas e oportunidade de emprego. E, o surgimento de operários especializados na construção de casas de madeira e de artesãos eram sinais dessa possibilidade.

Diante do que se descreveu atrás, há evidências de que o turismo promoveu a cultura, alterou o modo de vida das pessoas, incluindo da mulher e transformou os bens culturais em fontes de rendimento, em alguns casos.

6.2.4.8 Impactos negativos do turismo

O Ecoturismo, como foi referido, combina o Turismo e a conservação da natureza. Promove o Desenvolvimento Local através de geração de emprego e renda. Por esta importância, a preservação do ambiente cabe a todos actores intervenientes do Ecoturismo, a população, o turista, o operador económico e o Estado.

Todavia, e de acordo com os resultados, enquanto que, de um lado, as actividades turísticas iam ganhando incremento e proporcionavam benefícios, por outro lado, a conservação e a acção protectora do Estado iam sendo postas em causa.

As principais dificuldades resultavam da maior demanda de turistas e embarcações, nos períodos de pico, e reduzida capacidade do Estado devido aos seus poucos recursos humanos e materiais, colocadas à disposição das autoridades públicas de fiscalização local, a Delegação Marítima do Distrito e a REM.

Um dos mecanismos posto em prática foi a criação da Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro²⁰, que cobre o espaço marítimo que detém os recifes de corais e outras espécies de fauna e flora que atraem os turistas. De acordo com o Decreto que cria esta

²⁰Criado por Decreto nr 42/2009 de 21 de Agosto

reserva, a entrada de pessoas e embarcações passou a ser condicionada. Este Decreto, juntou-se aos outros instrumentos jurídicos já existentes como os Regulamentos de Pesca Recreativa e Desportiva²¹ e de Prevenção à Poluição Marinha e Protecção Costeira²², que também estabelecem procedimentos de preservação de recursos naturais.

A ocorrência de ocupações ilegais e irregulares de terra e conflitos associados constituíam uma revelação de uma acção desconcertada entre as comunidades, o Governo e os operadores turísticos.

O presente estudo deixou exposta a imagem de alguns turistas que precisavam da natureza, mas pouco interessados com a sua conservação. As penas aplicadas aos infractores, conforme ilustra a tabela 6, legitimam essa realidade.

A auscultação das comunidades para conhecer os problemas que assolam a área onde vivem é um procedimento usado, nos dias de hoje para diagnosticar problemas, harmonizar os interesses e reduzir as diferenças: *o diagnóstico deve considerar os diferentes autores envolvidos num projecto, as suas necessidades específicas e as suas particularidade de funcionamento* (Guerra, 2002: 134-135). Este foi o método seguido para a criação da Reserva Marinha Parcial da Ponta de Ouro e também foi seguido para atribuição de parcelas de terra. Porém, os resultados do estudo deixam entender que não foi dado seguimento a determinados compromissos saídos das consultas públicas às comunidades. Estas e outras fraquezas comprometeram a harmonia social entre os actores envolvidos no desenvolvimento do Eco-turismo e num futuro próximo podem contribuir na deterioração de laços de compromisso para o alcance do objectivo comum, de desenvolvimento do turismo: *é sobejamente conhecido o fracasso e mesmo o “efeito perverso” dos projectos que não conseguiram, ou não quiseram, a participação dos interessados.* É desta maneira como é vista a falta de emponderamento (empowerment) de algum dos actores dos projectos de desenvolvimento, segundo Guerra (2002:102)

A deterioração do compromisso pode ocorrer quando o Governo deixar de liderar o processo de desenvolvimento, como planificar, orientar e fiscalizar. Segundo alguns pensadores do turismo como Ignarra (2003:163) apontam que, na prática turística pode ocorrer a degradação do meio ambiente até ao ponto de causar o decréscimo da procura do destino turístico. Ora, esta situação tem ocorrido por falta de comprometimento dos actores com os objectivos do desenvolvimento. E, caso viesse

²¹ Aprovado pelo Decreto nr 51/99 de 31 de Agosto

²² Aprovado pelo Decreto nr 45/2006 de 30 de Novembro

acontecer a degradação, as comunidades locais estariam sujeitas à pobreza sem reversão, com a perda das suas fontes de geração de renda.

Importa salientar que, na óptica de outros autores, o turismo é comparável a uma indústria de exportação, quando devidamente planejado tem dado um significativo contributo na entrada de divisas no País, tal como a exportação dos produtos primários (Souza,1993 e Wahab,1997). Sendo pouco industrializados, os países em vias de desenvolvimento precisam da diversificação das fontes de captação de divisas para o financiamento do seu desenvolvimento, assim defende a Teoria de dependência como medida económica para a reversão da dependência. No período em análise, 2000-2009, a função económica, da área de estudo/litoral, consistia, também, em arrecadar divisas em paralelo com as exportações tradicionais do país.

Quanto à harmonia social requerida entre os actores do Ecoturismo, ela mostrava-se fraca, de acordo com a percepção das comunidades. E, tudo residia na falta de cumprimento das promessas feitas pelos operadores turísticos no acto da consulta pública.

Para este estudo, apoiando-se nas leis de Terra e dos órgãos locais do Estado (LOLE), ficou evidente que as autoridades administrativas do distrito encararam a problemática com alguma passividade, mesmo que não tenha sido intencional. Os dois instrumentos legais estabelecem mecanismos para os governos distritais negociarem o cumprimento das promessas dos operadores, considerando que é a este nível do poder que as populações são organizadas para se pronunciarem sobre a ocupação de uma determinada parcela da terra²³. Igualmente, é a este nível que são discutidos os problemas locais através dos Conselhos Consultivos²⁴ e avançadas as primeiras decisões ou propostas.

Ainda sobre o papel liderança do governo para a promoção de desenvolvimento, ele poderia ser mais forte quando se conformasse com as normas. Desta conformidade, poder-se-ia ter evitado a atribuição de lagoas do Posto Administrativo de Machangulo ao operador turístico pois, a Lei das águas²⁵ estabelece que *as águas interiores, as superficiais e os respectivos leitos, as subterrâneas, quer*

²³O nº 2 do art.27 do Regl. De Lei de terras- Decreto nr 66/98 determina os intervenientes na consulta pública e aponta a necessidade de se produzir documentos, incluindo Actas, comprovativos da consulta. Também, aponta o Administrador distrital ou seu representante como responsável pela condução do processo, localmente.

²⁴As atribuições dos Conselhos Consultivos consta da Lei nr 8/2003 dos Órgãos Locais do Estado (LOLE) de 19 de Maio

²⁵Nr 1 do Artigo 1, da Lei nr 16/91, de 3 de Agosto (Lei das Águas)

brotem naturalmente ou não, são propriedade do Estado, constituindo domínio público hídrico.

Outros impactos negativos, resultantes do desenvolvimento do turismo, estão relacionados com o crescimento do seu parque de equipamentos. Um dos casos retratados nos resultados, foi o crescimento do número de *infra-estruturas turísticas em detrimento de infra-estruturas sociais* mais importantes para a qualidade de vida da população local (Ignarra, 2003:152), caso das vias de acesso. Para o autor, este procedimento é negativo porquanto a população tende a sentir-se excluída de uma parte dos benefícios do turismo.

Diante do precedente, o estudo mostra que a área de estudo viu a prática turística incrementada, porém esta evolução não esteve isenta dos malefícios próprios do turismo. Logo, não se efectivou o pressuposto de alguns teóricos de que um desenvolvimento ecoturístico que visa reduzir a pobreza, tem de ter suporte numa planificação integrada, que reflita as estratégias dos outros sectores, como também as componentes socio-culturais e de conservação da natureza, no contexto de desenvolvimento local, conforme defendem Merigue (2003), Valá (2007) e outros.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa confirmam a hipótese da investigação e respondem à pergunta de partida. O incremento das actividades turísticas mobilizou recursos locais e produziu impactos socio-económicos, culturais e ambientais. De um lado trouxe mudanças apreciáveis na vida das comunidades locais em comparação com o período anterior ao ano 2000, fase em que a principal base económica era a agricultura de subsistência cujo impacto fora bastante insignificante na melhoria da vida das comunidades, sobretudo, costeiras, segundo ACNUR & PNUD (1997). O estudo reporta, também, a expansão das agressões à natureza, como consequência do crescimento das actividades turísticas. Tanto um e outro efeito tiveram menor ou maior envergadura porque alguns factores influenciaram.

O referencial teórico escolhido deu um expressivo contributo na análise dos resultados pois, mostrou até que ponto o turismo podia contribuir para diversificar a economia e impulsionar mudanças económicas e sociais.

No geral o estudo nos permitiu concluir que:

Durante o período em análise, o turismo conheceu um acentuado incremento na zona costeira do distrito, com o aumento das respectivas infra-estruturas de acomodação, de lazer e do fluxo de entrada de turistas.

As principais actividades turísticas eram, o mergulho subaquático, a pesca recreativa, desporto aquático e a contemplação da natureza. Embora ocorriam em todo litoral, a povoação da Ponta de Ouro constituía o epicentro.

O turismo teve um significativo contributo na oferta de infra-estruturas sociais de água, de educação e da saúde e na melhoria da vida da comunidade, mas ainda era insuficiente, excepto na área de Saúde.

Embora parte dos lucros, em particular da Reserva Especial de Maputo, era alocada às comunidades residentes dentro dos seus limites, ao abrigo da legislação vigente, seu uso era fraco devido à falta de planificação.

A diversificação das economias locais aumentou em todo distrito. Na área de estudo, o terceiro sector tendia a empregar maior número de pessoas em comparação com as actividades agrícolas.

O estudo permitiu notar evidências de crescimento de empregabilidade, mas a maior parte da mão de obra era constituída por cidadãos não nativos. Esta situação desapontava a liderança comunitária, por não corresponder à expectativa criada no processo de consulta para atribuição de terra aos investidores, que era de ver os nativos mais privilegiados no recrutamento da mão-da-obra.

Não obstante a expansão do emprego, ainda havia prevalência do trabalho migratório no seio de jovens locais, mas a níveis, eventualmente, mais baixos e estava associada ao que chamavam de baixos salários.

O incremento do turismo, desencadeou mudanças culturais e estimulou o processo de urbanização. Foi reportada a chegada de novos residentes e a expansão das infra-estruturas dos serviços e das áreas habitacionais.

Quanto a articulação entre os principais actores de desenvolvimento, notou-se alguma fraqueza entre as comunidades e os operadores turísticos, assim como uma débil actuação dos governos locais. A actuação do governo consistiria na verificação e negociação da implementação, pelos operadores, das promessas feitas às comunidades, no quadro das consultas públicas destinadas à concessão de terra para o investimento turístico.

O incremento de actividades turísticas tendia para o aumento de danos ambientais devido à pressão a ecossistemas marinhos e costeiros, diante da fraca capacidade de fiscalização do Governo e das comunidades.

Para além de problemas ambientais, o incremento de turismo desencadeou o aumento da procura de terra e conflitos de uso do recurso, o que gerava a ocupação irregular, ilegal e desordenada.

A contribuição do Governo e dos operadores turísticos, ainda não se fazia sentir nos sectores de transportes e comunicações. Os sinais de rádio e televisão nacionais não eram acessíveis às comunidades locais e as vias de acesso eram precárias. Não havia transporte público entre as povoações turísticas.

Outra face negativa constatada do desenvolvimento do turismo, foi a ausência de uma planificação articulada entre os sectores do turismo e das obras públicas (rodovias), em prol do desenvolvimento do turismo no distrito. Os turistas domésticos eram os que menos frequentavam a área de estudo devido à precária qualidade das vias de acesso e custo elevado dos serviços turísticos, duas das consequências interligadas. O peso do custo elevado de bens também se repercutia negativamente nas comunidades locais.

Para além dos problemas ambientais, o desenvolvimento do turismo promoveu o encarecimento da vida, com peso acentuado para as comunidades locais. e tendo o Rand, moeda sul africana, como moeda de troca, em alguns casos.

O desenvolvimento do turismo, ao nível da costa, contribuiu para expansão da tributação, porém, ainda havia receita que escapava ao controlo das autoridades fiscais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AMARAL, Wanda do. Guia para apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação. Maputo: Livraria Universitária, UEM, 1999.
- ACNUR & PNUD. Perfil de Desenvolvimento Distrital-distrito de Matutuine-provincia de Maputo. Maputo:ACNUR/PNUD, 1997.
- ARAUJO, G. Mendes de Geografia dos povoamentos- Uma análise dos assentamentos humanos rurais e urbanos. Maputo: Livraria universitária, UEM, 1997..
- CARRERA-FERNANDEZ, J & GARRIDO, RJ. Economia dos recursos hídricos, EDUFBA. Salvador, 2002.
- CHAMBAL, H. O papel do Estado central na regulação do sector do turismo. In: CISTAC, G e CHIZIANE, E. (*coord*). Turismo e desenvolvimento local.Maputo: Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade de Direito.2007:48-81.
- CISTAC, G. Apresentação. In CISTAC, G e CHIZIANE, E. (*coord*). Turismo e desenvolvimento local.Maputo: Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade de Direito.2007:5-11.
- FARIA, D.M.C.Pinto.Desenvolvimento e Turismo: Uma abordagem conceitual. UFMG/CEDEPLAR.Belo Horizonte, 2012.
- FERRÃO, Jorge. Áreas de conservação: novos paradigmas de gestão e o combate à pobreza em Moçambique In CISTAC, G e CHIZIANE, E. (*coord*). Turismo e desenvolvimento local.Maputo: Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade de Direito, 2007:164-165.
- Governo do distrito de Matutuine. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Matutuine 2009-2013, 2008.
- GUERRA, I. Carvalho. Fundamento e Processos de Uma Sociologia de Acção – O planeamento em Ciências Sociais. 2ª ed. rev. Aum. Cascais: Principia, 2002.
- IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo.2.ed. rev. Ampl.S.Paulo: Pioneira Thomson Learning Ltda, 2003
- Instituto Nacional de Estatística.Movimento de turistas pelas fronteiras, Ensaio piloto. 2001.Direcção de Estatísticas Sectoriais e de Empresas, Maputo: 2002.
- Instituto Nacional de Estatística.Resultados do inquérito à despesa do turistas 2007.Direcção de Estatísticas Sectoriais e de Empresas, Maputo:2008.
- Instituto Nacional de Estatística.Sinopse dos resultados definitivos do 3º Recenseamento Geral da População e Habitação-Província de Maputo, Maputo:2009.

- MERIGUE,G.L. A Gestão do Turismo para o desenvolvimento local.2003
<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=1508> acesso 26.04.11
- MAGAUA, N.Helena. Avaliação de Necessidades: Uma contribuição à avaliação do Currículo do Departamento de Química da Universidade Eduardo Mondlane. UEM.Maputo: 2009. Dissertação de Mestrado.
- MARKONI, M.A & LAKATOS, E.M. Metodologia científica. 4ª edição. Editora Atlas. S.Paulo: 2004.
- MARTINS,F. J.F. Oliveira. Desportos da Natureza, Educação Ambiental, Turismo e Ambiente.As Ciências do Ambiente e a realização de Actividades Desportivas de ar livre em contexto escolar. A Centro de Formação das Escolas. Marinha Grande: 2005
- MATESSANE, Neto. Áreas de conservação, zonas de protecção e turismo – regime jurídico das áreas de conservação In CISTAC, G e CHIZIANE, E. (*coord*). Turismo e desenvolvimento local.Maputo:Universidade Eduardo Mondlane-Faculdade de Direito.2007: 139-159.
- MAXIMIANO, C.Branquinho. Turismo Comunitário: enquadramento conceitual, organizacional e impacte. Universidade de Aveiro – Departamento de Economia. Aveiro: 2011.
- Legislação sobre os órgãos locais do Estado (Lei 8/2003 e o Decreto nº 11/2005). Maputo.Imprensa Nacional de Moçambique, 2005
- Ministério da Administração Estatal. Perfil do distrito de Matutuine. Maputo. MAE, 2005.
- Ministério da Educação e Cultura. Relatório de Avaliação Volume II.Ensino Primário e Secundário.Avaliação do Plano Estratégico para a Educação e Cultura 2006-2010/11. Versão final.Maio 2011; <http://www.mec.gov.mz/POEMA/Biblioteca/MA-S5-volume IIA Ensinos Primário e Secundário.pdf> acesso 23.05.12
- Ministério do Turismo.Indicadores de referência na área do turismo. Direcção de Planificação e Cooperação:Maputo, 2010.
- Ministério do Turismo.Plano Estratégico do desenvolvimento do turismo (2004-2013) Maputo:2004.
- Ministério do Turismo- www.mitur.gov.mz/projectos.htm acesso - 28.08.2008.
- OLIVEIRA, Antonio P. Turismo e Desenvolvimento-Planejamento e Organização. 3ª ed. S.Paulo: Atlas SA.2001.
- OLIVEIRA, Antonio P. Turismo e Desenvolvimento-Planejamento e Organização. 4ª ed. S.Paulo: Atlas SA.2002.

- OLIVEIRA, T. M. Veludo de, Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. 2001 - http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm - acesso 12/03/2011
- PEREIRA, M.A.M. recreated scub diving and reef conservantion in Southern Mozambique. 2003. Dissertação de Mestrado, University of Natal, Durban, South Africa: 2003.
- .PITITINGA, C.S. Desenvolvimento local. 2004, <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/D ESENVOLVIMENTO LOCAL.pdf> acesso 12.03.2011
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Constituição da República. Maputo: Imprensa Nacional. 2004.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Programa Quinquenal do Governo para 2005-2009. Maputo: Conselho de Ministros. Resolução nr16/2005 da Assembleia da República.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Política do turismo e a estratégia da sua implementação. Resolução nr 14/2003 de 4 de Abril do Conselho de Ministros.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Legislação sobre florestas e Fauna Bravia, Lei nr 10/99 de 7 de Julho e Decreto nr 12/2002 de 6 de Junho.
- SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Económico. S.Paulo: Publicações atlas. 1993.
- TIRIBIÇA. Yara. Turismo de mergulho no sudeste de Moçambique, no caminho para sustentabilidade, análises preliminares. Boletim de divulgação nr 44. Maputo: Instituto Nacional de Investigação Pesqueira. 2008
- WAHAB, S. Introdução à Administração do Turismo. S.Paulo: Pioneira. 1977
- VALÁ, S. Cripton. Turismo e promoção do Desenvolvimento Local em Moçambique: Percepções, Prática e Modain CISTAC, G e CHIZIANE, E. (*coord*). Turismo e desenvolvimento local. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane- Faculdade de Direito. 2007:16-42.

ANEXOS

ANEXO 1

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Guião de entrevista para os Serviços distritais de actividades económicas

Questões de pesquisa:

1. Quais são as atribuições dos serviços com relação ao turismo?
2. Que tipo de turismo é praticado no distrito?
3. Quais os atractivos turísticos que os turistas que visitam a costa apreciam?
4. Quantas estancias turísticas estão em actividades na costa marítima?
5. Quantas estancias turísticas estão licenciadas no distrito?
6. Quantas estancias turísticas operam na área de mergulho subaquático e tem alojamento?
7. Que entidade autoriza a ocupação da zona de protecção parcial para construção de estancias turísticas?
8. Quem entidades intervem para o operador turístico obter a terra para fins turísticos?
9. Ha obrigatoriedade de obtenção de licença ambiental para construção de estancia turística?
10. Como as comunidades locais são envolvidas no processo de obtenção e uso de terra para fins turísticos?
11. Que benefícios a comunidade colhe com actividades turísticas?
12. Quantas estancias turísticas são de moçambicanos, estrangeiros e de moçambicanos e estrangeiros?
13. Que posição o turismo ocupa na oferta de emprego no conjunto dos sectores económicos do distrito?
14. Qual é a contribuição do turismo nas áreas sociais como saúde, educação, água e vias de acesso e transportes?
15. Quais são os benefícios directos e indirectos do turismo ao distrito?
16. Quais são os impactos negativos surgiram como consequencia do turismo?
17. Que medidas de mitigação os diversos actores têm tomado para redução dos impactos negativos?

Obrigado pela cooperação

ANEXO 2

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Guião de entrevista para o Chefe do Posto Administrativo de -----

Questões de pesquisa:

1. Qual é a principal actividade económica que sustenta a população de Machangulo?
2. Que tipo do turismo é praticado no Posto?
3. Quais são as modalidades de articulação existentes entre as autoridades administrativas e as estâncias turísticas?
4. Que tipo de articulação existe entre as comunidades e as estâncias turísticas?
5. Como as comunidades estão envolvidas nas actividades turísticas?
6. Qual tem sido a contribuição do turismo na melhoria da vida da comunidade do Posto?
7. Qual tem sido o benefício da comunidades com concessão das terras para empreendimentos turísticos?
8. Como é feita a atribuição de terra para atribuição de terra aos empreendimentos turísticos?
9. Há contribuição de estâncias turísticas na construção ou melhoramento de infra-estruturas sociais? Haverá exemplos disso?
10. Qual é o estado das vias de acesso e meios de transportes do Posto Administrativo
11. Qual é a relação que existe entre a produção agrícola local, das comunidades, e as estâncias turísticas ?
12. Qual é a moeda de troca no comércio local?
13. Como o turismo tem contribuído para oferta de emprego e redução do trabalho migratório?
14. Que benefícios as mulheres locais tiram com o incremento do turismo?
15. Como caracteriza - se a participação de turistas domésticos na demanda dos serviços turísticos oferecidos?
16. Que problemas ambientais, sociais e culturais que têm surgido com o desenvolvimento do turismo?
17. Qual é a posição do turismo no conjunto das actividades económicas?
18. Quantos empregados, o mínimo, possui cada estabelecimento de comércio informal?

Obrigado pela cooperação

ANEXO 3

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Guião de entrevista para o líder comunitário

Questões de pesquisa:

1. Nome?
2. Idade?
3. Tempo de liderança?
4. Território administrativo sob sua liderança?
5. Quais são as principais actividades económicas da população?
6. Quais são os empregos mais concorridos pela comunidade?
7. Em que sectores há mais emprego?
8. Que benefícios trás o turismo à comunidade?
9. Que produtos agrícolas são produzidos no território?
10. Onde são vendidos os produtos agrícolas?
11. Que tipos de males o turismo traz à comunidade e á natureza?
12. Como é feito o uso e ocupação de terra?
13. Qual é a situação das estradas e meios de transportes?
14. Qual é a situação da energia e comunicações?
15. Qual é a situação do comércio na zona e quem são os praticantes?
16. Que tipo de produtos são vendidos localmente
17. Quantos empregados tem cada estabelecimento de comércio informal
18. Qual é o salário mais frequente no comércio informal?
19. Qual é o número de mulheres proprietárias ou empregadas no comércio informal?
20. Quem são os principais clientes do comércio informal?
21. Qual é a origem dos principais produtos alimentares vendidos localmente?
22. De onde vem os materiais usados na construção de estabelecimentos turísticos?
23. Quem são os construtores dos estabelecimentos turísticos?
24. Que encontros de diálogo tem havido entre a comunidade, operadores e a comunidade para discutirem a vida económica e social local?
25. Como o turismo pode reduzir a pobreza e melhorar a vida das comunidades?
26. Qual é a contribuição do turismo nos sectores de educação, água, saúde e vias de acesso?

Obrigado pela cooperação

ANEXO 4

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Questionário para Estâncias turísticas

Questões de pesquisa

Denominação -----

Actividade que realiza -----

Proprietário -----

Número total de trabalhadores nacionais e estrangeiros -----

Número de empregados moçambicanos -----

Número de empregados nativos/de Matutuíne -----

Nível salarial dos nacionais nativos (indica em números):

Recebem salário mínimo -----empregados

Recebem salário acima do mínimo ----- empregados

Moeda de pagamento: Rand -----, Meticais-----, Rand e Metical -----.

Proveniência dos bens alimentares para a estância -----

Designação dos bens agrícolas adquiridos localmente pela estância -----

Tipo de bens culturais do distrito usados pela estância -----

Tipos de empregos indirectos criados e o numero de beneficiados -----

Tipos de benefícios que o turismo proporciona à comunidade para a redução de pobreza-----

Tipo de danos ambientais causados po turistas -----

Tipo de danos ambientais causados pela população residente-----

Tipos de acções de mitigação de danos ambientais realizados pela estância-----

Natureza de relacionamento/articulação existente entre a estâncias e líderes comunitários ou população local para melhoria do turismo e a vida da propria comunidade -----

Principais nacionalidades de turistas que visitam a área -----

Caracteriza o grau de frequência de turistas nacionais nna área -----

Indique os períodos de maior demanda de turistas na área-----

Caracteriza a situação das vias de acesso, meios de transportes, electricidade, telecomunicação, água, educação, saúde, saneamento/lixo -----

Obrigado pela cooperação

ANEXO 5

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Guião de entrevista para o gestor da Reserva Especial de Maputo

Questões de pesquisa:

1. Que dimensões a Reserva possui ao longo da Costa
2. Que tipo do turismo é praticado na Reserva
3. Quais os principais períodos anuais que a Reserva recebe maior número de turistas
4. Que papel tem a Reserva na fiscalização da Costa
5. Com que meios a Reserva faz a fiscalização costeira
6. Quais são as principais infracções que são constatadas na fiscalização costeira
7. Qual é o destino dado á receita
8. Qual é o envolvimento da comunidade nas actividades da Reserva
9. Que benefícios a população local recebe da Reserva
10. Que parcerias possui a Reserva para cumprir suas atribuições
11. Que problemas ambientais, sociais e culturais ocorrem como efeito do turismo
12. Quais são as principais actividades económicas das comunidades ao redor da Reserva
13. Quantos trabalhadores nativos possui a Reserva e quais as funções e responsabilidades
14. Que empregos indirectos que a Reserva promove em benefício da população local
15. Que opiniões têm sobre os impactos negativos e positivos do turismo na zona costeira de Matutuíne e sua relação com a vida da Reserva

Obrigado pela cooperação

ANEXO 6

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Guião de entrevista para empregados hoteleiros.

Questões de pesquisa:

1. Nome completo?
2. Naturalidade?
3. Idade?
4. Sexo?
5. Nivel de escolaridade?
6. Tem esposa;marido ?
7. Local de trabalho?
8. Profissão/função ?
9. Qual e o tempo de serviço na tua função?
10. Teve alguma formação em turismo/hotelaria, se for sim, em que área?
11. de serviço no actual emprego?
12. Que linguas de trabalho falas?
13. Qual é seu nivel salarial: mínimo; médio ; máximo ?
14. Além de ser empregado que outra actividade remunerada exerce?
15. Número de membros de agregado familia a seu cargo?
16. Quantos membros do teu agregado têm emprego fixo e se sim em que local?
17. Como conseguiu o emprego neste local?

Obrigado pela cooperação

ANEXO 7

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

Guião de entrevista geral

Questões de pesquisa:

Nome ?

Local de trabalho?

Area de actividade?

Idade?

Tempo de serviço?

Quem tem a dizer sobre o teu papel ou da instituição que representa, em relação ao turismo?

Que pronunciamento faz em relação ao que foi constatado a respeito de ---?

De que maneira vê o turismo de 2000 a 2009?

Que mudanças o turismo trouxe na sua área/profissão?

Tem alguma coisa a dizer para além do que foi perguntado?

Obrigado pela cooperação